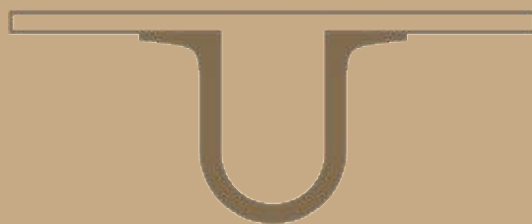




UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Luis Alfredo Marquez Loza

**O ESTADO PORTUGUÊS E A UNIÃO DOS POVOS DE
ANGOLA (1960-1965)**

DISCURSOS POLÍTICOS EM TEMPOS DE DESCOLONIZAÇÃO

Dissertação de Mestrado em História - Ramos de História Contemporânea,
orientada pelo Professor Doutor Fernando Tavares Pimenta, apresentada ao
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de
Letras da Universidade de Coimbra

Outubro de 2019

FACULDADE DE LETRAS

O ESTADO PORTUGUÊS E A UNIÃO DOS POVOS DE ANGOLA (1960-1965)

DISCURSOS POLÍTICOS EM TEMPOS DE DESCOLONIZAÇÃO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	O Estado Português e a União dos Povos de Angola (1960-1965)
Subtítulo	Discursos Políticos em Tempos de Descolonização
Autor	Luís Alfredo Marquez Loza
Orientador	Doutor Fernando Tavares Pimenta
Júri	Presidente: Doutora Maria Alegria Marques Vogais: 1. Doutor João Paulo Avelãs Nunes 2. Doutor Fernando Tavares Pimenta
Identificação do Curso	2º Ciclo em
Área científica	História
Especialidade/Ramo	História Contemporânea
Data da defesa	09-10-2019
Classificação	19 valores



Agradecimentos

Embora esta tese represente um grande esforço feito por mim para estudar a história de Portugal e da descolonização de Angola, gostava de expressar os meus mais sinceros agradecimentos a algumas das muitas pessoas que me ajudaram a tornar realidade o sonho desta experiência académica:

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, o Professor Fernando Tavares Pimenta, pela disponibilidade em trabalhar comigo nesta dissertação de mestrado. De modo particular agradeço o seu empenho em ultrapassar as limitações que eu, como candidato estrangeiro, apresentava na altura de começar este estudo sobre a história colonial portuguesa. Agradeço também o seu entusiasmo pelo tema, que foi uma grande inspiração desde os dias das aulas do seminário disciplinar de Colonialismo e Pós-colonialismo.

Devo os meus mais sinceros agradecimentos aos meus pais, Luis e Norma, e às minhas irmãs Laura e Alejandra que, desde que expressei interesse em realizar o meu mestrado na Universidade de Coimbra, me apoiaram e confiaram na minha capacidade de ultrapassar quaisquer desafios académicos, linguísticos ou culturais que esta experiência pudesse apresentar.

De igual modo agradeço aos meus amigos: Steve e John, que nunca perderam o interesse por saber todos os pormenores da minha experiência neste curso de mestrado, e ao Richard, que às tardes debatia comigo assuntos relacionados com a história colonial. Agradeço também de forma muito especial ao Diogo Barbosa pela sua disponibilidade em me ajudar a melhorar a minha escrita em língua portuguesa, de maneira a que eu pudesse apresentar esta dissertação em português.

Agradeço em fim à comunidade académica da Universidade de Coimbra, nomeadamente aos professores Maria Alegria Marques e João Paulo Avelãs Nunes, que me ajudaram a navegar nos sistemas administrativos da Faculdade de Letras, ainda que essa não fosse a sua função, e à Dona Conceição, do antigo Instituto de História da Expansão Ultramarina, pela sua ajuda ao supervisionar o meu acesso ao relatório do intendente Custódio Ramos, bem como ao Senhor Pedro Chagas Ramos e todos os que facilitaram o acesso a essa valiosíssima fonte.

RESUMO

O Estado Português e a União dos Povos de Angola (1960-1965). Discursos Políticos em Tempos de Descolonização

A 15 de Março de 1961, a União dos Povos de Angola (UPA) lançou a primeira luta sustentada pela independência de Angola. A UPA justificou a sua luta através de um discurso nacionalista que promovia a descolonização de Angola. A conceção nacionalista da UPA foi largamente influenciada pelas teorias propostas por Frantz Fanon. A este respeito, a UPA considerou que as ações violentas contra os colonizadores brancos e os seus alegados colaboradores mestiços e negros assimilados eram necessárias para eliminar definitivamente o colonialismo português. Assim, esta dissertação recusa as perspetivas simplistas que classificam a UPA de “tribalista” e de “racista”. Pelo contrário, interpreta o discurso político da UPA à luz da teoria da descolonização de Frantz Fanon. Por outro lado, face a eclosão do conflito, o Estado Português assumiu uma posição de resistência política e militar, recusando a descolonização de Angola. Essa posição foi justificada através de um discurso político que atestava que o conflito nacionalista era produto da interferência das potências externas – nomeadamente da União Soviética e dos Estados Unidos da América – nos assuntos internos portugueses. Assim, o discurso político adotado por Portugal refletia o contexto internacional da Guerra Fria, cujas consequências eram evidentes no panorama africano. Neste sentido, esta dissertação procura alcançar uma compreensão mais plena dos discursos políticos da UPA e do Estado Português na fase inicial da luta armada pela independência de Angola (1960-1965). De facto, tanto a UPA, como o Estado Português esperavam justificar – e legitimar – a respetiva posição no conflito angolano. Mas, enquanto a UPA esperava que o seu discurso incentivasse a obtenção de ajuda económica e material necessária para sustentar a guerra de independência, o Estado Português pretendia defender a sua recusa em descolonizar, numa altura em que o colonialismo tinha caído em desfavor na cena internacional.

Palavras-chave: Angola; Nacionalismo; Guerra Colonial; União dos Povos de Angola; Discursos Políticos.

ABSTRACT

The Portuguese State and the União dos Povos de Angola (1960-1965). Political Discourses in Times of Decolonization

On March 15, 1961, the União dos Povos de Angola (UPA) launched the first sustained struggle for Angolan independence. The UPA justified its struggle through a nationalist discourse promoting the decolonization of Angola. The UPA's conception of Angolan nationalism was largely influenced by the theories proposed by Frantz Fanon. In this regard, the UPA considered that violent actions against white settlers and their alleged mestizo and black *assimilado* collaborators, were necessary to definitively eliminate Portuguese colonialism. Thus, this dissertation rejects the reductive perspectives that classify the UPA as "tribal" and "racist". On the contrary, it interprets UPA's political discourse in light of Frantz Fanon's theory of decolonization. At the same time, the Portuguese State faced the outbreak of the armed conflict, assuming a position of political and military resistance, refusing to decolonize Angola. This position was justified by a political discourse that contended that the nationalist conflict was the product of the interference of external powers - namely the Soviet Union and the United States of America - in Portuguese internal affairs. Thus, the political discourse adopted by Portugal reflected the international context of the Cold War, whose consequences were evident throughout Africa. In this sense, this dissertation seeks to achieve a deeper understanding of the political discourses of the UPA and the Portuguese State in the initial phase of Angola's armed struggle for independence (1960-1965). The UPA and the Portuguese State both hoped to justify – and legitimize – their position in the Angolan conflict. While the UPA hoped that its discourse would encourage the necessary economic and material aid to sustain a war of independence, the Portuguese State intended to defend its refusal to decolonize, at a time when colonialism had fallen out of favor in the international scene.

Keywords: Angola; Nationalism; Portuguese Colonial War; União dos Povos de Angola; Political Discourses.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: A UNIÃO DOS POVOS DE ANGOLA NA HISTORIOGRAFIA SOBRE ANGOLA	6
1.1 Obras produzidas no contexto do Estado Novo.....	6
1.2 Obras de referência sobre o nacionalismo angolano	10
1.3 Obras que analisam aspetos específicos da luta pela independência de Angola.....	14
1.4 Conclusão	19
CAPÍTULO 2: A UNIÃO DOS POVOS DE ANGOLA: DISCURSO NACIONALISTA, TEORIA POLÍTICA DE DESCOLONIZAÇÃO E FACTOS DA LUTA ARMADA	21
2.1 As origens da União dos Povos de Angola	22
2.2 O discurso nacionalista da União dos Povos de Angola	24
2.3 Ações nacionalistas em Angola.....	26
2.4 O discurso nacionalista da União dos Povos de Angola à luz da teoria de descolonização de Frantz Fanon.....	29
2.4.1 A violência na teoria de Frantz Fanon	30
2.4.2 A cultura, a raça e a nação pós-colonial na teoria de Frantz Fanon	33
2.4.3 A “recuperação” da população insurreta	34
2.4.4 O risco do nacionalismo burguês.....	36
2.5 O nacionalismo da União dos Povos de Angola após o início da luta armada	41
2.6 A União dos Povos de Angola e a administração presidencial de John F. Kennedy ...	45
2.7 Conclusão	48
CAPÍTULO 3: A LUTA DA UNIÃO DOS POVOS DE ANGOLA NA PERSPETIVA DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL: O CASO DO CONCELHO DO UÍGE.....	49
3.1 Introdução ao relatório do intendente Custódio Ramos	50
3.2 O monarquismo baongo e a independência dos vários Congos	52
3.3 O alegado interesse da União Soviética na descolonização do Congo Português	61
3.4 Acusações contra as comunidades religiosas no Norte de Angola.....	66
3.5 Breves notas sobre as autoridades indígenas.....	74
3.5 Conclusão	75
CAPÍTULO 4: AS INVESTIGAÇÕES DOS SERVIÇOS DE CENTRALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE ANGOLA.....	78
4.1 Informação partilhada pelos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola com a PIDE e o Ministério do Ultramar	79
4.2 Os Relatórios internos dos SCCIA.....	94
4.3 A Perspetiva da UPA em 1965: o Dossier Angolano	96
4.4 Conclusão	101
CONCLUSÃO FINAL.....	103

<i>BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS</i>	107
Bibliografia.....	107
Fontes	108
Fontes Impresas.....	109
Imprensa periódica.....	109
<i>ANEXOS</i>	110
Anexo 1.....	110
Anexo 2.....	114

INTRODUÇÃO

A 15 de Março de 1961, a União dos Povos de Angola (UPA) lançou a primeira luta sustentada pela independência de Angola. A sublevação da UPA desencadeou um complexo conflito armado, com ramificações internacionais, contra o colonialismo português, no qual participaram outros importantes movimentos nacionalistas angolanos, nomeadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional Para a Independência Total de Angola (UNITA). Uma guerra multifacetada e que se transformou numa guerra civil entre movimentos rivais ainda antes da data de independência de Angola em 1975. Neste contexto, a presente dissertação procura contribuir para a construção de um conhecimento mais estruturado sobre a história do nacionalismo angolano e da guerra pela independência de Angola, mormente na sua fase inicial relativa à insurreição organizada pela UPA e subsequente contra-ofensiva portuguesa. Para o efeito, levamos a cabo uma análise dos discursos políticos da UPA e do Estado Português.

Neste sentido, não é nosso objetivo fazer aqui o estudo factual da insurreição angolana, nem tão pouco aprofundar os aspetos especificamente militares da guerra, uma vez que esse trabalho já foi em larga medida feito pela historiografia internacional¹ e militar portuguesa². Como tal, procuramos antes de mais compreender a ideologia política que enformou a acção nacionalista da UPA, recusando perspetivas simplistas que classificam esse movimento de “tribalista” e de “racista”, menorizando assim o seu papel na luta pela independência a favor do MPLA³. Para esse fim, realizamos uma análise do protesto nacionalista da UPA, em especial a opção pela luta armada, interpretado à luz da teoria da descolonização de Frantz Fanon. Por outro lado, procuramos compreender a resposta portuguesa à eclosão do conflito, nomeadamente a sua recusa em descolonizar, à luz da documentação produzida pelos agentes da administração colonial em Angola. É nosso objetivo perceber como o discurso político do Estado Português, no que diz respeito à questão angolana, foi influenciado – ou sustentado – pelas informações e interpretações fornecidas por diferentes níveis – e agentes – da administração colonial em Angola. Um discurso político que deve aliás ser entendido no

¹ Veja-se, a este respeito, John Marcum, *The Angolan Revolution: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*. Cambridge: MIT Press, 1969. René Pélissier, *La Colonie du Minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Montamets, 1978.

² Sobre os aspetos militares veja-se Aniceto Afonso; Carlos Matos Gomes, *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

³ Veja-se, a este respeito, René Pélissier; Douglas Wheeler, *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

contexto internacional da Guerra Fria, cujas consequências se faziam sentir de forma evidente no panorama africano.

Efetivamente, o conflito angolano começou numa altura em que a descolonização se propagava através de África. Mas, à medida que acedia à independência, o continente africano tornava-se num novo “campo de batalha” das duas superpotências da Guerra Fria, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. As duas superpotências apoiavam a causa da descolonização africana; mas ambas disputavam também o estatuto de maior influência nos países recém-descolonizados. Em todo o caso, do ponto de vista internacional, era um momento favorável à descolonização de Angola. E a UPA, consciente disso mesmo, procurou aproveitar esse momento para obter apoios para a causa da emancipação de Angola. Para o efeito, a UPA elaborou um discurso político legitimador da sua proposta nacionalista e contrário à continuação da presença portuguesa em Angola. A UPA postulava que o colonialismo português assentava num sistema arbitrário e coercivo de exploração da população negra angolana, particularmente visível pelo recurso ao trabalho forçado africano. Assim, a UPA afirmava que o Estado Português cometia grandes injustiças e “crimes” de toda a ordem contra o povo angolano, ao ponto de classificar como “terrorista” a actuação portuguesa em Angola. Expressando este ponto de vista, Holden Roberto, líder da UPA, declarou ao *New York Times* que a eclosão da revolta armada em Angola representava o “desespero contra o terrorismo português dos últimos 500 anos”⁴. E, em 1962, a UPA chegou mesmo a apelar à população portuguesa, afirmando que “a obstinação e cegueira do fascista Salazar” beneficiavam os interesses de apenas meia dúzia de pessoas “que vivem, cómoda e luxuosamente, na capital à custa do trabalho forçado do negro africano”⁵.

No plano oposto e em resposta à eclosão da luta armada, o Estado Português encarou a necessidade não só de defender militarmente a população colonizadora e de garantir a sua soberania no território angolano, mas também de explicar o conflito através de um discurso político que justificasse a resistência e o combate contra as forças que contestavam a sua autoridade. De facto, dezasseis anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o colonialismo tinha caído em desfavor no plano internacional, pelo que as potências que pretendiam manter os seus domínios coloniais – como no caso de Portugal – tinham necessariamente de desenvolver argumentos para legitimar a sua permanência nesses territórios. Assim, perante a deflagração da guerra em Angola, a administração colonial portuguesa argumentou que o

⁴ “Angolan Leader Decries Killings”, *The New York Times*, March 20, 1961.

⁵ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA NT 2943-2946-vol.1, 642-643, “Apelo a todos os portugueses”, *Jeune Afrique*, n.º 88, Junho de 1962.

conflito tinha raízes no envolvimento estrangeiro, nomeadamente dos dois contendores da Guerra Fria, a União Soviética e os Estados Unidos da América. Este argumento esteve sempre na base do discurso português relativamente à questão da guerra de independência de Angola. Aliás, ainda antes do início da sublevação angolana, a pressão internacional no sentido da descolonização era encarada pelos governantes portugueses como sendo uma manobra por parte de certas potências estrangeiras no sentido de alcançarem “fontes de matérias-primas protegidas por soberanias diferentes, ou, finalmente, como meio de enfraquecimento de potências adversárias”⁶. Como tal, a insurreição angolana foi interpretada pelas autoridades portuguesas como sendo o produto da interferência das potências externas nos assuntos internos portugueses. A própria UPA foi representada como um movimento estrangeiro, estranho à realidade social angolana, e ao serviço dos interesses de potências estrangeiras.

Relativamente às fontes, esta dissertação tem por base a análise de um conjunto diversificado de documentação, complementada com a leitura de bibliografia específica sobre o colonialismo português e o nacionalismo angolano. Foi particularmente relevante a análise do minucioso relatório elaborado por Custódio Abel Fernandes Ramos, intendente do concelho do Uíge, no norte de Angola, sobre os eventos relativos à sublevação da UPA em 1961⁷. Será necessário, ao longo desta dissertação, realizar uma análise crítica do relatório do intendente Ramos, considerando o contexto em que foi escrito para melhor aproveitar, em termos historiográficos, a informação nele contido. No entanto, é possível desde já ressaltar que contém valiosíssima informação sobre o modo como a administração local, na zona de combate, enquadrava a luta na hora de comunicar os acontecimentos às autoridades superiores. Damos aqui alguns exemplos disso mesmo. Por exemplo, o intendente Ramos explicou de forma contextualizada ao Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, que a insurreição angolana estava intimamente relacionada com a independência da República Federal do Congo (antigo Congo Belga), que tinha ocorrido poucos meses antes, em Junho de 1960⁸. Para a administração portuguesa, essa data significava muito mais do que a independência dum território alheio; significava que o processo de descolonização em África tinha chegado às portas do Império Português. Contudo, o intendente Ramos considerava também que a sublevação da UPA era o produto da infiltração do comunismo internacional em África, apoiada nos avanços

⁶ Adriano Moreira, *Política Ultramarina*. Vila Nova de Famalicão: Minerva, 1957, 44.

⁷ Custódio Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História dos Acontecimentos Ocorridos no Distrito do Congo (Uíge) de 15 de Março a 31 de Dezembro de 1961* (2 volumes), Dezembro de 1961. Este documento faz parte da Coleção Particular de Pedro Chagas Ramos, filho do intendente Custódio Ramos.

⁸ Custódio Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História dos Acontecimentos Ocorridos no Distrito do Congo (Uíge) de 15 de Março a 31 de Dezembro de 1961*, vol. II, Dezembro de 1961, 140.

tecnológicos e científicos da União Soviética. A rebelião da UPA seria assim parte de uma manobra impulsionada pela União Soviética no sentido de estender a sua influência ao território português. Aliás, o intendente Ramos afirmava que os indígenas angolanos não seriam capazes de lançar por si mesmos uma rebelião contra a soberania portuguesa e sugeria que os atos subversivos dos insurgentes só podiam ser explicados como consequência da utilização de drogas soviéticas: “os farmacêuticos manipulavam as criminosas drogas para as exportar para Angola, onde se faria sentir sua necessidade pela certeza que tinham que o preto angolano era incapaz de, conscientemente, atrair os brancos portugueses com quem sempre conviveram na melhor harmonia”⁹. A convicção portuguesa na ação soviética era de tal ordem que, em certas ocasiões, as autoridades coloniais realizaram autópsias aos revoltosos com a finalidade de verificar se os elementos armados agiam intoxicados pelas referidas drogas¹⁰.

No entanto, a evolução do conflito e a participação nele do MPLA, que tinha uma identidade assumidamente marxista, assim como os contatos do líder da UPA – Holden Roberto – com entes públicos e privados nos Estados Unidos da América, fizeram com que a administração colonial portuguesa tivesse de considerar interpretações alternativas sobre o papel desempenhado pela UPA. Importante para a administração colonial seria determinar se a luta da UPA servia outros interesses estrangeiros que não os da União Soviética. Essa tarefa foi realizada através das investigações dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA), cujo objetivo era o de reunir, estudar e controlar informação relacionada com a defesa de Angola. A análise da documentação dos SCCIA foi bastante útil para perceber a evolução da percepção portuguesa em relação à UPA, sobretudo no período posterior a 1962. Foi igualmente de grande pertinência a leitura dos processos da Delegação de Angola da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), bem como dos materiais propagandísticos da UPA. Claramente, a análise da teoria da descolonização de Frantz Fanon foi realizada através da leitura dos textos publicados por esse mesmo intelectual, nomeadamente do livro *Os Condenados da Terra*.

Em termos de cronologia, optámos por abordar o primeiro lustro da década de 1960, que corresponde à fase de maior afirmação política da UPA no panorama nacionalista angolano. Em rigor, porém, a UPA existiu formalmente como movimento político somente até 1962, tendo convergido nesse ano numa frente nacionalista por si promovida, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Contudo, a UPA permaneceu sempre a principal força motriz da FNLA, havendo uma manifesta continuidade ao nível da classe dirigente, dos quadros e das

⁹ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. 1, 25.

¹⁰ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. 1, 28.

próprias bases das duas organizações políticas. Na prática houve uma alteração de nome, mas não de estrutura, nem de ideologia política do movimento. Por outro lado, após 1965, a UPA/FNLA perdeu gradualmente a sua proeminência inicial no campo nacionalista devido à concorrência tanto do MPLA, como de um novo movimento nacionalista recém-formado, a UNITA.

Em termos de estrutura, esta dissertação é constituída por quatro capítulos, para além da introdução, da conclusão e das referências finais à bibliografia e às fontes. No primeiro capítulo colocamos em perspectiva a forma como a historiografia analisou o fenómeno nacionalista em Angola, tendo particular atenção ao que diz respeito à União dos Povos de Angola e à resposta portuguesa à luta armada pela independência de Angola. No segundo capítulo analisamos a proposta nacionalista da UPA à luz da teoria política da descolonização de Frantz Fanon, bem como as motivações e as características da insurreição de 15 de Março de 1961. No terceiro capítulo procuramos entender o modo como a eclosão do conflito armado em Angola foi interpretado e encarado pela administração colonial portuguesa, tendo em especial consideração o relatório elaborado pelo intendente do concelho do Uíge, Custódio Ramos. No quarto capítulo analisamos a evolução dos discursos políticos tanto da UPA, como do Estado Português à luz das investigações feitas pelos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA) e do “Dossier Angolano”, publicado por esse movimento nacionalista.

CAPÍTULO 1: A UNIÃO DOS POVOS DE ANGOLA (UPA) NA HISTORIOGRAFIA SOBRE ANGOLA

Este capítulo coloca em perspectiva a forma como a historiografia analisou o fenómeno nacionalista em Angola, tendo particular atenção no que diz respeito à União dos Povos de Angola e à resposta portuguesa à luta armada pela independência de Angola. Não se trata de uma análise exaustiva de toda a literatura existente sobre o colonialismo português em Angola, uma vez que esse não é o foco principal desta dissertação. Para além disso, importa referir que o papel da UPA na luta pela independência e no sucessivo processo de descolonização de Angola tem sido objeto de poucos estudos. Isto deve-se a vários motivos, nomeadamente ao difícil acesso à documentação produzida por esse movimento, bem como à diminuição da importância da UPA no panorama nacionalista angolano nas décadas posteriores à independência. Este último factor levou, talvez, que a historiografia sobre o nacionalismo angolano se tivesse concentrado no estudo do MPLA, em detrimento dos demais movimentos nacionalistas. Com efeito, o MPLA ganhou gradualmente maior importância durante a guerra pela independência e, depois de derrotar os seus oponentes numa guerra civil, tornou-se o partido dominante em Angola. Tal como sublinhado por Fernando Tavares Pimenta, em muitos casos “pretende-se entender a história contemporânea de Angola quase unicamente através da história do MPLA”¹¹. Esta tese pretende contrariar essa mesma tendência da historiografia sobre Angola, ao focar o caso do principal rival do MPLA durante a luta pela independência, a UPA.

Neste sentido, importa primeiramente ter em consideração um conjunto de obras produzidas no contexto do Estado Novo e que, muito embora não estejam diretamente relacionadas com a história da UPA, ajudam a perceber o contexto político colonial e a reacção portuguesa à rebelião da UPA.

1.1 Obras produzidas no contexto do Estado Novo

A obra *Política Ultramarina*¹², de Adriano Moreira, é um importante ponto referência para o nosso estudo, visto que sintetiza os temas abordados por esse académico (e político) português no curso de *Altos Estudos Ultramarinos* e, simultaneamente, analisa o estado da

¹¹ Fernando Tavares Pimenta, “Os Nacionalismo no Império: Angola e Moçambique”, in *O Império Colonial em Questão (Séc. XIX e XX): poderes saberes e instituições*, ed. Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70, 2012, 69.

¹² Adriano Moreira, *Política Ultramarina*. Vila Nova de Famalicão: Minerva, 1957.

política portuguesa à luz das mudanças na política internacional em relação ao colonialismo. Como tal, serve de ponto de partida para entender a forma como a luta armada foi encarada por Portugal. De facto, o futuro Ministro do Ultramar problematiza os argumentos anticolonialistas em resposta à crescente pressão política para que Portugal adotasse um plano de descolonização. Traçando as principais mudanças políticas ocorridas entre o tempo da Conferência de Berlim e a proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a obra propõe uma explicação acerca das motivações que levaram as principais potências imperialistas do mundo a mudar de posição relativamente ao colonialismo. Assim, Adriano Moreira argumenta que a revisão da política colonial tinha mais a ver com estratégias políticas e económicas do que com a valorização do direito da autodeterminação das colónias. Reflectindo sobre este ponto, o autor sugere que as variantes anticolonialistas, na altura, eram definidas por dois blocos que alinhavam com as posições dos Estados Unidos da América e da União Soviética. Considerando que as teses anticolonialistas tinham como finalidade promover os interesses políticos desses blocos, Moreira defende que ambas as expressões políticas de anticolonialismo faziam exceções e permitiam a permanência de certas situações coloniais, desde que essas manifestações do colonialismo beneficiassem os interesses dos respetivos blocos¹³. Por isso, Adriano Moreira argumentava que “a Rússia é anticolonialista em África, mas não pelo que respeita ao Tibete ou aos satélites, assim como os Estados Unidos são anticolonialistas em Marrocos, mas não na Argélia. Esta variabilidade de atitudes foi imposta pela arte política”¹⁴.

Neste sentido, a obra *Política Ultramarina* introduz uma análise comparativa entre o anticolonialismo dos Estados Unidos da América e o anticolonialismo da União Soviética. Adriano Moreira sugere que a política anticolonialista defendida pelos Estados Unidos da América tinha na base o ideal da autodeterminação, ao mesmo tempo que utilizava os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Humanos para identificar as situações coloniais através do mundo e defender essa posição anticolonialista. Regra geral, a política americana não considerava como colonial o domínio duma nação sobre outra, desde que a nação dominante respeitasse a Declaração Universal dos Direitos do Humanos¹⁵. No entanto, a obra sugere que a posição americana não era completamente anticolonialista e sublinha que se os critérios anticolonialistas usados pelos Estados Unidos da América na política externa fossem aplicados à situação interna americana, seria difícil defender que se verificava um anticolonialismo

¹³ Moreira, *Política Ultramarina*, 50.

¹⁴ Moreira, *Política Ultramarina*, 44.

¹⁵ Moreira, *Política Ultramarina*, 177.

absoluto. Isto mesmo era evidenciado pelo facto dos Estados Unidos não defenderem o direito à autodeterminação dos povos indígenas do continente americano do mesmo modo que o faziam em África¹⁶. Referindo exemplos do século XX, Moreira sublinha as diferenças entre o apoio dado pelos Estados Unidos da América à independência de países como o Panamá e Cuba, em contraste com a manutenção da soberania americana sobre o Porto Rico e o Havai. Assim, Adriano Moreira sugere que a posição anticolonialista dos Estados Unidos podia ser resumida nos seguintes termos: “fora das fronteiras nacionais, a sua conduta obedeceu fundamentalmente a motivos de segurança estratégica, e de acesso aos mercados às matérias-primas, fomentando a autonomia sempre que aqueles pressupostos ficam salvos”¹⁷.

A obra de Adriano Moreira faz uma análise semelhante da atitude anticolonialista da União Soviética. No caso soviético, a posição anticolonialista era definida pelo “direito de as nações a disporem de si”. Mas Moreira considera que a União Soviética assumia uma posição diferente dependendo se a situação colonial acontecia dentro ou fora do território soviético. Para além disso, a União Soviética estaria disposta a apoiar movimentos nacionalistas fora das suas fronteiras, desde que esses movimentos fossem orientados por uma agenda política em favor do proletariado e contra o privilégio da burguesia¹⁸. Assim, a obra entende a concepção soviética do direito das nações a disporem de si como um direito que era concedido às manifestações de nacionalismo que alinhassem com a política soviética. Neste sentido, a obra apresenta a posição anticolonialista da União Soviética como uma estratégia para apoiar os movimentos nacionalistas que, simultaneamente, tivessem o propósito de acabar com o domínio imperialista ocidental e instaurar governos comunistas. Para além disso, no plano interno, o governo soviético promovia a russificação e a assimilação das populações não russas, sendo claramente contrário à autodeterminação dessas populações. Daí que o seu anticolonialismo fosse politicamente inconsistente¹⁹.

Neste sentido, Adriano Moreira coloca em causa a autenticidade do anticolonialismo das duas superpotências, bem como da própria ONU, uma vez que esta organização poderia servir para que os interesses de certas nações ou de certos blocos fossem aceites como regra geral da política internacional, sem considerar os diversos sistemas políticos existentes pelo do mundo. Neste contexto, a obra *Política Ultramarina* ajuda a entender a perspectiva que guiava

¹⁶ Moreira, *Política Ultramarina*, 176.

¹⁷ Moreira, *Política Ultramarina*, 181-182.

¹⁸ Moreira, *Política Ultramarina*, 183-184.

¹⁹ Moreira, *Política Ultramarina*, 186.

a política portuguesa em finais da década de 1950 no que diz respeito à questão da descolonização.

Mas é igualmente importante considerar que a longa presença de Portugal em África – por mais de quatro séculos – permitiu que certas esferas da sociedade portuguesa desenvolvessem uma mitologia relativamente às colónias. Essa mitologia foi amplamente apoiada ao longo dos tempos pelos discursos políticos dos vários regimes políticos encarregados de governar o império português. Aliás, o Acto Colonial de 1933 considerava o colonialismo como parte da “essência orgânica da Nação Portuguesa”. Isto mesmo demonstra a complexa e profunda relação entre o Império e a conceção de nação portuguesa proposta pelo Estado Novo. Claramente, essa mitologia que envolvia o império português teve um efeito sobre a forma como a eclosão da guerra de independência de Angola foi interpretada pelo Estado Português. Como tal, não constitui uma surpresa que a primeira obra sobre o início da sublevação nacionalista em Angola, escrita na perspectiva colonial, seja uma manifestação dessa mesma mitologia. Trata-se da obra *Angola 1961*, de Amândio César, que relata o início da luta armada pela independência de Angola.

Muito embora a obra de Amândio César não constitua um estudo histórico sobre o início do conflito nacionalista em Angola, ela é uma das primeiras tentativas de narrar a história do conflito. Publicada ainda em 1961, demonstra o modo como o conflito foi interpretado e apresentado à sociedade civil portuguesa. Amândio César defende a ideia de que a sublevação foi preparada por forças estrangeiras com o apoio das igrejas protestantes e com o recurso ao suborno e ao uso de drogas²⁰. Por outro lado, *Angola 1961* pretende transmitir uma visão idealizada de Angola. De acordo com o autor, a colónia era uma terra onde as raças negra, mestiça e branca coexistiam pacífica e harmoniosamente antes do conflito²¹. Contrastando, na narrativa, imagens de paz e coexistência – fruto da administração portuguesa – com a violência da insurreição da UPA, o autor argumenta que o conflito armado servia como prova dos benefícios da colonização portuguesa em Angola. Citando a opinião de um colono português, a obra resumia este ponto declarando: “ao serem violentos nas suas carnificinas, [os insurgentes] ainda nos prestam homenagem”²².

Nos anos que se seguiram à eclosão do conflito armado em Angola, houve outras tentativas de descrever a situação colonial em termos que justificassem a posição política adotada pelo Estado Português. Entre essas, a obra de João Pereira Neto, *Angola: meio século*

²⁰ Veja-se: Amândio César, *Angola 1961*. Lisboa: Verbo, 1961, 18, 31, 40, 44, 73.

²¹ César, *Angola 1961*, 15-23.

²² César, *Angola 1961*, 73.

de integração, publicada em 1964, destaca-se por constituir uma tentativa de continuar o discurso estabelecido por Adriano Moreira em *Política Ultramarina*. João Pereira Neto pretende explicar a “prudente reserva”²³ de Portugal perante as questões da autodeterminação e da descolonização levantadas pela comunidade internacional. De facto, Pereira Neto procura justificar a posição de Portugal perante a tese anticolonialista reclamada pela comunidade internacional. Para o efeito, a obra analisa a política colonial portuguesa no período de tempo compreendido entre 1912 e 1960, enfatizando os benefícios da governação colonial do Estado Novo. Além disso, Pereira Neto aborda a teoria do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, colocando-a na base da principal argumentação da obra: a política colonial portuguesa teve o expreso objetivo de integrar o território e os povos de Angola na nação portuguesa. Por último, vale a pena referir que a obra não faz uma análise aprofundada dos movimentos nacionalistas, mas refere que as ações subversivas foram lançadas por “parte dos países do bloco soviético” como medida retaliatória contra os Estados que não alinhavam com a sua posição anticolonial²⁴.

Feitas estas considerações sobre as obras produzidas no contexto do Estado Novo, veja-se agora a forma como a historiografia internacional tratou a questão do nacionalismo angolano. Ter-se-á em especial consideração algumas obras de referência que apresentam tipologias ou grelhas interpretativas sobre o fenómeno nacionalista.

1.2 Obras de referência sobre o nacionalismo angolano

Na década de 1960, alguns investigadores estrangeiros interessaram-se em primeira mão pelo estudo e interpretação de temas relacionados com o nacionalismo angolano, a guerra de independência e a posição assumida então pelo Estado Português. Dirigida por David Abshire, *Portuguese Africa: A Handbook* é porventura uma das obras mais relevantes produzidas nesta época sobre o tema, reunindo um conjunto de trabalhos sobre a situação histórica, política e económica das colónias portuguesas em África. Dos diversos capítulos que compõem o volume, importa destacar aqueles que abordam temas relacionados com o conflito armado em Angola, os partidos nacionalistas angolanos e os debates na ONU referentes ao colonialismo. Assim, no capítulo “The Issues Internationalized”, George Martelli faz uma análise sobre o desenvolvimento do conceito da autodeterminação. Martelli fornece uma perspetiva alternativa, mas não completamente contrária, àquela proposta por Adriano Moreira em *Política Ultramarina*. À semelhança de Moreira, Martelli traça as principais mudanças no pensamento

²³ João Pereira Neto, *Angola: meio século de integração*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964, 17.

²⁴ Neto, *Angola*, 286.

político internacional para entender o modo como a posição de Portugal em relação às colónias caiu em desfavor na cena política internacional. Martelli traça o debate sobre o princípio da autodeterminação logo no pós-Primeira Guerra Mundial, altura em que o presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson, introduziu o princípio da autodeterminação nos debates políticos internacionais. No entanto, Wilson encontrou dificuldades em estabelecer esse princípio como regra geral da política internacional, uma vez que as potências aliadas desejavam manter a posse dos seus territórios coloniais, cujas populações eram consideradas incapazes de se governarem a si próprias²⁵. Como tal, só depois da Segunda Guerra Mundial é que o princípio da autodeterminação foi debatido e adotado pela Conferência de São Francisco que, por seu turno, estabeleceu os objetivos que orientariam a fundação da ONU. Assim, a União Soviética, os Estados Unidos da América e a China – ou seja, três dos cinco membros da conferência de São Francisco – conseguiram introduzir o princípio da autodeterminação no capítulo XI da Carta das Nações Unidas. No entanto, Martelli refere que o Reino Unido e a França – as principais potências colonialistas da altura e participantes na Conferência de São Francisco – desafiaram a aplicação do princípio da autodeterminação. Assim, Martelli demonstra que, embora tivesse apoio significativo, o princípio da autodeterminação não foi proposto pelas potências a quem mais impactava.

Na mesma obra, Michael Samuels aborda o tema do nacionalismo em Angola, na Guiné e Moçambique no capítulo intitulado “The Nationalist Parties”. Relativamente ao nacionalismo angolano, Samuels fixa a sua atenção na complexa dinâmica das interações entre UPA e o MPLA. De modo geral, a obra apresenta a UPA como o movimento que inicialmente teve o papel preponderante na insurreição nacionalista em Angola, enquanto o MPLA fazia grandes esforços por superar a liderança da UPA. Samuels defende que a UPA conseguiu manter a liderança no início do conflito em grande parte devido ao apoio que recebia do Congo Léopoldville, país que lhe permitia organizar a insurreição livremente e que partilhava uma extensa fronteira com Angola. Samuels sugere que, por seu turno, o MPLA era limitado pela distância, uma vez que os membros do movimento estavam dispersos por Angola, pela Europa e pela Guiné Conacri. Além disso, defende que o carácter marxista do MPLA dificultou que este ganhasse apoio significativo dentro de Angola. Neste sentido, Samuels difere das interpretações oferecidas nas publicações portuguesas da altura, que sugeriam que as forças comunistas eram

²⁵ George Martelli, “The Issues Internationalized”, in *Portuguese Africa: a handbook*, ed. David Manker Abshire. London: Pall Mall Press, 1969, 369-370.

responsáveis pela insurreição em Angola, afirmando liminarmente que a UPA não era comunista²⁶.

O capítulo “Conflict in Portuguese Africa”, de George Martelli, narra os acontecimentos da guerra colonial tanto em Angola, como nas demais colónias portuguesas em África. Apesar de fornecer uma perspetiva detalhada sobre o desenvolvimento do conflito nacionalista entre 1961 e 1965, nota-se que a narrativa foi amplamente condicionada pela leitura de documentação que favorece a perspetiva portuguesa. Este facto levou o autor a caracterizar os insurgentes da UPA – e até mesmo a cultura Bacongo - como terroristas, “selvagens” e “primitivos” que atacavam sob os efeitos de drogas²⁷. De acordo com o autor, o total de vítimas mortais no fim do primeiro ano de combate terá sido de 52 000, na sua maioria de raça negra²⁸. Além de proporcionar detalhes adicionais sobre o conflito armado, o capítulo é relevante por narrar algumas medidas não explicitamente bélicas da contra-ofensiva portuguesa, como o estabelecimento das regedorias e os esforços por recuperar os postos após a sublevação inicial de Março de 1961.

No mesmo ano da publicação de *Portuguese Africa: a Handbook*, foi publicada uma outra importantíssima obra dedicada completamente ao conflito nacionalista em Angola. Trata-se do volume *The Angolan Revolution: the anatomy of an explosion*²⁹, da autoria de John Marcum. A obra consta de quase quatrocentas páginas dedicadas ao estudo das lutas nacionalistas em Angola. A este respeito, o autor conseguiu assistir aos acontecimentos quase em tempo real, através de viagens a África e mediante o contato com figuras chave dos movimentos nacionalistas nas décadas de 1950 e 1960. Durante estas viagens, e através do seu ativismo em assuntos africanos, Marcum estabeleceu contatos com importantes líderes políticos africanos, tais como: Kenneth Kaunda, Ahmed Sékou Touré, Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi. A posição privilegiada deste historiador, permitiu-lhe corresponder-se com, e entrevistar, personalidades fulcrais à história que narra. De modo complementar, a perspetiva de Marcum foi informada pelo acesso a documentos produzidos pelos movimentos nacionalistas, que ainda hoje são difíceis de localizar, ou que ainda não foram catalogados nos arquivos históricos³⁰.

²⁶ Michael Samuels, “The Nationalist Parties”, in *Portuguese Africa: a handbook*, ed. David Manker Abshire. London: Pall Mall Press, 1969, 390-393.

²⁷ Martelli, *Portuguese Africa*, 409.

²⁸ Martelli, *Portuguese Africa*, 407.

²⁹ Marcum, *The Angolan Revolution*.

³⁰ John Marcum obituary. 2013. *UC Santa Cruz News Letter*, September 20, University of California-Santa Cruz.

Neste sentido, John Marcum propôs uma grelha interpretativa do fenómeno nacionalista angolano com base em critérios geográficos e etnolinguísticos. Assim, Marcum identificou três grandes correntes nacionalistas: 1.º) Luanda-Mbundo – representada pelo MPLA; 2.º) Bakongo – representada pela UPA; 3.º) Ovimbundo – representada pela UNITA. Embora faça uma análise sobretudo factual do processo histórico, poucos historiadores terão estudado com tanta diligência o trajecto nacionalista da UPA. Por isso, esta obra será referida e analisada com maior detalhe ao longo desta tese.

Em 1978 René Pélissier publicou outra importantíssima obra sobre o nacionalismo angolano, *La Colonie du Minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. A obra de Pélissier faz uma abordagem que parte de uma valiosa caracterização da experiência social e política dos diferentes grupos raciais de Angola, especificamente na época imediatamente anterior à eclosão do conflito armado em 1961. Nesta análise, René Pélissier faz um esforço por considerar a diversidade dentro de cada grupo racial. Assim, subdivide, por exemplo, a categoria dos colonos brancos em duas: os brancos naturais de Angola e os colonos recém-chegados; distingue também a experiência dos angolanos de raça negra entre os “indígenas” e os que eram classificados como “assimilados”³¹. Deste modo, a obra de René Pélissier fornece a informação pertinente não apenas para entender os acontecimentos da guerra de independência, mas também as situações e experiências que rodearam o desenvolvimento dos diversos protestos nacionalistas, como por exemplo a questão do trabalho forçado³².

Relativamente ao fenómeno nacionalista, Pélissier destaca a diversidade de correntes nacionalistas em Angola. Assim, Pélissier apresenta uma tipologia tripartida do nacionalismo angolano, mas que diverge nalguns aspetos daquela sugerida por John Marcum. René Pélissier identifica uma forma de nacionalismo branco, de pendor económico; um nacionalismo africano modernista representado em primeira mão pelo MPLA (que o autor designa como “criação dos mestiços”³³); o nacionalismo etnolinguístico representado pela UPA. Importa mencionar que o nacionalismo etnolinguístico, no modo como Pélissier o descreve, é mais semelhante àquilo que na década de 1960 teria sido designado de “tribalista” uma vez que – de acordo com o autor – este tipo de nacionalismo tentava “buscar no passado de seu povo a justificativa de sua luta”³⁴. Desta maneira, o nacionalismo étnico de René Pélissier difere do nacionalismo descrito por John Marcum, que sugere que cada região etnolinguística desenvolveu um protesto específico

³¹ Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, 30-92.

³² Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, 260-296.

³³ Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, 215.

³⁴ Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, 259.

que respondia às suas necessidades. Mas ressalta a dificuldade em concretizar projetos nacionalistas que procurassem qualquer retorno às estruturas sociais dos tempos pré-coloniais, visto que os simpatizantes estrangeiros do nacionalismo angolano motivavam a adoção dum plano nacionalista que incluía todo o território e todas as etnias de Angola.

As tipologias propostas por Marcum e Pélissier serviram de referência à maioria dos historiadores que, posteriormente se debruçaram sobre o fenómeno nacionalista em Angola. Entre estes importa, contudo, destacar Patrick Chabal, que editou a obra *A History of Postcolonial Lusophone Africa*³⁵ em 2002. Para Chabal, os movimentos nacionalistas podem ser categorizados em três grandes grupos: 1.º) Modernistas; 2.º) Tradicionalistas; 3.º) Étnico-nacionalistas. Chabal sugere que os movimentos tradicionalistas representavam aqueles que pretendiam estabelecer Estados puramente africanos livres da influência exterior. Estes movimentos, portanto, consideravam-se supraétnicos, mas tendo a raça negro-africana como um elemento importante na sua conceção de nação. Por outro lado, Chabal considera que os movimentos étnico-nacionalistas eram aqueles que promoviam conceitos de nação que tivessem na base modelos africanos de ordem socioeconómica. Por outras palavras, os movimentos étnico-nacionalistas pretendiam restaurar os sistemas regionais de organização social, que até então se tinham mantido junto com o sistema colonial. Esta interpretação permite ao autor categorizar a UPA, numa primeira fase, como um movimento étnico-nacionalista e, posteriormente, como um movimento tradicionalista. Chabal considera que a mudança para uma agenda tradicionalista foi uma estratégia adotada pela UPA para melhor competir com o principal rival modernista – o MPLA.

1.3 Obras que analisam aspetos específicos da luta pela independência de Angola

As obras anteriormente consideradas abordam de forma global o fenómeno nacionalista em Angola. Importa agora analisar alguns trabalhos que abordam aspetos mais especificamente relacionados com a insurreição da UPA e com a reação política e militar do Estado Português. De modo geral, são obras mais recentes, publicadas no último quarto de século por académicos portugueses, angolanos e estrangeiros.

Assente numa perspetiva militar, a obra de John Cann, *Contra-insurreição em África: o modo português de fazer a guerra*³⁶, estuda o modo como – contra todas as probabilidades – Portugal conseguiu travar uma guerra de contra-insurreição durante treze anos. A obra introduz

³⁵ Patrick Chabal, *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: C. Hust & Co. Publishers, 2002.

³⁶ John P. Cann, *Contra-Insurreição em África: o modo português de fazer a Guerra*. São Pedro do Estoril: Edições Atena, 1997.

uma perspectiva interessante sobre as raízes ideológicas da posição adotada por Portugal, especialmente no que diz respeito às atitudes anticomunistas e à interpretação das insurreições africanas. O autor refere que o anticomunismo era uma característica particular das posições políticas adotadas pelos Estados ocidentais no pós-Segunda Guerra Mundial, inclusivamente por Portugal. Esse anticomunismo proporcionou um incremento na colaboração entre os países ocidentais, no âmbito de uma estratégia de segurança coletiva, que pretendia deter a ameaça da União Soviética. Esta posição defensiva estimulou um estudo intenso sobre política soviética – particularmente aquela de apadrinhar insurreições³⁷. Assim, na década de 1950, oficiais do exército português foram enviados para os Estados Unidos da América e para o Reino Unido, para participar em cursos sobre o combate às insurreições³⁸. De acordo com o autor, um resultado importante desta colaboração internacional foi a tradução do manual *Keeping the Peace* e a sua consequente introdução como material didático no Instituto de Altos Estudos Militares. O volume considera as insurreições como um problema inspirado pelo comunismo, progredindo da subversão à apreensão de áreas estratégicas. Deste modo, o manual rejeitava a ideia de que os movimentos nacionalistas pudessem ser motivados por um desejo simples e honesto de independência³⁹. Para Cann, este modo de interpretar as insurreições motivou a resposta militar às lutas nacionalistas por parte do Estado Português.

No entanto, esta obra tem sérios problemas. O principal é a falta de fontes. O livro depende de bibliografia e de entrevistas realizadas pelo autor aos veteranos portugueses das campanhas das guerras de independência para desenvolver seus principais argumentos. Contudo, o autor comete erros graves por não problematizar suficientemente as perspectivas pessoais que lhe foram oferecidas nas entrevistas. Isto leva o autor a integrar uma perspectiva parcial na sua narrativa histórica. Além do mais, a metodologia seguida pelo autor leva-o a cometer erros na recolha de dados. Pode referir-se, por exemplo, o modo como Cann atribui os assaltos às prisões de Luanda em 4 de Fevereiro de 1961 ao MPLA, sem considerar que esse dado não tem sido confirmado. Para além disso, Cann assume por vezes o discurso colonialista quando se refere aos insurgentes da UPA. Aliás, Cann minimiza a importância da insurreição da UPA, argumentando que Holden Roberto não compreendia a diferença entre os atos de violência sem sentido e atos com alcance político⁴⁰. É claro que independentemente do nível de

³⁷ Cann, *Contra-Insurreição em África*, 64.

³⁸ Cann, *Contra-Insurreição em África*, 67.

³⁹ Cann, *Contra-Insurreição em África*, 67-68.

⁴⁰ Cann, *Contra-Insurreição em África*, 56.

compreensão de Holden Roberto, as ações da UPA tiveram alcance político e até constituem uma das razões principais de o autor ter tido matéria para publicar o seu livro.

Em 2002, Luís Nuno Rodrigues analisou o significado da eclosão do conflito nacionalista angolano para Portugal. Na obra *Salazar-Kennedy: a crise numa aliança*⁴¹, o autor considera a situação política de Portugal entre 1961 e 1963 através da dinâmica diplomática entre Portugal e os Estados Unidos da América. Tomando uma estrutura semelhante àquela utilizada por autores como Samuels e Martelli em *Portuguese Africa: a handbook*, a obra de Luís Nuno Rodrigues considera importante os contextos interno e externo da política portuguesa. Por isso, a obra considera as posições adotadas pela ONU relativamente ao colonialismo, bem como os conflitos internos do Estado Novo que influíram no início do conflito armado. No entanto, a maior parte da obra foca-se nas relações entre Portugal e os Estados Unidos durante os três anos da administração presidencial de John F. Kennedy. Assim, Luís Nuno Rodrigues demonstra o modo como o Presidente dos Estados Unidos da América foi “incapaz” de apoiar os insurgentes em Angola, ainda que a sua estratégia política em África para combater a propagação do comunismo tivesse sido a de estender o alcance da diplomacia americana aos movimentos nacionalistas. O autor sugere que a posição americana relativamente à UPA foi fortemente condicionada pela necessidade de manter boas relações diplomáticas com Portugal, de forma a garantir a manutenção das bases aéreas nos Açores.

Três anos depois da publicação de *Salazar-Kennedy: a crise numa aliança*, em 2005, Fernando Tavares Pimenta publicou um trabalho dedicado ao estudo dos movimentos nacionalistas em Angola, o livro *Branços de Angola: autonomismo e nacionalismo*⁴². Nesta obra o autor chama a atenção para a lacuna existente relativamente à consideração dos movimentos nacionalistas ideados e apoiados pela população branca. O autor defende que a minoria branca constituía o cerne da burguesia colonial e que o nacionalismo da população branca de Angola nasceu do desejo desse estrato da sociedade angolana de obter maior autonomia e domínio sobre a economia local. Para além disso, a obra de Fernando Tavares Pimenta é significativa pelo estudo e descrição da situação colonial até 1961, sendo de particular relevância a sua descrição da população rural, da educação e das dinâmicas de identidade religiosa entre católicos e protestantes no Norte de Angola. Em 2008, Fernando Pimenta complementou o estudo sobre o nacionalismo branco em Angola com o livro *Angola*,

⁴¹ Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: a crise numa aliança*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

⁴² Fernando Tavares Pimenta, *Branços de Angola: autonomismo e nacionalismo 1900-1961*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2005.

*os Brancos e a Independência*⁴³. O primeiro capítulo desta obra é de particular pertinência para o presente estudo, por apresentar uma importante exposição sobre a historiografia referente ao estudo dos movimentos nacionalistas em Angola. As obras e os temas discutidos nesse capítulo foram amplamente considerados como parte da matéria base deste estudo.

Em 2009 René Pélissier e Douglas Wheeler lançaram uma obra de síntese intitulada *História de Angola*⁴⁴. A secção dedicada ao período da luta pela independência, da autoria de René Pélissier, apresenta uma narrativa muito simplificada sobre o fenómeno nacionalista. De facto, Pélissier minimiza a importância do papel desempenhado pela UPA na guerra de independência, apresentando-a como um movimento tribalista, cujas ações apenas representavam o “ressentimento de grupo contra a elite africana e o ódio pelas instituições coloniais”⁴⁵. Pélissier ignora também o facto de a UPA se ter inspirado na ideologia de Frantz Fanon, que considerava necessário apagar qualquer traço do colonialismo antes de estabelecer o governo da nação independente. De facto, na nossa perspectiva, os ataques perpetrados pelos insurgentes da UPA não devem ser considerados como a manifestação duma atitude tribalista, mas sim o resultado da aplicação da teoria de Frantz Fanon em Angola. O próximo capítulo explicará em maior detalhe a teoria de Frantz Fanon e demonstrará o modo como esta pode explicar a estratégia adotada pelos insurgentes da UPA em 1961.

Os primeiros passos para uma reavaliação do papel da UPA na guerra de independência foram dados por Carlos Pacheco, em 2010, na obra *Angola um Gigante com Pés de Barro*.⁴⁶ Neste livro, Pacheco destacou a possibilidade de a UPA ter tido maior importância na organização dos ataques às prisões de Luanda em 4 de Fevereiro de 1961, ação cuja paternidade é formalmente reclamada pelo MPLA. Embora a posição de Carlos Pacheco possa ser contestada, o autor defende que os ataques de 4 de Fevereiro de 1961 foram “organizados” pelo Cónego Manuel das Neves, cujas relações de simpatia com a UPA estão documentadas. Esta mesma ideia é explorada – e confirmada – por José Manuel da Silveira Lopes, no livro *O Cónego Manuel das Neves: um nacionalista angolano*, publicado em 2017. A obra utiliza processos da PIDE para caracterizar a actividade nacionalista do Cónego Manuel das Neves. O autor refere que o contato entre o Cónego Neves e os movimentos nacionalistas manifestava-se no interesse particular que tinha na leitura dos jornais da UPA, bem como no contato que

⁴³ Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

⁴⁴ Pélissier; Wheeler, *História de Angola*.

⁴⁵ Pélissier; Wheeler, *História de Angola*, 257.

⁴⁶ Carlos Pacheco, *Angola: um gigante com pés de barro*. Lisboa: Nova Vega, 2010.

mantinha com representantes da ONU e dos Estados Unidos da América⁴⁷. De acordo com Silveira Lopes, o Cónego Manuel das Neves tinha uma certa afinidade com a causa da UPA, pelo que colaborava na disseminação de folhetos desse movimento nos musseques de Luanda, bem como nos esforços de arrecadação de fundos para essa organização nacionalista. Aliás, Silveira Lopes afirma que o próprio Cónego coordenava o transporte do dinheiro para os líderes da UPA no Congo Léopoldville⁴⁸. No entanto, os factos relatados e as conclusões tiradas por Silveira Lopes devem ser encarados com alguma cautela, uma vez que o autor apoia-se essencialmente em documentação da PIDE, cuja fiabilidade nem sempre se confirma. Por exemplo, na investigação que levámos a cabo não encontramos documentação que sugerisse uma ligação forte da UPA à cidade de Luanda no início da década de 1960. Mesmo assim, será importante para o futuro da historiografia considerar as questões levantadas na obra de José da Silveira Lopes.

Por último, considera-se importante mencionar a publicação da obra dirigida por Diogo Ramada Curto, *Políticas Coloniais em Tempos de Revoltas: Angola circa 1961*. Este livro analisa as respostas das autoridades portuguesas à eclosão do conflito. De acordo com Ramada Curto, a resposta ao conflito no âmbito científico foi a de garantir que os estudos académicos alinhassem sempre com a posição do Estado⁴⁹. Além disso, Ramada Curto sugere que os estudos então efetuados pela academia portuguesa eram politicamente orientados para a “causa da destribalização”, cujo objetivo era o de afastar os indígenas dos costumes tradicionais e de os integrar de modo permanente na força laboral. Estes objetivos manifestaram-se também na criação das regedorias através do Norte de Angola. Estas aldeias militarizadas teriam funcionado como um método sistemático de controlo da população indígena rural após a eclosão do conflito. Nelas, os habitantes podiam ser vigiados constantemente e podiam ser encaminhados para os labores controlados pelas autoridades⁵⁰. Além disso, o sistema de regedorias fortalecia a autoridade colonial, pois eliminava a necessidade de colaborar com as autoridades tradicionais nas zonas dominadas pela presença do Estado⁵¹. Este sistema fazia parte da chamada “ação psicológica” efetuada pelo exército português na tentativa de atrair os refugiados no mato às zonas controladas pelas tropas portuguesas. Como se demonstrará mais

⁴⁷ José Manuel da Silveira Lopes, *O Cónego Manuel das Neves: Um Nacionalista Angolano*. Lisboa: Nova Vega, 2017, 43-48, 69-71.

⁴⁸ Lopes, *O Cónego Manuel das Neves*, 54-57.

⁴⁹ Diogo Ramada Curto (dir.), Bernardo Pinto da Cruz e Teresa Furtado, *Políticas Coloniais em Tempos de Revoltas: Angola circa 1961*. Porto: Edições Afrontamento, 2016, 16-19.

⁵⁰ Curto (dir.), Cruz e Furtado, *Políticas Coloniais em Tempos de Revoltas*, 33-35.

⁵¹ Curto (dir.), Cruz e Furtado, *Políticas Coloniais em Tempos de Revoltas*, 44-46, 254-255.

a frente, a UPA teria de realizar grandes esforços para evitar que os refugiados se entregassem às autoridades portuguesas.

1.4 Conclusão

A historiografia referente à Guerra de Independência de Angola tem considerado tanto a posição dos diversos movimentos nacionalistas, como a posição do Estado Português. No entanto, esta tese considera que a análise das respetivas posições, do Estado Português e da UPA devem ser problematizadas.

Por um lado, parece que os historiadores não tiveram a preocupação em caracterizar os objetivos e a ideologia da UPA depois da publicação das obras clássicas *The Angolan Revolution*, e *La Colonie du Minotaure*. Assim, velhas categorizações da UPA como uma organização “tribalista” ficaram gravadas no discurso histórico, sem considerar que esse termo representa, de certa forma, um insulto, que era utilizado nas décadas de 1950 e 1960 para deslegitimar os movimentos nacionalistas que não alinhavam com a agenda da política internacional, que insistia na criação de estados-nação baseados nas fronteiras coloniais estabelecidas pela Conferência de Berlim. Além disso, considerando a política colonial, o termo “tribalista” também é problemático à luz das políticas, que utilizava o termo “destribalização” em referência a uma política que visava afastar a população africana dos modelos tradicionais de vida.

Por outro lado, a análise do Estado Português também precisa de ser problematizada. Ainda que a história não deva ignorar as injustiças cometidas pelos regimes imperialistas dos séculos XIX e XX, este estudo considera importante ressaltar o modo como Adriano Moreira interpretou o colapso da política imperialista na cena internacional. Esta análise, é importante porque é fácil, no estudo da história sobre a emancipação das colónias africanas no século XX, assumir a posição anticolonialista, sem considerar os interesses políticos mais amplos que existiam por trás dessa posição. Interesses esses, que estavam relacionados com o fim da Segunda Guerra Mundial e a consequente reestruturação da economia e dos poderes a nível internacional. Além disso, não é possível consultar as fontes da altura sem perceber que, pelo menos no discurso político, as autoridades portuguesas frequentemente culpavam as dinâmicas antagónicas da Guerra Fria pela organização de movimentos nacionalistas e as lutas que estes travavam. É por isso que este estudo pretende considerar a posição assumida pelo Estado Português e avaliar se, de facto, há provas para sugerir que Portugal enfrentou a Guerra de Independência de Angola como como a manifestação duma manobra estrangeira que pretendia

conseguir a independência de Angola. Com estes objetivos em mente, será necessário interpretar as fontes da UPA e do Estado Português, à luz das conclusões dos estudos anteriores.

CAPÍTULO 2: A UNIÃO DOS POVOS DE ANGOLA: DISCURSO NACIONALISTA, TEORIA POLÍTICA DE DESCOLONIZAÇÃO E FACTOS DA LUTA ARMADA

As origens da União dos Povos de Angola (UPA) podem ser rastreadas em meados da década de 1950. Naquela altura os futuros membros da UPA emergiram na cena política angolana como parte de um movimento da etnia bacongo que pretendia restaurar a autonomia do antigo reino do Congo, cuja sede se localizava na cidade de São Salvador (M'Banza Congo), no Noroeste de Angola. No entanto, as dificuldades enfrentadas pelos activistas bacongo, na sua tentativa de diálogo com a administração colonial, levaram-nos a questionar a autoridade do Estado Português e a considerar outras formas de luta. Importa realçar que isto aconteceu numa altura em que as colónias africanas começavam a adquirir a independência, nomeadamente o Gana. Na procura de apoio entre os novos países africanos, os líderes do protesto político bacongo tomaram consciência do seu potencial para liderar um movimento não apenas étnico, mas nacionalista, que incluísse a totalidade do território angolano e da sua população autóctone. Importante nesta evolução foi o contacto com as teorias políticas de Frantz Fanon⁵² que, para além de ser simpatizante da causa nacionalista angolana, foi amigo de Holden Roberto, o líder da UPA. Como tal, a análise da teoria política da descolonização elaborada por Fanon é fundamental para entender a proposta nacionalista da UPA e compreender as motivações e as características da insurreição de 15 de Março de 1961.

⁵² Frantz Fanon nasceu em 1925 numa família de raça negra natural da Martinica, numa altura em que a ilha ainda era uma colónia francesa. Durante a Segunda Guerra Mundial, Fanon teve a oportunidade de lutar em defesa do império Francês na Argélia, o que lhe permitiu aprofundar a sua perspectiva sobre o colonialismo francês. Após a Guerra, Fanon recebeu o grau de médico-psiquiatra da Universidade de Lyon. Exerceu a profissão de medicina psiquiátrica na Argélia, onde, pouco tempo depois da eclosão da luta pela independência, decidiu dedicar-se à causa nacionalista da *Front de Libération Nationale* (FLN). Ao longo das suas carreiras académica, médica e militar, Fanon desenvolveu teorias que rapidamente se tornaram fulcrais no cânone dos estudos do colonialismo e pós-colonialismo. As dinâmicas da vida sob o colonialismo francês, em que a raça de cada pessoa influía nas suas experiências diárias, levou Fanon a pensar na colonização a partir das relações inter-raciais. A sua formação como médico psiquiatra permitiu-lhe fazer uma análise psiquiátrica sobre os efeitos da violência nos processos de colonização e descolonização. As suas teorias sobre o colonialismo, e as relações entre as raças, são amplamente descritas nas obras *Peles Negras Máscaras Brancas* (1952) e *Os Condenados da Terra* (1961). O sucesso das suas obras e a sua participação na luta pela independência da Argélia permitiram a Fanon ter grande influência nos movimentos independentistas de África na segunda metade do século XX. Veja-se: "Frantz Fanon: His Life and Work", *International Tribute to Frantz Fanon* 8. Amherst: University of Massachusetts Press, 1979.

2.1 As origens da União dos Povos de Angola

Não é nosso objectivo descrever aqui de forma detalhada as origens da UPA, uma vez que essa descrição factual já foi realizada, de forma pormenorizada, por John Marcum. Interessa-nos, contudo, salientar que na origem da UPA esteve um movimento de base regional e de forte pendor étnico, a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA). Na verdade, na década de 1950, existia a expectativa entre alguns angolanos de etnia bacongo, em especial entre aqueles que tinham emigrado para o Congo Belga, de que a administração colonial desse maior autoridade e autonomia à coroa do Congo. Assim, a partir de duas cidades no Congo Belga, dois futuros líderes da UPA procediam à organização das populações de etnia Bacongo em torno da causa da restauração da autonomia dos reis do Congo. Tratava-se de Eduardo Pinock, instalado em Matadi, e de Holden Roberto, que liderava a causa a partir de Léopoldville. Ambas as cidades situavam-se no então Congo Belga, onde viviam numerosos angolanos emigrados, sobretudo de etnia bacongo. Em Junho de 1957, os grupos de Matadi e de Léopoldville começaram a colaborar entre si, tendo então redigido uma carta em nome dos habitantes do Congo, dirigida ao secretário-geral da ONU. Nesta carta, os dois grupos pediam uma investigação às práticas de trabalho forçado, ao sistema de saúde precário e à falta de educação em Angola. Depois desta ação, os dois grupos uniram-se oficialmente num movimento político denominado de União dos Povos do Norte de Angola (UPNA)⁵³.

Em Dezembro de 1958 a UPNA foi convidada a participar na Conferência dos Povos Africanos em Acra, no Gana, tendo sido representada por Holden Roberto. No entanto, ainda antes de iniciar a conferência, Roberto percebeu que não conseguiria apoio para um movimento étnico e regional, uma vez que a proposta de ressuscitar o antigo reino do Congo seria criticada pelos líderes internacionais como um anacronismo tribal. Assim, no dia do início da conferência, Holden Roberto mudou o nome da sua organização e apresentou-se como representante da União dos Povos de Angola, deixando para atrás a restrição do movimento ao Norte de Angola. A Conferência dos Povos Africanos estimulou Holden Roberto a desenvolver, através da sua organização, um movimento nacionalista mais amplo para contestar a soberania portuguesa em Angola⁵⁴.

Além disso, a Conferência permitiu a Roberto estabelecer contatos com alguns dos futuros simpatizantes internacionais da causa da UPA, nomeadamente Frantz Fanon, o

⁵³ Marcum, *The Angolan Revolution*, 63.

⁵⁴ Marcum, *The Angolan Revolution*, 67.

teorizador sobre a descolonização da África, e Patrice Lumumba, líder da independência do Congo Belga. Estas duas figuras teriam bastante influência na liderança de Holden Roberto e nas ações desempenhadas pela UPA. Paralelamente, a participação na conferência permitiu à UPA estabelecer relações políticas com movimentos nacionalistas de outras partes de África e com a imprensa internacional. Após a conferência, Holden Roberto ficou no Gana, onde trabalhou para o governo desse país. Durante a sua estada no Gana, Roberto desenvolveu uma amizade próxima com Frantz Fanon. Segundo Marcum, a amizade entre Fanon e Roberto levou à decisão de mudar os objetivos da UPA, para apostar numa luta armada pela independência da totalidade do território angolano. Esta opção foi comunicada aos restantes membros da direcção da UPA em Léopoldville⁵⁵.

No entanto, antes de avançar para a luta armada, Roberto considerava que primeiro seria necessário apresentar a situação angolana perante a comunidade internacional junto da Organização das Nações Unidas (ONU)⁵⁶. A ONU tinha determinado que os Estados membros que governassem territórios coloniais deviam procurar “o bem-estar dos habitantes desses territórios”. Isto foi incluído no capítulo XI da Carta da ONU, intitulado Declaração Relativa a Territórios não Autónomos. Além disso, a Carta determinava que os Estados membros da ONU deveriam transmitir regularmente ao Secretário-Geral, “informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respetivamente responsáveis”⁵⁷. Visto que Portugal tinha sido admitido na ONU em 1955, Holden Roberto – com o apoio da delegação guineense junto da ONU – pretendia utilizar o capítulo XI da Carta das Nações Unidas para pressionar Portugal a responder às reivindicações da UPA.

Assim, orientada por informações proporcionadas por Holden Roberto, a delegação guineense argumentou que a administração portuguesa estava a impedir a autodeterminação do povo angolano, e exigia que Portugal prestasse contas sobre o progresso na transição para a autonomia de Angola. Fora da ONU, Holden Roberto aproveitou a sua estada nos Estados Unidos da América para se encontrar com membros de organizações interessadas em apoiar a causa da descolonização africana.

Após a visita a Nova Iorque, Roberto voltou a África, onde a causa pela libertação de Angola tinha avançado e outros movimentos manifestavam a sua intenção de lutar pela

⁵⁵ Marcum, *The Angolan Revolution*, 68-69, 135-136.

⁵⁶ Marcum, *The Angolan Revolution*, 69.

⁵⁷ United Nations, “Declaration Regarding Non-self-governing Territories”, in *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*, (1945):14.

independência de Angola, nomeadamente o MPLA, que se tornou no principal rival da UPA. A este respeito, as autoridades no Gana eram da opinião que a UPA e o MPLA deveriam criar uma frente nacionalista comum, pressionando para o efeito Holden Roberto⁵⁸. Mas Roberto contrariou as pressões do governo ganês, facto que ficou patente na segunda Conferência dos Povos Africanos, realizada em Tunísia, em 1960. Nessa ocasião, Holden Roberto reuniu pela primeira vez com os representantes do MPLA, mas recusou-se a estabelecer qualquer compromisso ou colaboração com esse movimento. De facto, era difícil para Roberto atender à solicitação do Gana, uma vez que a UPA já tinha estabelecido um discurso nacionalista próprio, perfeitamente distinto do projeto político representado pelo MPLA.

2.2 O discurso nacionalista da União dos Povos de Angola

O discurso nacionalista da UPA foi publicitado em 1960, no Congo Léopoldville, através do panfleto intitulado “La Lutte Pour L’Indépendance de L’Angola”, da autoria do Comité Diretor da UPA. Dirigindo-se a diversos públicos, incluindo os colonos portugueses, o Comité Diretor da UPA apresentava o plano para estabelecer um governo independente em Angola. O panfleto apelava a todos os angolanos a participarem ativamente nas campanhas nacionalistas da UPA; ações que consistiam numa resistência contra o privilégio dos colonos, e pretendiam reclamar os direitos políticos e económicos das populações desfavorecidas pelo sistema colonial. No panfleto, a UPA declarava que o ano de 1960 seria o “ano de África”, pelo que a fome, o desprezo e a humilhação sofridas pelos povos negros, como consequência da dominação colonial, seriam superados pelos povos que despertavam dum longo sono para reclamar o seu direito à liberdade⁵⁹. Neste sentido, a UPA exigia que a administração portuguesa começasse a aceitar a descolonização africana, de forma que Angola e as restantes colónias da África Portuguesa se juntassem aos restantes países libertados de África, tais como o Gana, a Guiné-Conacri e os Camarões. Contudo, é importante salientar que, neste panfleto, a UPA ainda não fazia um apelo concreto à luta armada⁶⁰.

Por outro lado, a UPA denunciou a separação de raças em Angola, bem como a existência de uma diferenciação nos estatutos de cidadania. Na perspetiva da UPA, não era

⁵⁸ Marcum, *The Angolan Revolution*, 69-70.

⁵⁹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA NT 2943-2946 vol.1, 4, Comité-Directeur de L’Union des Populations de L’Angola, *La Lutte Pour L’Indépendance de L’Angola*, 1.

⁶⁰ Embora *La Lutte Pour L’Indépendance de L’Angola* não fizesse um chamamento para o uso da violência, as transcrições dos programas de rádio da UPA na Rádio Nacional Congoleza sugerem que na altura a UPA já declarava abertamente a sua intenção de utilizar a luta armada para combater a violência do colonialismo português. Veja-se IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, Folha 959-960, União das Populações de Angola, “Caros Compatriotas”.

concebível aceitar que a administração portuguesa categorizasse os portugueses metropolitanos – que em muitos dos casos eram analfabetos – como "civilizados", enquanto os indígenas angolanos tinham de provar seu nível de “civilização” através de provas de cultura, escrita e leitura. Considerando este tipo de categorizações, a UPA declarava que o Estado colonial constrangia – e oprimia – os indígenas angolanos, colocando-os num estrato social inferior, que os mantinha no “obscurantismo” em comparação com os cidadãos brancos⁶¹. Além disso, a UPA acusava o Estado Português de autorizar a violência contra os indígenas angolanos. Este tipo de violência autorizada podia manifestar-se através de assassinatos, deportações e trabalho forçado. Efetivamente, o trabalho forçado era uma das realidades que mais motivava o protesto da UPA, uma vez que este era interpretado como uma forma de escravatura. A este respeito, o historiador René Pélissier, abordando a questão das queixas dos indígenas, chegou à seguinte conclusão que, de alguma forma, sintetiza as queixas expressas pela UPA: “pode-se pelo menos organizar as queixas dos indígenas em duas grandes categorias: (i) contra a administração; ii) contra a população civilizada em geral. A conjuntura entre as duas séries é assegurada por todos os conflitos nascidos da obrigação de trabalhar”⁶².

No entanto, a UPA ia mais longe nas suas acusações contra Portugal. De facto, a análise da UPA acerca da situação política dos indígenas angolanos ia no sentido de acusar o Estado Português de implementar métodos de dizimação da população negra. A UPA alegava que as potências europeias – e especificamente Portugal – pretendiam dizimar a população indígena africana, tal como tinham feito anteriormente a população indígena do continente americano. Este argumento era desenvolvido a partir de uma narrativa histórica que traçava paralelos entre a colonização da América e de África. Em claro contraste com os supostos desígnios europeus de extermínio, a UPA declarava que pretendia instituir um sistema que nomeava como “democrático social”: “Será democrático porque o poder será exercido pelo povo e para o povo. Será social porque será exercido diretamente e especialmente pelas massas mais desfavorecidas. A terra será distribuída para aqueles que a trabalham”⁶³.

Neste sentido, a UPA estabelecia um discurso político de denúncia, que descrevia a situação dos indígenas angolanos em termos de opressão económica e de violência. Ao mesmo tempo, o Comité Diretor da UPA apresentava uma proposta nacionalista que abordava as

⁶¹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA NT 2943-2946 vol.1, 4, Comité-Directeur de L'Union des Populations de L'Angola, *La Lutte Pour L'Indépendance de L'Angola* 16. IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA NT 2943-2946 vol.1, 4, “O Divisionismo de Portugal em Terras Africanas”, *A Voz da Revolução*, Matadi: Fevereiro/Março 1966.

⁶² Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, 129.

⁶³ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA NT 2943-2946 vol.1, 4, Comité-Directeur de L'Union des Populations de L'Angola, *La Lutte Pour L'Indépendance de L'Angola* 16.

necessidades políticas, bem como as necessidades económicas dos indígenas angolanos. Deste modo, a UPA contrastava a imagem de um colonialismo violento e opressor com uma proposta nacionalista que pretendia contrariar a realidade colonial através de uma transformação do sistema económico. Na perspetiva da UPA, o sistema colonial deveria desfazer-se através da implementação dum novo sistema económico, criado para auxiliar as populações mais subalternizadas, dando-lhes acesso aos meios de produção, de modo a que pudessem adquirir a sua autonomia económica e política.

Paralelamente, os esforços da UPA junto da ONU deram alguns frutos. Em finais de 1960, a ONU deu razão aos nacionalistas angolanos e, através da resolução 1542, declarou que “os territórios sob a administração de Portugal listados abaixo são territórios sem autonomia”. Esses territórios incluíam todas as possessões portuguesas em África e na Ásia, incluindo Angola⁶⁴. Esta resolução foi a consequência da petição por parte da delegação guineense na décima quarta sessão da Assembleia Geral da ONU. Na sequência da resolução 1542, a ONU exigiu informações sobre as colónias portuguesas conforme o capítulo XI da Carta das Nações Unidas. Assim, a administração portuguesa de Angola encontrava-se em perigo de ser posta em evidência como uma governação colonial e não como uma administração provincial.

2.3 Ações nacionalistas em Angola

Poucos meses depois, na madrugada de 4 de fevereiro de 1961, nacionalistas angolanos atacaram duas prisões e um posto policial em Luanda, numa tentativa de libertar prisioneiros políticos. No que refere a estes ataques, os historiadores concordam em dizer que estes não conseguiram o seu objetivo, mas contribuíram para desfazer o mito da harmonia racial no Império Português⁶⁵. No dia seguinte, as atitudes de desconfiança entre raças ocasionaram um desastre quando, depois do funeral dos polícias falecidos nos assaltos, alguns elementos extremistas procuraram obter vingança, abrindo fogo sobre a multidão de angolanos negros que esperava fora do cemitério. Na altura, alguns jornalistas estrangeiros estavam em Luanda, com o objetivo de dar cobertura a uma ação anti-Estado Novo: a captura do navio Santa Maria por Henrique Galvão, antigo deputado eleito pelo círculo de Angola à Assembleia Nacional de Lisboa (1945-1949). Na tentativa de manter a imagem de harmonia e de concórdia racial em Angola, os jornalistas estrangeiros foram expulsos pela PIDE e os seus materiais foram

⁶⁴ United Nations, *Resolutions Adopted by the General Assembly During its Fifteenth Session vol. 1*, (20 September - 20 December 1960): 30.

⁶⁵ Veja-se: Lopes, *O Cónego Manuel das Neves*, 88-97; Marcum, *The Angolan Revolution*, 126-130; Pacheco, *Angola: um Gigante com pés de Barro*, 105-113; Benedict Schubert, *A Guerra e as Igrejas*. Basel: P. Schlettwein Publishing, 2000, 63-66.

confiscados⁶⁶. Como refere Benedict Schubert, a proteção da imagem da cidade era de particular interesse para as autoridades coloniais, uma vez que Luanda era considerada exemplar no processo de assimilação dos indígenas e de convivência harmoniosa entre todas as raças⁶⁷.

Existem interpretações divergentes relativamente aos assaltos de 4 de Fevereiro de 1961. Enquanto John Marcum sugere que, provavelmente, a organização coube principalmente ao MPLA, considerando que a UPA teve pouca participação nos assaltos, as publicações mais recentes sugerem o contrário. Segundo Carlos Pacheco a realidade foi totalmente contrária, tendo sido a UPA a principal organizadora dos assaltos às prisões, ao passo que o MPLA não terá tido nada a ver com essa ação nacionalista. Para Pacheco, a UPA visava, com esta ação, trazer à capital as exigências do movimento, que até essa altura permanecia limitado às zonas rurais do Noroeste de Angola. Para esse fim, a ação terá sido planeada para aproveitar a presença de jornalistas estrangeiros em Luanda. Pacheco acrescenta também que, na altura, o principal líder da UPA em Luanda era o Cónego Manuel Mendes das Neves, sem cuja bênção os assaltos não teriam acontecido⁶⁸. A perspetiva de Carlos Pacheco sobre o Cónego Manuel das Neves é apoiada, em parte, por José da Silveira Lopes, que argumenta – com base nos documentos do arquivo da delegação de Angola da PIDE/DGS – que o Cónego Manuel das Neves teve o poder de impedir os assaltos, mas preferiu apoiar a causa dos nacionalistas. Além disso, os depoimentos dos envolvidos nos ataques colocaram o Cónego Manuel das Neves como membro e tesoureiro da UPA e um dos principais orientadores da ação do 4 de Fevereiro⁶⁹.

Em contraste com essas perspetivas, Benedict Schubert assume uma posição neutra na análise dos assaltos. Este autor não tenta atribuir a ação nacionalista a nenhum movimento específico, preferindo assinalar o impacto que teve no início da luta armada. Independentemente de quem organizou os assaltos, os acontecimentos de Fevereiro de 1961 desencadearam uma série de represálias por parte das autoridades portuguesas, incluindo uma série de “caças humanas” dirigidas contra as populações negras de Luanda. Schubert considera que essas represálias fizeram do colonialismo português o inimigo comum entre os angolanos de raça negra e, em conjunto com a resistência das autoridades portuguesas em dialogar com os sectores nacionalistas angolanos, facilitaram a decisão de iniciar a luta armada⁷⁰.

⁶⁶ Marcum, *The Angolan Revolution*, 129.

⁶⁷ Schubert, *A Guerra e as Igrejas*, 63.

⁶⁸ Pacheco, *Angola: Um Gigante com pés de Barro*, 106.

⁶⁹ Lopes, *O Cónego Manuel das Neves*, 97-103.

⁷⁰ Schubert, *A Guerra e as Igrejas*, 69.

Como já foi referido, a UPA lançou a luta armada pela independência de Angola no dia 15 de Março de 1961, por meio de uma revolta rural no Norte de Angola. A data do início da luta foi escolhida estrategicamente, para coincidir com a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no âmbito da XV Assembleia Geral da ONU. Nesse dia, Holden Roberto estava em Nova Iorque para acompanhar as decisões da Assembleia que discutia a situação política e social em Angola. A UPA esperava que o início do conflito armado – e a discussão do caso angolano na Assembleia Geral das Nações Unidas – resultasse no conseqüente apoio da comunidade internacional à sua causa.

Não iremos narrar de forma detalhada a sucessão de eventos relativos à rebelião de 15 de Março de 1961. Essa descrição factual da revolta já foi efectuada por vários historiadores, pelo que não tem sentido repetir aqui o que já foi escrito há várias décadas por John Marcum ou por René Pélissier. Podemos, contudo, afirmar a este respeito que o relatório do intendente Custódio Ramos contém uma descrição minuciosa da rebelião, porventura a mais pormenorizada ao nível das fontes portuguesas. Nesta dissertação, retirámos somente algumas informações que nos permitem melhor compreender a forma como a rebelião foi percebida pela administração colonial portuguesa.

Neste sentido, de acordo com o relatório do intendente Custódio Ramos, na noite de 14 de Março de 1961, os residentes de Maquela do Zombo, no Norte de Angola perceberam que algo de estranho se passava nos arredores da cidade. O empregado doméstico do aspirante a chefe de posto, Neves Alves, informou o seu chefe que não devia sair de noite, pois os homens da UPA vindos do Congo ex-Belga se preparavam para lançar uma rebelião. Nesse momento, o aspirante não prestou atenção às palavras do empregado, pensando que no dia seguinte poderia investigar o assunto⁷¹. No entretanto, o Chefe do Posto de Canda contactou as autoridades em São Salvador do Congo e verificou que a insurreição da UPA tinha começado nessa mesma madrugada⁷². Assim, no alvorecer do dia 15 de Março de 1961, inúmeras fazendas, povoações e cidades do Distrito do Uíge tinham sido atacadas pelos insurgentes da UPA, cujo objetivo era o de chacinar a população branca e mestiça e até mesmo os trabalhadores negros da etnia ovimbundo, originários dos Centro-Sul de Angola. Segundo o relatório do intendente Custódio Ramos, incontáveis vítimas mortais ficaram espalhadas através do Noroeste de Angola. As autoridades não conseguiram responder adequadamente à situação por causa da surpresa dos ataques e por causa da falta de armas. O intendente Custódio Ramos, por exemplo, só tinha à sua disposição uma metralhadora com 65 balas. Além disso as ameaças de

⁷¹ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. 1, 238-239.

⁷² Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. 1, 242.

ataques subsequentes dificultaram a resposta aos acontecimentos dessa madrugada⁷³. Ainda que a tática de atacar vastas extensões de território tenha sido empregue principalmente nos primeiros dias da insurreição, o facto é que os ataques repetiram-se a uma escala local nos meses seguintes, obrigando as autoridades e a população civil a um estado de alerta constante. E, até Maio de 1961, a população civil teve de enfrentar os ataques sem reforços militares.

2.4 O discurso nacionalista da União dos Povos de Angola à luz da teoria de descolonização de Frantz Fanon

A aposta na violência teve um grande impacto na altura da eclosão da luta armada, por esta ter sido infligida tanto aos brancos colonizadores como aos trabalhadores de etnia ovimbundo. Tornava-se evidente que o plano nacionalista da UPA pretendia erradicar todos os vestígios do colonialismo e que as medidas violentas da sua insurreição não faziam distinção de raça. Mas o grau de violência usado pelos insurgentes levou a que UPA fosse rapidamente classificada pelos seus oponentes – Estado Português e MPLA – como um movimento racista e tribalista. Esta categorização política foi vertida para o discurso historiográfico e perdura até aos dias de hoje. Historiadores como René Pelissier e John Cann caracterizaram a UPA como um movimento tribalista⁷⁴. Essa caracterização tem a ver com recusa da UPA em trabalhar com o MPLA e pelos atos de violência infligidos aos trabalhadores de etnia ovimbundo durante a rebelião.

No entanto, esses dois aspetos da posição adotada pela UPA não sugerem necessariamente que a UPA tivesse uma natureza tribalista. Tal como refere Fernando Tavares Pimenta: “Para a UPA/FNLA tanto era branco o fazendeiro de café originário de Lisboa, como o funcionário mestiço ou negro europeizado de Luanda, pois os três eram considerados o produto e agentes da dominação colonial portuguesa. Na perspetiva da UPA/FNLA, pelo menos num primeiro momento, a luta de independência teria necessidade de passar pela eliminação desses três elementos demográficos, considerados estranhos à matriz original africana do país”⁷⁵. Por outro lado, aquando do início da rebelião, Holden Roberto falou sobre a violência do movimento em termos psiquiátricos, declarando que a revolta representava “uma expressão de desespero contra o terrorismo português dos últimos 500 anos”⁷⁶. Nesta simples, mas importante declaração, Roberto argumentava que a insurreição da UPA era apenas a

⁷³ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. 1, 243-244.

⁷⁴ Péllissier, *La colonie do Minotaure*, 268; Cann, *Contra-insurreição em África*, 48.

⁷⁵ Pimenta, *Angola, os Brancos e a Independência*, 61-62.

⁷⁶ “Angolan Leader Decries Killings”, *The New York Times*, 20 de Março de 1961.

manifestação, ou sintoma, de “séculos de terrorismo”. A UPA também fazia questão de salientar o modo como as manifestações e as declarações pacíficas da década de 1950 tinham sido ineficazes. Pelo contrário, todas as tentativas de estabelecer um diálogo foram recusadas ou reprimidas pelas autoridades portuguesas, o que constituía mais uma razão para UPA iniciar uma revolta armada. Essa lata interpretação sobre os constituintes do estrato colonizador, bem como a justificação do uso da violência na luta nacionalista são os melhores exemplos da influência de Frantz Fanon sobre a UPA. Assim, a opção da UPA pela luta armada e o carácter violento da rebelião têm de ser entendidos à luz da teoria da descolonização de Frantz Fanon.

2.4.1 A violência na teoria de Frantz Fanon

Embora a UPA não tivesse invocado o nome de Fanon nos seus discursos políticos, é difícil ignorar as semelhanças entre as ideias apresentadas na obra de Fanon, *Os Condenados da Terra*, publicada em 1961, e as características da luta armada lançada nesse mesmo ano pela UPA. A obra *Os Condenados da Terra* apresenta as ideias de Frantz Fanon sobre os processos de descolonização. Como tal, oferece comentários e interpretações sobre o papel da violência no processo de colonização e de descolonização, ajudando a apreciar os valores da rebelião lançada pela UPA. O primeiro capítulo da obra contém o seu ponto de vista mais polémico, uma vez que detalha as teorias de Fanon sobre a violência. Na perspetiva de Fanon, a violência é simplesmente uma realidade necessária para o sucesso do processo de descolonização. Isto deve-se ao facto de que, segundo Fanon, o primeiro contato entre colonizador e colonizado constitui, desde o início, um ato de violência por este ter substituído de modo forçado a ordem autóctone pela ordem colonial. De resto, toda a colonização é facilitada pelo uso de armas⁷⁷. Além do mais, Fanon sugere que após a conquista territorial, o colonialismo sustenta a ameaça da violência para fazer funcionar o sistema. Essa ameaça pode ser sustentada através de severos sistemas de punição ou de trabalho forçado⁷⁸. A obra passa então a refletir sobre o facto de, dentro de um sistema criado e sustentado pela violência, a única hipótese para os povos oprimidos atingirem a libertação é pela participação na violência do sistema. Só assim os dominados conseguiriam passar a ser dominantes e teriam hipóteses de tomar medidas que permitissem uma descolonização completa.

Considerando os significados da revolta armada, Fanon – que era médico psiquiatra de profissão – acrescenta que o ato de violência nacionalista organizada não é apenas um ato

⁷⁷ Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, 26.

⁷⁸ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 76-77.

compreensível; é também um ato necessário para satisfazer as carências psiquiátricas do colonizado⁷⁹. Ao mesmo tempo, o ato marca o início do desenvolvimento da identidade nacional e, conseqüentemente, o surgimento de uma nova nação. Portanto, a revolta constitui um sinal incontestável de que o sistema colonial falhou na tentativa de impor uma identidade nacional sobre os povos colonizados. É preciso salientar que os objetivos de Fanon nesta obra estão longe de simplesmente justificar a violência das várias lutas nacionalistas que na altura eram travadas em África. Pelo contrário, a obra pretende acima de tudo explicar, de um ponto de vista psiquiátrico, as razões pelas quais essas lutas estavam a acontecer de forma violenta.

A Delegação da PIDE em Angola apreendeu documentos que demonstram o modo como a UPA explicava a recém-começada luta armada. Explicações que refletiam a influência de Frantz Fanon. Na “Carta Aberta ao Mundo”, publicada no jornal da UPA, *A Voz da Nação Angolana*⁸⁰, o colonialismo português é descrito como um sistema que nunca visou beneficiar o povo angolano, mas sim “deprimi-lo, sacrificá-lo e até exterminá-lo”⁸¹. Esta descrição ressoa os pontos detalhados um ano antes pelo Comité Diretivo da UPA e confirma, uma vez mais, o modo como a UPA interpretava o colonialismo: um sistema que ocasionava dano psicológico e destruía a população indígena angolana. A “Carta Aberta ao Mundo” declara que as relações entre Portugal e Angola sempre se tinham pautado pela violência e aproveita para narrar a história dos protestos contra o colonialismo português no século XX. Segundo o documento da UPA, o povo angolano tinha manifestado pacificamente a sua oposição ao domínio colonial e estas manifestações sempre teriam sido correspondidas com violência. Portanto, o povo angolano teria sido obrigado a implementar métodos violentos, dos quais foram alvos não só os brancos, mas também os mestiços e assimilados uma vez que “não só [fechavam] os olhos perante a monstruosa injustiça dos Portugueses, como até ajudavam a esbulhar e desgraçar o seu irmão de raça”⁸². Com as ideias expressas na “Carta Aberta ao Mundo”, a UPA pretendia justificar não só a sua opção pela luta armada, mas também o uso de violência extrema contra as populações branca, mestiça e assimilada.

Segundo Fanon, o colonizado e o colonizador representam sempre forças opostas. Portanto, nas lutas entre colonizador e colonizado, é necessário ao dominado superar a capacidade de violentar do dominador. Nas palavras do próprio Fanon, “a descolonização é

⁷⁹ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 43-44.

⁸⁰ Veja-se: Anexo 1

⁸¹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA vol. 1, folha 772, Fernando Pio de Amaral Gourgel, “Carta Aberta ao Mundo”, *A Voz da Nação Angolana*, 29 de Novembro 1961, 7.

⁸² IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA vol. 1, folha 772, Fernando Pio de Amaral Gourgel, “Carta Aberta ao Mundo”, *A Voz da Nação Angolana*, 29 de Novembro 1961, 7.

simplesmente a substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens”⁸³, quer dizer, a substituição forçosa duma classe colonizadora pela classe colonizada. O senso de substituição de “espécies” é salientado pelo facto do colonialismo utilizar a distinção das raças e a segregação destas para determinar as classes sociais⁸⁴. Do mesmo modo, a segregação traz ao mundo tangível e material a concorrência entre as raças, não apenas nas interações sociais, mas até no modo como as povoações coloniais estão compartimentadas em espaços distintos para o estrato colonizador e para o estrato colonizado. Assim, existe no espaço físico colonial um lugar para a luta e a discórdia inter-racial, que abre o caminho para a violência característica da descolonização. No caso de Angola fica claro que, antes da eclosão dos acontecimentos de 15 de Março de 1961, esses espaços eram bem definidos. O próprio intendente Custódio Ramos, que no seu relatório tenta ilustrar uma imagem de harmonia entre as raças, proporciona um exemplo desta situação, declarando que após a Segunda Guerra Mundial, tinham sido criados “bairros indígenas” adjacentes às povoações coloniais⁸⁵.

Dito isto, é necessário salientar que as teorias de Fanon referentes à violência e às lutas de poder entre colonizadores e colonizados não visavam mudar o processo de descolonização em si, mas interpretá-lo. Fanon pretende comunicar aos leitores que a violência da luta armada nacionalista não é de modo nenhum diferente da violência que serve de alicerce ao colonialismo. Muito pelo contrário, na análise de Fanon, o ato de violência por parte dos povos colonizados é considerado um dos primeiros atos de independência e de afirmação da consciência cultural duma nação. Deste modo, no momento em que os colonizados tomam medidas violentas, assumem a sua própria capacidade de autodeterminação e de igualdade para com a classe dominante⁸⁶. Assim, Fanon determina que a luta armada pela independência é legítima, no contexto colonial, porque tem um efeito purgante na psique dos colonizados, pela sua capacidade de reposicionar o indivíduo e de o colocar numa posição de poder.

Considerando o caso da UPA, é preciso relembrar que o movimento nem sempre visou utilizar a violência. Nas suas origens atuou através de manifestações pacíficas e de cartas dirigidas à ONU, procurando assim mudar a situação política e social no Norte de Angola. As mudanças propostas pela UPA incluíam o fim do trabalho forçado e da apropriação das terras pelos colonos europeus, assim como melhorias no sistema de saúde. Porém, depois de Holden Roberto ter conhecido Fanon, o discurso da UPA mudou estruturalmente, considerando que a

⁸³ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 25.

⁸⁴ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 28-29.

⁸⁵ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 54.

⁸⁶ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 182.

violência do sistema colonial só poderia ser contrastada pelo uso da violência por parte do movimento nacionalista.

Neste contexto, as teorias de Fanon identificam o lançamento da luta armada pela independência nacional não apenas como um ato de rebelião, mas também como um ato que representa o nascimento da consciência nacional. Nas palavras de Fanon: “Cada colonizado em armas é um pedaço da nação doravante viva”⁸⁷. Portanto, no momento em que tem início a luta armada, começa a existir uma cultura própria entre um povo colonizado e começa também a ser definida a sua identidade nacional. É importante mencionar que Fanon reconhece que tudo isto faz parte de um processo e que a própria luta iria mudar e continuar a definir a nação: “Essa luta que visa uma redistribuição fundamental das relações entre os homens não pode deixar intactas as formas nem os conteúdos culturais desse povo. Após a luta, não há apenas o desaparecimento do colonialismo; há também o desaparecimento do colonizado”⁸⁸. Nesse sentido, a obra *Os Condenados da Terra* considera a violência da luta armada como a semente da nação.

2.4.2 A cultura, a raça e a nação pós-colonial na teoria de Frantz Fanon

Fanon defende que “a condição de existência da cultura é, portanto a libertação nacional, o renascimento do Estado”⁸⁹. Assim, Fanon observa que no momento em que começa a existir uma cultura própria entre o povo colonizado, esse povo adquire também a capacidade de criar um Estado. Por essa razão, Fanon considera que os ideais da luta nacionalista não sejam definidos com base na situação colonial, mas sim com base no que pode existir após o colonialismo. O contrário representaria um prolongamento do próprio colonialismo mesmo depois da independência.

Considerando o lugar que a cultura tem como fundamento da libertação nacional, Fanon afirma que “a luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da nação constitui a manifestação mais plenamente cultural”⁹⁰. Com esta declaração, Fanon sugere que a nação só se pode começar a definir a partir do momento em que os povos reconhecem a sua situação colonial e lutam contra os poderes que a impõem. Importa referir que, de acordo com esta proposta, a nação deve procurar uma identidade pós-colonial, distinta da dos antepassados dos tempos pré-coloniais.

⁸⁷ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 205.

⁸⁸ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 205.

⁸⁹ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 204.

⁹⁰ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 205.

Importa mencionar que o tipo de nacionalismo que Fanon propõe, para as nações da África pós-colonial, tem uma componente estritamente racial. Esta característica da teoria de Fanon radica na constatação de que o colonialismo coloca as raças em concorrência, de modo que o nacionalismo realmente pós-colonial se deve desenvolver a partir da situação da raça subalternizada, ou seja da raça negra. Como tal, Fanon pede para os nacionalistas negros manterem a consciência de que cada nação da África subsaariana constitui uma cultura dentro da “nação negra” e que as lutas pela independência de África devem servir para edificar tanto as nações independentes, como a cultura negra. Nas suas próprias palavras: “A responsabilidade do africano perante a sua cultura nacional é também responsabilidade perante a cultura negro-africana”⁹¹.

Considerando no seu conjunto as ideias de Fanon sobre a violência e o papel da raça na construção das nações descolonizadas, pode-se melhor entender as motivações das ações da UPA em 1961. Partindo de um entendimento de nacionalismo e de descolonização que rejeita a ideia de uma África subsaariana não negra, é possível compreender as atitudes de intolerância da UPA contra as populações branca e mestiça. A conceção racial apresentada na teoria de Fanon tinha particular relevância na África Austral, onde predominavam regimes de supremacia branca, nomeadamente na União Sul Africana.

A partir das ideias da importância da revolta armada e da necessidade de criar nações de identidade negro-africana, Fanon propõe uma análise sobre o fundo psiquiátrico que influi no processo de desenvolvimento da cultura nacional. É neste contexto que Fanon questiona o desenvolvimento de uma identidade nacional a partir das propostas de uma classe de intelectuais. Fanon rejeita a tentativa dos intelectuais colonizados de reconciliarem a cultura ocidental com a cultura indígena, uma vez que esta justaposição de culturas geraria problemas pela profunda oposição na qual o sistema colonial as teria colocado. Além disso, existiria uma verdadeira disparidade entre as populações indígenas assimiladas e os indígenas não assimilados.

2.4.3 A “recuperação” da população insurreta

Fanon alerta também para o fato de que, na luta entre os movimentos nacionalistas e a autoridade colonial, os sistemas coloniais tentam retardar o crescimento do nacionalismo através de programas de assistência social. Para Fanon, isto representa uma manobra que tem por objetivo fazer com que os colonizados acreditem na benevolência do sistema colonial.

⁹¹ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 205.

Segundo o autor, esta tática é em muitos dos casos efetiva, mas temporária, já que o sistema colonial nega sempre a hipótese dos colonizados atingirem um patamar de igualdade com os colonizadores⁹². De acordo com as teorias apresentadas em *Os Condenados da Terra*, as campanhas de assistência social são mal-sucedidas quando os povos colonizados tomam consciência de que, no fundo, nada tinha mudado no que dizia respeito aos seus direitos e à sua autonomia económica. Fanon sugere que é nesse momento que as populações indígenas voltam aos planos nacionalistas, enquanto os colonizadores voltam ao uso da violência para “pacificar” os colonizados.

Tal como demonstra o relatório do intendente Custódio Ramos, logo após a eclosão da revolta armada, as autoridades portuguesas lançaram uma campanha psico-social que visava “recuperar” as populações indígenas que tinham fugido para o mato e para o Congo Léopoldville⁹³. No fundo, a campanha pretendia restabelecer o controlo e a “fidelidade” dos indígenas angolanos no Norte. A UPA, por seu turno, reagiu com desconfiança, questionando as propostas da campanha através dos jornais *A Voz da Revolução Angolana* e *A Voz da Nação Angolana*. Estes jornais eram distribuídos com a finalidade de informar o público em geral sobre os propósitos da UPA na luta pela independência de Angola. Os jornais, portanto, foram utilizados para informar sobre os alegados perigos e enganos da campanha psico-social⁹⁴.

Através das publicações contra a campanha psico-social, a UPA expressava também a sua perspetiva sobre o colonialismo em Angola. Assim, a UPA expunha que o colonialismo português era, e seria sempre, um sistema implementado apenas para o benefício da população branca. Segundo a UPA, os indígenas angolanos apenas podiam esperar continuar a viver num sistema de opressão que os colocaria onde fosse necessário para o desenvolvimento dos interesses do estrato colonizador. Nessa perspetiva, a UPA argumentava que a campanha psico-social tinha em vista transformar a mentalidade da população negra angolana para lhe dar um carácter “de homem que se conforma com a supremacia portuguesa”⁹⁵.

A UPA considerava que, a partir do início da campanha psico-social, a população indígena deveria desconfiar e questionar todos serviços oferecidos pelo sistema colonial. A UPA reconhecia, por exemplo, a importância da educação e dos serviços de saúde, mas alertava

⁹² Fanon, *Os Condenados da Terra*, 172-173.

⁹³ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.2, 93-95, 483-490.

⁹⁴ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 772, *A Voz da Nação Angolana*, 29 de Novembro 1961. IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA vol.1 Folha 202, *A Voz da Revolução Angolana*, Janeiro 1966.

⁹⁵ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 133 verso, “A Psico-Social”, *A Voz da Revolução Angolana*, Janeiro 1966, 4.

que esses serviços podiam ser desdobrados “contra as consciências nacionalistas angolanas”⁹⁶, tentando derrubá-las pela persuasão “(com falácias doces) através da mentira e do suborno”⁹⁷. Assim, a UPA lançava alertas acerca dos alegados enganos da campanha psico-social. Além disso, recordava às populações que, independentemente dos benefícios que o colonialismo pudesse oferecer, a população indígena tinha sido – e continuaria a ser – submetida a severos sistemas de punição e trabalho forçado. Na perspetiva da UPA, quaisquer que fossem os benefícios da campanha psico-social, só podiam ser interpretados como manobras temporárias para criar a ilusão de “uma igualdade e multirracialidade de última hora” e para fazer com que a população autóctone declarasse “sob o cano das metralhadoras” que Angola era Portugal⁹⁸.

2.4.4 O risco do nacionalismo burguês

Por outro lado, no contexto de luta entre as correntes nacionalistas e as autoridades coloniais, Frantz Fanon problematiza o potencial de cada um dos diversos estratos que compõem a população colonizada para se tornarem em fautores da luta nacionalista. Esta análise é feita considerando que nem todos os colonizados sofrem da mesma opressão e que a origem dos líderes nacionalistas determinará se a descolonização é conseguida ou não. De acordo com Fanon “há negros que são mais brancos do que os brancos e a eventualidade de uma bandeira nacional, a possibilidade de uma nação independente, não induzem automaticamente a certas camadas da população a renunciarem a seus privilégios ou a seus interesses”⁹⁹. A respeito desta distinção no seio da população colonizada, importa mencionar que a perspetiva de Fanon inclui ideias baseadas nas propostas de Karl Marx e de Friedrich Engels na obra *A Ideologia Alemã*. De fato, a linguagem utilizada por Fanon revela que o conceito de descolonização que propõe tem ampla influência da análise económica de Marx e Engels sobre a redistribuição dos meios de produção. Assim pode entender-se a ênfase que a obra *Os Condenados da Terra* põe no papel das classes sociais, bem como na posição económica de cada uma delas. Neste sentido, pode-se dizer que a teoria de descolonização proposta por Fanon considera tanto a questão política, quanto económica no processo de descolonização.

⁹⁶ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA vol. 1, folha 772, Fernando Pio de Amaral Gourgel, “Carta Aberta ao Mundo”, *A Voz da Nação Angolana*, 29 de Novembro 1961, 7.

⁹⁷ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA vol. 1, folha 772, Fernando Pio de Amaral Gourgel, “Carta Aberta ao Mundo”, *A Voz da Nação Angolana*, 29 de Novembro 1961, 7.

⁹⁸ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA vol. 1, folha 772, Fernando Pio de Amaral Gourgel, “Carta Aberta ao Mundo”, *A Voz da Nação Angolana*, 29 de Novembro 1961, 7.

⁹⁹ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 118.

Neste sentido, Fanon identifica três estratos da população colonizada: 1.º) a burguesia colonial composta pelos intelectuais colonizados; 2.º) a classe operária composta pelos trabalhadores rurais, empregados na exploração do interior; 3.º) a classe mais subalternizada que é denominada de *lumpemproletária*. Num contexto colonial, o lumpemproletariado é constituído pelos indígenas do interior que migram para as cidades à procura de oportunidades de trabalho, mas que, na maioria dos casos, acabam por viver nos bairros de lata¹⁰⁰, tais como os musseques de Luanda.

Na análise de Fanon, o burguês é o principal beneficiário do sistema colonial. É claro que a população branca é incluída nesta categoria social. Mas Fanon considera que alguns indivíduos de origem indígena têm acesso a esta categoria, os chamados intelectuais colonizados. Em *Os Condenados da Terra*, Fanon considera que os indivíduos de origem indígena que obtiveram um certo grau de educação e de participação na cultura do estrato colonizador não existem apenas por mero acaso, ou porque o sistema colonial tivesse querido beneficiar a população indígena. Muito pelo contrário, Fanon sugere que o sistema colonial permite que alguns indígenas façam parte da burguesia colonial devido ao facto de esta necessitar de um estrato intermediário entre a população colonizadora e a população colonizada¹⁰¹. Este estrato assimilado partilha o estatuto privilegiado dos colonizadores, ainda que a burguesia não-branca receba apenas uma parte limitada desses privilégios relativamente ao colonizador. Pelo facto de a burguesia assimilada – tendencialmente urbana – formar parte do aparelho económico colonial, Fanon acredita que ela não deve liderar os movimentos armados pela independência. Aliás, Fanon considera que a burguesia não-branca não só beneficia do sistema colonial, como também é utilizada para controlar as populações indígenas nas zonas rurais. Portanto, Fanon sugere que, antes de conseguir uma descolonização pessoal, os intelectuais colonizados não são capazes de idealizar um sistema económico pós-colonial verdadeiramente descolonizado. Mais uma vez, a análise de Fanon sublinha a problemática representada pela assimilação no processo de descolonização.

Neste sentido, Fanon desconfia da hipótese do nacionalismo ser desenvolvido a partir das propostas duma classe de intelectuais colonizados, uma vez que rejeita a tentativa dos intelectuais colonizados reconciliarem a cultura europeia com a cultura indígena. Na perspetiva de Fanon, a justaposição dessas culturas é uma condição amplamente ligada à realidade colonial. Como tal, Fanon sugere que a descolonização deveria libertar a cultura da nação nascente, em vez de manter a oposição, existente no sistema colonial, entre a cultura autóctone

¹⁰⁰ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 106.

¹⁰¹ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 124.

e a cultura ocidental¹⁰². Aliás, a permanência dessa justaposição de culturas criaria uma disparidade entre o estrato intelectual e as populações indígenas não educadas no modo de vida europeu.

Assim, Fanon descreve o modo como até esse momento, no desenvolvimento da identidade nacionalista, os intelectuais colonizados tinham tentado assumir uma identidade dupla. Este fenómeno é representado por declarações feitas pelos intelectuais tais como “falo como árabe e como francês” ou “falo como inglês e como nigeriano”¹⁰³. Ora, as duplas identidades representariam uma só identidade confusa. De resto, a multiplicidade de identidades representaria um obstáculo na luta nacionalista. Fanon observa que, regra geral, os intelectuais colonizados acabam por celebrar a cultura dos colonizadores, enquanto rejeitam as culturas colonizadas por não encontrarem nelas o prestígio e os símbolos bem definidos e reconhecidos da cultura ocidental. Isto representa um risco para a causa nacionalista entre os não assimilados, uma vez que os coloca em perigo de continuarem a ser dominados por sistemas e por instituições que favorecem a dinâmica cultural ocidental¹⁰⁴. Estas ideias elucidam a atitude de desconfiança da UPA em relação ao MPLA, que era um movimento fundamentalmente composto por mestiços e assimilados com altos níveis de educação de cariz ocidental. Isto mesmo explica o fracasso das várias tentativas e incentivos por parte dos governos africanos no sentido de promover a unidade dos dois movimentos nacionalistas angolanos. A UPA e o MPLA não só nunca atingiram essa unidade, como também agiram em direta concorrência. Tal como afirma Benedict Schubert, o MPLA era uma frente organizada a partir de “vários movimentos de oposição em sua maioria oriundos da burguesia não branca de Luanda”¹⁰⁵. Para a UPA, este facto constituía um problema, uma vez que seu discurso afirmava que a luta armada devia começar entre as comunidades rurais e devia servir as necessidades destas e não os interesses da burguesia colonial de Luanda.

Em todo o caso, Fanon considera que o intelectual colonizado pode ter um papel relevante na contenda entre colonizadores e as forças nacionalistas pelo “controlo das massas”, uma vez que pode contrariar os argumentos do colonizador e assumir a defesa da causa nacionalista¹⁰⁶. Ainda que a teoria de Fanon apresente o problema representado pelo papel da assimilação no desenvolvimento da identidade nacional, a obra considera que os intelectuais colonizados têm um potencial importante para a causa nacionalista. Por exemplo, os intelectuais

¹⁰² Fanon, *Os Condenados da Terra*, 125-126.

¹⁰³ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 181.

¹⁰⁴ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 182.

¹⁰⁵ Schubert, *A Guerra e as Igrejas*, 67.

¹⁰⁶ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 33.

colonizados podem argumentar contra o pressuposto que antes do colonialismo só existiria a barbárie. Para contrariar este argumento, os colonizados intelectuais podem procurar “resgatar” as culturas e civilizações pré-coloniais e estas podem servir não só para contrariar a tese colonial sobre a barbárie, mas também para “prometer” a possibilidade duma futura glória nacional¹⁰⁷. Mesmo assim, Fanon considera que este tipo de nacionalismo, alicerçado em culturas antigas, não está completamente desenvolvido e ainda pensa em termos coloniais. O risco que Fanon identifica nesta situação é o de que o nacionalista africano possa pensar apenas no que existiu antes da colonização, mas não conceber a nação depois do colonialismo. Isto deve-se ao facto de, até então, não ter existido a oportunidade de se desenvolver uma identidade nacional que rompesse com a realidade colonial.

Por outro lado, Fanon considera que os intelectuais colonizados, para servirem a causa nacionalista, têm de se submeter a um processo de desassimilação. Esta ideia considera que, sem um processo de desassimilação, a liderança de intelectuais colonizados ou burgueses assimilados só resultaria na ascensão da burguesia nativa a um estatuto social mais elevado. Quer isto dizer que o burguês colonial passaria a ocupar o estatuto que antes pertencia aos colonizadores¹⁰⁸. Portanto pouco mudaria, pois um governo fundado a partir de uma luta liderada pela elite urbana simplesmente daria continuidade à estrutura económica colonial sob uma administração nativa¹⁰⁹. Este tipo de governo, criado a partir dos centros da administração colonial, e beneficiado pela exploração das populações e dos recursos naturais das zonas rurais, implementaria um plano económico semelhante àquele utilizado pela economia colonial. Este tipo de economia pós-colonial seria dependente dos mesmos produtos e mercados que a economia colonial. Consequentemente, uma administração presidida pelos intelectuais colonizados seria dependente das relações com as antigas potências colonizadoras, e da exploração instituída pelo sistema colonial.

Portanto, Fanon sugere que um processo efetivo de descolonização precisa duma reestruturação total da política e economia da nação nascente. Isto é, Fanon enfatiza a importância tanto da criação de uma identidade nacional negra, como da formulação duma economia e política pós-colonial. O novo sistema, sem uma potência colonial, precisaria de ser

¹⁰⁷ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 173-175.

¹⁰⁸ Para Fanon, a nação colonizada teria de aprender que o opressor nem sempre é branco: “O povo descobre que o fenómeno iníquo da exploração pode apresentar uma aparência negra ou árabe... É necessário ensinar o povo a revoltar-se contra o ladrão. Em sua marcha laboriosa em direção ao conhecimento racional, o povo deverá igualmente abandonar o simplismo que caracterizava sua percepção do dominador”. Cf. Fanon, *Os Condenados da Terra*, 118.

¹⁰⁹ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 165.

estruturado segundo as necessidades das populações oprimidas e não à imagem da burguesia urbana.

Face à limitação representada pela identidade dupla de muitos assimilados, o intelectual colonizado precisa de um processo de descolonização pessoal. Fanon observa como neste processo o intelectual em desassimilação faz primeiro um regresso radical ao mundo indígena, considerando sagrada qualquer coisa tradicional ou autóctone. Para o autor, este desejo de regressar às tradições ultrapassadas é um engano no desenvolvimento da cultura e do nacionalismo: “Querer apegar à tradição ou reatualizar as tradições abandonadas é ir não somente contra a história, mas contra seu próprio povo. Quando um povo sustenta uma luta armada ou mesmo política contra o colonialismo implacável, a tradição muda de significação”¹¹⁰.

O engano de regressar às tradições antigas resulta do enorme distanciamento do assimilado relativamente ao mundo autóctone. E é tal esse distanciamento entre o assimilado e a realidade contemporânea da cultura autóctone que o assimilado já não conhece essa realidade e acredita que a descolonização consiste em voltar anacronicamente a uma época já ultrapassada¹¹¹. Fanon sugere que a luta pelo fim do colonialismo teria que ser realizada por grupos que soubessem assumir a posição dos mais desfavorecidos pelo sistema colonial: “o escritório político do partido deve privilegiar as regiões deserdadas, e a vida da capital, vida artificial, superficial, super exposta à realidade nacional como um corpo estranho, deve ocupar o menor espaço possível na vida da nação, que esta, sim, é fundamental e sagrada”¹¹².

Fanon sugere que, antes da desassimilação, o intelectual colonizado não consegue reconhecer que o regresso às tradições é apenas uma procura do exótico. Deste modo, até se pode criticar o intelectual, uma vez que na procura do exótico, apenas consegue encarnar os estereótipos que lhe foram consignados pelos colonizadores. Assim, o processo de desassimilação é uma transição do colonizado – que vive perdido nos costumes do colonizador – para o colonizado que volta à realidade dos que são os mais oprimidos pelo colonialismo, os não-assimilados, especialmente aqueles das zonas rurais.

Deste modo, as propostas de Fanon coincidem com o principal fator diferenciador entre a UPNA e a UPA. A primeira procurava ressuscitar uma velha ordem pré-colonial, sem considerar a possibilidade de criar uma nova estrutura política pós-colonial, enquanto a segunda procurava estabelecer um sistema pós-colonial modelado nas necessidades da classe subalterna

¹¹⁰ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 186.

¹¹¹ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 183.

¹¹² Fanon, *Os Condenados da Terra*, 154.

rural. Ainda antes de lançar a revolta nacionalista, o panfleto *La Lutte Pour L'Indépendance de L'Angola* explicitava os objetivos da UPA, reclamando os direitos das populações rurais e sugeria que o sistema político que essas populações precisavam era um que reconhecesse o direito dos trabalhadores agrícolas a serem donos das terras que trabalhavam¹¹³. O foco da UPA nas necessidades da população rural tem amplas semelhanças com as propostas de Fanon sobre quem deveria liderar a descolonização e estabelecer um novo sistema económico nacional. Na teoria de Fanon, os trabalhadores rurais, a classe operária colonial, bem como o lumpemproletariado, são considerados os mais subalternizados pelo sistema colonial, pelo que é com base nas necessidades desses estratos subalternizados que se deve criar o sistema pós-colonial. Ao mesmo tempo, essa classe operária é o contingente que tem melhores hipóteses de criar um sistema político e económico que seja realmente alternativo ao sistema colonial, visto que tem menos a perder se esse sistema for substituído¹¹⁴.

Neste sentido, é a luz das propostas de Frantz Fanon, referentes ao desenvolvimento do nacionalismo e da luta armada pela descolonização, que podem ser entendidas as atitudes de extremo anticolonialismo – e de violência – da União dos Povos de Angola em 1961. Entende-se assim melhor a opção da UPA em chacinar mestiços e indígenas considerados colaboradores do estrato colonizador.

2.5 O nacionalismo da União dos Povos de Angola após o início da luta armada

Atuando em nome de um nacionalismo modelado nas necessidades dos indígenas das zonas rurais de Angola, a UPA lançou a sua luta armada contra o aparelho colonial português. A revolta iniciou-se numa altura em que os sentimentos de inconformidade entre trabalhadores agrícolas do Norte de Angola tinham sido exacerbados pela descida nos preços do café. Esta situação, encarada pelos trabalhadores do café, permitiu que a causa da revolta encontrasse “terreno fértil” na região. De acordo com John Marcum, o número de vítimas mortais nesta fase inicial atingiu cerca de três centenas, embora as estimativas dos missionários protestantes no terreno sugiram que os ataques fizeram cerca de oitocentos mortos¹¹⁵.

A historiografia oferece diversas interpretações sobre o impacto da revolta de 15 de Março. John Marcum considera que a rebelião começou com a força e a energia necessárias para uma guerrilha bem-sucedida, tendo apanhado de surpresa o Norte de Angola e resultando

¹¹³ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA NT 2943-2946 vol.1, 4, Comité-Directeur de L'Union des Populations de L'Angola, *La Lutte Pour L'Indépendance de L'Angola*, 16.

¹¹⁴ Fanon, *Os Condenados da Terra*, 95.

¹¹⁵ Veja-se: Marcum, *The Angolan Revolution*, 140-147; Malcolm McVeigh, “Angola in Revolt”, *Africa Today*, (New York: American Committee on Africa, September-October 1961), African Activist Archive.

no esvaziamento demográfico da região provocadas pelas chacinas provocadas quer pela insurreição da UPA, quer pelo contra-ataque das tropas portuguesas¹¹⁶. Mas existem outros estudos, tais como o de Benedict Schubert, que minimizam a importância da revolta de 15 de Março, sugerindo que o impacto da revolta foi importante apenas pela sua capacidade de chamar a atenção para a causa nacionalista em Angola. De acordo com Schubert, teria havido apenas alguns distúrbios na fronteira com o Congo Léopoldville e na selva dos Dembos, enquanto o resto do território teria permanecido calmo. Schubert especifica também que, face à rebelião, os colonos brancos não consideraram a hipótese de abandonar Angola, ao contrário do que os belgas tinham feito no Congo em 1960. Para além disso, a UPA não terá conseguido obter o nível de apoio que esperava por parte da população indígena¹¹⁷.

Por outro lado, o missionário Batista Clifford J. Parsons refere que, até certo ponto, as populações do Norte de Angola tinham sido avisadas sobre a possibilidade da ocorrência de algum distúrbio em 15 de Março de 1961. E, ainda que conhecedoras do aviso, as autoridades portuguesas pouco terão feito para prevenir a rebelião ou minimizar as suas consequências¹¹⁸. Isto mesmo é sustentado pelo testemunho do intendente Custódio Ramos que, de forma isolada determinou o corte de árvores em redor da cidade e do seu bairro económico como uma medida de segurança logo depois de assumir o cargo de intendente de Carmona, em Fevereiro de 1961. Custódio Ramos sabia da existência de uma ameaça por parte de grupos nacionalistas e queria diminuir as possibilidades de qualquer assalto surpresa¹¹⁹. No entanto, quaisquer providências tomadas não detiveram o efeito disruptivo da revolta de 15 de Março de 1961 que, nas palavras do intendente Ramos, apanhou de surpresa a população colonial, tendo sofrido “os horrores de um massacre impiedoso.”¹²⁰

Depois dos acontecimentos, Holden Roberto afirmou que onde a UPA atacou com “ferramentas de jardim”, o Estado colonial fez uso de todas as armas disponíveis. De facto, as Forças Armadas Portuguesas contavam com aviões e bombas que lhes permitiam combater sem o recurso a confrontos frente a frente¹²¹. Esta interpretação é apoiada pelo testemunho do missionário Metodista Malcolm McVeigh, que diz: “A parte não contada da história é a reação dos portugueses aos primeiros ataques. Foi ao mesmo tempo rápido e violento, seguindo a

¹¹⁶ Marcum, *The Angolan Revolution*, 142.

¹¹⁷ Schubert, *A Guerra e as Igrejas*, 65.

¹¹⁸ Clifford Parsons, “The Torment of Angola”, *Africa South Vol.5* n4, London: Africa South Publications, July-September 1961, 73.

¹¹⁹ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 18.

¹²⁰ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, “Palavras Prévias”.

¹²¹ Marcum, *The Angolan Revolution*, 143.

filosofia que brutalidade deve ser enfrentada com brutalidade”¹²². De facto, as Forças Armadas Portuguesas aplicavam a tática de “terra queimada”, o que ocasionou a fuga da população indígena do Noroeste de Angola¹²³.

Por outro lado, a UPA não conseguiu através da insurreição atrair o esperado apoio internacional necessário para derrotar o governo português. Dois anos antes, em 1959, Holden Roberto dizia ter a certeza que se a UPA lançasse a luta armada, esta seria vitoriosa, uma vez que Portugal não poderia contar com qualquer apoio internacional¹²⁴. Mas, na verdade, a violência da rebelião teve o efeito contrário, pois nenhuma potência internacional poderia apoiar abertamente a decisão de chacinar todos aqueles que a UPA considerasse pertencentes à categoria dos colonizadores. Aliás, as autoridades portuguesas fizeram questão de documentar as chacinas de trabalhadores negros, publicitando o facto através de fotografias distribuídas em relatórios e outras publicações¹²⁵. Assim, o Estado colonial acusava a UPA de ser uma organização tribalista que tentava assumir o poder de Angola sem consideração pelas populações não pertencentes à etnia bacongo. Para além disso, no decorrer da luta, o resultado do conflito acabou por ser influenciado pelo contexto mais amplo de África e pela política internacional da Guerra Fria. E é neste contexto que devemos entender a competição entre a UPA e o MPLA pelo apoio internacional.

De facto, com o início da luta armada, o apoio internacional tornou-se ainda mais necessário para os nacionalistas angolanos. Tanto a UPA, como o MPLA tinham que convencer a opinião pública internacional que representavam os interesses do povo angolano, para obter o apoio necessário durante e depois da luta armada. Nesse sentido, a UPA e o MPLA tiveram que desenvolver discursos nacionalistas que lhes garantissem tanto o apoio internacional, como o seguimento por parte do povo angolano. Entre o início da guerra e a data da independência de Angola, os dois movimentos competiram para serem reconhecidos como o movimento que melhor representava os interesses da nascente nação angolana. As diferenças entre o MPLA e a UPA eram claras. O MPLA era liderado pela elite intelectual das zonas urbanas, ao passo que a UPA adotou uma ideologia política claramente inspirada na teoria da descolonização de Frantz Fanon. Através dessa teoria, a UPA pretendia instituir uma proposta económica e social centrada nas zonas rurais. Aliás, o movimento afirmava ter propósitos de criar uma nova ordem a partir das necessidades dos trabalhadores do interior, a quem considerava o estrato social

¹²² Malcolm McVeigh, “Angola in Revolt”, *Africa Today*, African Activist Archive.

¹²³ Schubert, *A Guerra e as Igrejas*, 66.

¹²⁴ Marcum, *The Angolan Revolution*, 68-69.

¹²⁵ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. 1., 232; César, *Angola 1961*, 121-124.

menos favorecido pelo regime colonial. Assim, entende-se a motivação por trás da decisão da UPA de lançar a guerra numa zona rural.

A UPA tentava assim convencer o público internacional de que o movimento representava os interesses da maioria do povo angolano, com a finalidade de obter apoio material e financeiro. Para esse fim, a UPA uniu forças com o Partido Democrático de Angola (PDA) e formou a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), em Março de 1962¹²⁶. A semelhança do nome com o da *Front de Libération Nationale* (FLN) sugere a proximidade de objetivos com os de Frantz Fanon, que combateu na Argélia. A FNLA cooptou ainda alguns nacionalistas do Centro-Sul de Angola, entre os quais Jonas Savimbi, futuramente fundador da UNITA¹²⁷.

Para a comunidade internacional, este esforço agregador por parte da UPA não era suficiente. O Gana e outros países africanos pressionaram os dois principais movimentos nacionalistas angolanos (UPA/FNLA e MPLA) a formarem uma frente conjunta, algo que nunca veio a acontecer. Dias antes da realização da *Conference of African Freedom Fighters*, em Junho de 1962, as delegações dos dois movimentos nacionalistas angolanos compareceram perante o presidente Nkrumah, que lhes pediu a formação de uma frente unida. Segundo o relato documentado no processo jurídico de António Diniz Mouzinho, membro da UPA, Mário Pinto de Andrade falou primeiro em nome do MPLA, assinalando que estavam presentes três partidos angolanos, ou seja, o MPLA, o PDA e a UPA. O chefe da delegação da FNLA, David Livramento, aproveitou estas palavras para corrigir Andrade, referindo que as delegações da UPA e do PDA deviam ser consideradas em conjunto, já que a FNLA constituía uma frente unida, “a única que aceitava todos os partidos políticos que se desejassem aderir”. Isto foi dito para defender o argumento de que a FNLA representava já uma frente *nacional*, ou seja, a frente pedida pelo presidente ganês¹²⁸.

Neste sentido, as diferenças ideológicas com o MPLA fizeram com que a UPA/FNLA tivesse de travar uma luta dupla: contra o Estado colonial e contra o MPLA. Considerando as propostas de Frantz Fanon na obra *Os Condenados da Terra*, é mais fácil perceber a recusa veemente de Holden Roberto em trabalhar com um movimento liderado pela burguesia de Luanda¹²⁹. Porém, a longo prazo, esta divisão contribuiu para o decréscimo da importância da UPA face ao MPLA, que conseguiu melhor capitalizar os apoios internacionais. O Gana, a

¹²⁶ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 89/63 NT 565, Folha 9, “Auto de Perguntas”.

¹²⁷ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 89/63 NT 565, Folha 9.

¹²⁸ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 89/63 NT 565, Folha 10 verso.

¹²⁹ Marcum, *The Angolan Revolution*, 43.

Guiné-Conacri, o Mali e Marrocos retiraram o seu apoio à UPA/FNLA¹³⁰, em parte devido a rumores de que Roberto era pago pelos Estados Unidos da América; rumores esses que eram sustentados pelo facto de Roberto ter contactos com entidades públicas e privadas americanas, junto das quais procurava, entre outras coisas, apoio financeiro.

A perda de impulso por parte da UPA demonstra uma falha nos cálculos iniciais de Holden Roberto. A insurreição de 15 de Março de 1961 não só não trouxe maiores apoios internacionais à UPA, como também não conseguiu derrotar o colonialismo português. Portugal conseguiu resistir militarmente aos nacionalistas angolanos por mais treze anos, evidenciando assim um comportamento muito diferente do dos belgas no Congo.

2.6 A União dos Povos de Angola e a administração presidencial de John F. Kennedy

Numa altura em que o Portugal questionava a legitimidade da UPA, enquanto representante da consciência nacionalista dos angolanos, o movimento procurava apoio entre os seus simpatizantes na América. A este respeito, Luís Nuno Rodrigues destaca que, no início de 1961, as esperanças da UPA em obter o apoio dos Estados Unidos da América eram bem fundamentadas. De fato, nesse ano teve início a administração presidencial de John F. Kennedy, cuja política africana tinha por objetivo principal evitar a penetração política e ideológica da União Soviética. Para o efeito, a nova administração presidencial estava disposta a criar uma nova relação com os povos africanos, inclusivamente com os movimentos nacionalistas¹³¹. Isto era facilitado pela posição anticolonialista assumida por Kennedy, ainda antes de se tornar candidato à presidência¹³². Mas mesmo que o posicionamento do Presidente dos Estados Unidos permitisse uma estratégia inovadora nas relações com África, essa tática dificultava as relações com Portugal, que fazia parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A OTAN tinha como principal objetivo a proteção coletiva dos países membros contra a União Soviética que promovia o comunismo ao nível internacional. O objetivo de deter a propagação do comunismo permitia Portugal colaborar com o resto do Ocidente numa altura em que poucas outras causas políticas internacionais alinhavam com os objetivos do Estado Novo. Desta forma, entende-se que quando Portugal teve de defender a sua política colonial, tivesse invocado o objetivo de deter a propagação do comunismo¹³³.

¹³⁰ Marcum, *The Angolan Revolution*, 255-259.

¹³¹ Luís Nuno Rodrigues, *Kennedy-Salazar: a Crise de uma Aliança*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, 316.

¹³² Rodrigues, *Salazar-Kennedy*, 103.

¹³³ Veja-se: Cann, *Contra-insurreição em Africa*, 64; Martelli, "The Issues Internationalized", 367; Rodrigues, *Salazar-Kennedy*, 29-31.

A participação portuguesa na OTAN complicava os objetivos dos Estados Unidos da América em Angola. Por um lado, o Presidente Kennedy tinha o compromisso de colaborar com Portugal no quadro da OTAN; por outro lado pretendia promover a independência das colónias africanas como forma de ganhar a simpatia dum continente que corria o risco de ser dominado pela União Soviética. De facto, Kennedy tinha este interesse já desde o tempo em que era senador, altura em que conheceu Holden Roberto. Roberto era o interlocutor lógico para iniciar a renovada relação com os movimentos nacionalistas angolanos, pelo que foi recebido pelo Departamento de Estado e pelo Bureau de Assuntos Africanos. Isto, no entanto, significava que a nova administração presidencial teria que encontrar uma maneira de manter boas relações, tanto com a UPA, como com o governo português¹³⁴.

O trabalho desenvolvido por Luís Nuno Rodrigues demonstra que isso não foi possível. Na altura, as forças armadas dos Estados Unidos da América dependiam das boas relações com Portugal para a manter o acesso às bases militares nos Açores. De acordo com a pesquisa de Rodrigues, esse interesse acabou por determinar o posicionamento dos Estados Unidos da América no conflito angolano. Os “poucos quilómetros de asfalto”, como chegaram a ser chamadas as bases militares nos Açores, permitiam que os aviões e as tropas americanas chegassem às potenciais zonas de crise política e militar na Eurásia. Portanto, a administração Kennedy teve que decidir entre apoiar a causa nacionalista em Angola ou manter boas relações com Portugal, num debate que chegou a ser conhecido por “Angola ou Açores”¹³⁵. Para as Forças Armadas americanas, esta questão nem devia ser debatida, já que, do ponto de vista militar, ficava claro que a perda do acesso aos Açores teria posto em causa a estabilidade do bloco ocidental na sua resistência ao avanço do comunismo.

Por outro lado, o governo português não deixou de exprimir a sua opinião sobre as posições americanas relativamente à situação em Angola. Em resposta a uma série de artigos no jornal *The New York Times* sobre a UPA, o secretário de imprensa da Embaixada de Portugal em Washington, B. Teixeira, publicou uma carta nesse jornal na tentativa de mudar a imagem de Holden Roberto, que se apresentava ao público americano. Na carta, o secretário declarava que o *New York Times* enganava os leitores ao dizer, por exemplo, que Roberto era um exilado angolano. O secretário argumentava que Roberto era de família congoleza e que tinha vivido a maior parte da sua vida no Congo Belga¹³⁶. Este argumento pretendia reforçar a posição das autoridades portuguesas de que os chamados movimentos de libertação não representavam os

¹³⁴ Rodrigues, *Salazar-Kennedy*, 104.

¹³⁵ Rodrigues, *Salazar-Kennedy*, 318-319.

¹³⁶ B. Teixeira, “Letters to the Times,” *The New York Times*, April 19, 1962.

interesses do povo angolano, mas sim interesses estrangeiros. Esta posição era igualmente expressa pelo governo de Lisboa, que não só acusava os americanos de ter uma perspetiva errada, mas ainda de terem criado a figura de Roberto. Por exemplo, num relatório da PIDE, de Abril de 1962, a organização sindical americana American Federation of Labor foi acusada de ter dado apoio incondicional à UPA, consolidando assim a liderança de Roberto no movimento¹³⁷.

Entretanto, as autoridades portuguesas em Angola tinham respondido ao conflito armado com todas as forças à sua disposição. O desdobramento de tantos recursos militares fez com que as tropas coloniais conseguissem uma enorme vantagem já que, com o uso de bombas, artilharia e aviões, o exército português conseguia atacar sem a necessidade de um combate frente a frente. Contudo, o governo de Portugal precisava de justificar as ações contra-revolucionárias perante a comunidade internacional. Mesmo que a opinião pública internacional fosse cada vez mais orientada para a descolonização dos povos africanos, o Chefe do Governo de Portugal, António de Oliveira Salazar, argumentava ter o direito a resolver o conflito angolano como bem entendesse, por ser um assunto interno português. De resto, o principal argumento das autoridades portuguesas era que o conflito não representava a verdadeira situação social em Angola, mas sim uma tentativa por parte de forças estrangeiras de se apoderarem do território angolano. Com esses argumentos, o governo português excluiu qualquer hipótese de resolver o conflito através da descolonização e o conflito prolongou-se nos seguintes anos.

A capacidade do governo português de argumentar que o conflito em Angola tinha raízes estrangeiras, permitiu-lhe justificar a luta contra o nacionalismo angolano. A posição de Portugal dentro da OTAN fez também com que importantes potências mundiais não viessem tomar posições contrárias a Portugal. Assim, governos como o dos Estados Unidos da América, que na altura tinham interesses na libertação dos países africanos, não puderam levar até às últimas consequências o seu desígnio anticolonialista. Para a UPA, isto significava que nem todas as mudanças operadas na estrutura do movimento decorrentes da formação da FNLA foram suficientes para garantir o apoio internacional, nomeadamente dos Estados Unidos da América.

¹³⁷ Rodrigues, *Salazar-Kennedy*, 117.

2.7 Conclusão

A partir de 1961 o colonialismo português teria de enfrentar o discurso nacionalista da UPA. Este fazia um apelo à população angolana para uma luta nacionalista que pretendia contrariar a violência do regime colonial português com um projeto nacionalista modelado nas necessidades dos estratos mais subalternizados da sociedade angolana. O projeto prometia a terra para quem a trabalhava e acima de tudo liberdade do jugo do colonialismo português. A iniciativa da UPA apoiava-se nas mudanças da política internacional para exigir a independência de Angola. Mas o que começou como uma insurreição surpresa no Norte de Angola, tornou-se numa guerrilha que se prolongou por mais de uma década.

CAPÍTULO 3: A LUTA DA UNIÃO DOS POVOS DE ANGOLA NA PERSPETIVA DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL: O CASO DO CONCELHO DO UÍGE

A posição do Estado Português perante a eclosão da luta armada pela independência de Angola tem sido apresentada pela historiografia como sendo contrária às correntes do tempo, uma vez que recusava a descolonização do seu Império africano. Porém, é importante salientar que o discurso político do Estado Português reconhecia a situação política internacional da Guerra Fria e colocava a descoberto os interesses das grandes potências por detrás das respectivas agendas anticolonialistas. Tal como já referimos, Adriano Moreira tinha previamente problematizado as principais correntes anticolonialistas da altura, argumentando que faziam parte de agendas políticas que pretendiam promover os interesses da União Soviética e dos Estados Unidos da América. Posteriormente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, desafiou a política anticolonial da ONU, defendendo que a rápida descolonização de África criaria Estados instáveis e à mercê de qualquer regime disposto a criar neles uma nova situação colonial¹³⁸. E, aquando da visita do presidente americano Dwight D. Eisenhower a Lisboa, Salazar também afirmou que a permanência de Portugal nas colónias africanas era a melhor maneira de impedir a propagação do comunismo nesses territórios¹³⁹.

Efetivamente, a Guerra Fria entre a União Soviética e os Estados Unidos da América, colocou o regime salazarista numa situação complexa na cena política internacional. Por um lado, o Estado Novo procurava participar em esforços de segurança internacional contra a propagação do comunismo. Por outro lado, tentava manter uma política de domínio colonial numa altura em que o colonialismo tinha caído em desfavor. O relatório do intendente Custódio Ramos revela que era impossível ignorar a realidade da Guerra Fria em África. Os administradores coloniais sabiam que os movimentos nacionalistas se multiplicavam em todos os territórios coloniais africanos e que os dois contendores da Guerra Fria por vezes apoiavam esses movimentos para promover os seus interesses em África. Portanto, grande parte do relatório do intendente Ramos pede para as autoridades metropolitanas considerarem a eclosão da rebelião de 15 de Março de 1961 como a manifestação da influência soviética em território português.

Neste capítulo, pretende-se analisar o teor do já referido relatório do intendente do concelho do Uíge, Custódio Abel Fernandes Ramos, com o objetivo de entender o modo como

¹³⁸ Veja-se: Martelli, “The Issues Internationalized”, 367.

¹³⁹ Rodrigues, *Salazar-Kennedy*, 30-31.

a administração colonial encarou e interpretou o início da luta pela independência de Angola. Trata-se de um documento com quase mil páginas produzido na altura e no local dos acontecimentos, mais precisamente na cidade de Carmona, concelho do Uíge, pelo que constitui uma fonte preciosa não só para a reconstituição dos factos históricos, mas também para perceber o pensamento da administração colonial portuguesa no Norte de Angola. Destinado ao Ministro do Ultramar, Adriano Moreira o relatório propõe uma interpretação da rebelião completamente diferente daquela proposta pela UPA, uma vez que procura deslegitimar o nacionalismo angolano, defendendo o argumento que só os enganos da influência estrangeira podiam explicar a razão pela qual a UPA lançou a insurreição de 15 de Março de 1961.

3.1 Introdução ao relatório do intendente Custódio Ramos

O relatório do intendente Ramos documenta de forma detalhada a rebelião de 15 de Março de 1961, ao mesmo tempo que fornece uma interpretação pessoal dos acontecimentos; interpretação essa que não pode separar-se da sua função como administrador colonial. O documento foi elaborado em dois volumes. O primeiro volume narra os antecedentes do conflito armado e a eclosão da insurreição da UPA. O segundo volume fornece detalhes acerca das campanhas contra subversivas, em resposta à eclosão da sublevação, e ressalta o papel desempenhado pelos civis da zona. O relatório foi elaborado para ser entregue ao Ministro do Ultramar e pretende estabelecer uma sinopse e interpretação do início do conflito. Nas palavras do próprio intendente, o relatório pretendia reunir informações para “quem um dia tenha de relacionar factos e tirar conclusões definitivas ao escrever a história verdadeira da brutal agressão perpetrada contra Portugal no Norte de Angola, em 1961”¹⁴⁰.

O relatório pretende, de modo particular, contrariar as narrativas estrangeiras sobre os acontecimentos, especialmente aquelas que davam uma interpretação favorável à causa nacionalista. Como já foi referido, a PIDE tentou impedir que se soubessem notícias sobre os assaltos de 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda. Mas, mesmo assim, alguns jornais estrangeiros, tais como o *Le Monde*, conseguiram noticiar os acontecimentos. Assim, entende-se a declarada intenção do intendente Ramos de complementar a narrativa oferecida nos jornais metropolitanos e de contrariar as informações prestadas pelos jornalistas estrangeiros que, aliás, teriam de “justificar a venda que fizeram das suas consciências [aos inimigos de Portugal]”¹⁴¹. Além do mais, poucos meses antes da eclosão da sublevação armada de Março de 1961, a ONU

¹⁴⁰ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol. I, 117.

¹⁴¹ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol. I, “Palavras Prévias”.

tinha questionado Portugal sobre o assunto da autodeterminação nas chamadas províncias ultramarinas. Portanto, as autoridades portuguesas precisavam de estabelecer uma interpretação própria sobre a situação política e social em Angola, antes que a opinião pública internacional desenvolvesse uma interpretação desfavorável sobre a resoluta decisão de Portugal em manter o império ultramarino.

Na altura da eclosão da luta nacionalista em Angola, o continente africano atravessava uma época de grandes mudanças. Tal como já referimos, os territórios coloniais adquiriam a independência e os novos países alinhavam-se politicamente com as duas grandes potências da época, a União Soviética e os Estados Unidos da América. Por conseguinte, as autoridades coloniais portuguesas, tal como o intendente Ramos, podiam interpretar o surgimento de movimentos nacionalistas como parte da luta entre as duas grandes potências da época pela maior influência ideológica, política e económica em África.

Considerando que o relatório foi elaborado para o governo metropolitano, não é de surpreender que o autor tenha feito questão de interpretar a sublevação angolana apenas numa perspetiva que favorece a autoridade política e moral da metrópole. Também é evidente que Ramos pretendia incluir o seu testemunho e a sua perspetiva pessoal sobre os acontecimentos no discurso metropolitano sobre a realidade do império português em África no século XX. O cuidado que o intendente teve em enquadrar a sua interpretação dos interesses metropolitanos permitiu-lhe fazer propostas sobre o modo como o conflito deveria ser encarado. Como já foi referido, uma das propostas fulcrais do relatório é que a sublevação devia ser interpretada no contexto mais amplo de África na década de 1960. Considerando as mudanças nas estratégias geopolíticas, que iam evoluindo conforme progredia a Guerra Fria, Ramos alertava sobre a possibilidade da rebelião ter por trás dela o impulso da União Soviética.

Ao mesmo tempo, importa mencionar que o relatório do intendente Ramos pretende comunicar as necessidades dos colonos nas zonas afetadas pelo combate. Isto fazia parte do dever dos administradores da categoria do intendente Ramos, uma vez que o seu cargo administrativo era de carácter civil. Aliás, foram os colonos civis o alvo principal das ações subversivas nos primeiros dias da luta armada. Portanto, grande parte do relatório pretende ressaltar a valentia da população civil na defesa do património colonial, ainda que o mesmo relatório alerte para a inoportunidade de empregar as populações civis no combate aos insurgentes. Embora o intendente Ramos não escrevesse em termos de ineficiência, o seu relatório fornece amplos detalhes sobre o modo como a resposta inicial à sublevação nacionalista foi improvisada. Assim, sublinhava a necessidade urgente de as autoridades metropolitanas priorizarem o combate no Norte de Angola.

Tendo em consideração esta breve contextualização, é necessário ver com maior detalhe o teor do primeiro volume do relatório do intendente Ramos. O primeiro volume é fundamental para entender a perspetiva dos administradores coloniais no terreno de combate, visto que o intendente dedica esse volume a interpretar os antecedentes e a eclosão do conflito armado de 1961. Uma leitura detalhada do documento permite entender o tipo de testemunhos que foram apresentados às autoridades na metrópole, na altura de encarar a eclosão do conflito em Angola. A análise deste volume demonstra como eram opostas as perspetivas comunicadas pela administração colonial às apresentadas pela UPA. Tanto a UPA como o Estado Colonial consideram as mudanças ocorridas em África, mas as interpretações de cada uma das forças beligerantes no conflito angolano eram opostas. A leitura do relatório do intendente Ramos também nos permite esclarecer o tipo de testemunho utilizado pelas autoridades metropolitanas, na altura em que se desenvolviam os discursos que seriam utilizados para justificar o combate contra o nacionalismo angolano.

3.2 O monarquismo bacongo e a independência dos vários Congos

Conforme foi referido, um dos principais objetivos do primeiro volume do relatório do intendente Ramos é o de fornecer uma interpretação sobre os antecedentes da sublevação de 15 de Março de 1961. O intendente Ramos explica que o “comunismo internacional”¹⁴² tinha entrado em Angola através dos movimentos nacionalistas, em especial através dos movimentos pela autonomia dos reis do Congo, ou Mani Congo, como eram conhecidos tradicionalmente. De acordo com o intendente da cidade de Carmona (Uíge), a partir da morte do Mani Congo Dom Pedro VII, os líderes dos movimentos pela autonomia da coroa “proporcionaram o clima de efervescência tão do agrado dos agitadores profissionais que comandavam de além fronteira”¹⁴³. O intendente relata que, os líderes da causa “iam buscar a palavra de ordem às organizações comunistas situadas no exterior e daí voltavam com a missão específica de semear a discórdia”¹⁴⁴. A UPA tinha aparecido na cena política angolana através desses mesmos movimentos. Desse modo, o intendente Ramos pretendia sugerir que a administração portuguesa se tinha enganado na altura de interpretar as capacidades e o grau de mobilização dos movimentos étnicos e nacionalistas e considerava que era necessário redobrar os esforços contra eles. Visto que os movimentos que reclamavam a autonomia dos reis do Congo – e outros de carácter étnico-religioso – ultrapassavam a fronteira entre Angola e o Congo Belga, era fácil

¹⁴² Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História, vol.1*, “Palavras Prévias”.

¹⁴³ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História, vol.1*, 56.

¹⁴⁴ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História, vol.1*, 55.

para o intendente Ramos argumentar que a população angolana tinha sido exposta à influência estrangeira.

Nesse sentido, o intendente Ramos faz questão de correlacionar os acontecimentos de Angola com outras movimentações nacionalistas que na altura surgiam na África Central. Na perspectiva do intendente Ramos, não era mera coincidência que os vários Congos estivessem a obter a independência um após o outro. Utilizando esse argumento, Ramos alertava também sobre a possibilidade de os movimentos nacionalistas na bacia do rio Congo fazerem parte duma manobra da Guerra Fria, que tinha começado pelo Congo Belga, estendendo-se ao Congo Brazzaville e que continuaria até ao Congo Português¹⁴⁵, num tipo de efeito dominó. Nesse sentido, o carácter regional e étnico que deu origem à UPA era de maior interesse, uma vez que a ligação cultural entre o Noroeste angolano, o Congo Léopoldville e o Congo Brazzaville fornecia o espaço propício para lançar um movimento internacional pela libertação dos três territórios em conjunto¹⁴⁶.

Para sublinhar a possibilidade de uma libertação conjunta dos vários Congos, o intendente Ramos podia servir-se de testemunhos de outros administradores no Norte de Angola. O intendente de Maquela do Zombo, Fernando Barros Xavier Martins, por exemplo, declarava num comunicado que os presidentes do Congo Léopoldville e do Congo Brazzaville pretendiam criar um Estado que reunisse as populações de etnia bacongo. Se o Congo Léopoldville e o Congo Brazzaville travassem uma luta com esse reajuste de fronteiras em vista, os objetivos da luta teriam de incluir as populações bacongo do Noroeste de Angola. Aliás, o chamado “Congo Português” tinha um imenso valor histórico e cultural para a etnia bacongo, uma vez que continha a sede tradicional da coroa do Congo. Para o intendente Martins, não restavam dúvidas de que os novos Estados congolese tentariam apoderar-se da zona que administrava, e garantia: “Kasavubu e Youlou vão mantendo estreitos contactos e vão falando na reconstituição do antigo reino de N’totila como estado independente e soberano agrupando territórios belgas, franceses e portugueses”¹⁴⁷. De facto, o presidente do Congo Léopoldville, Joseph Kasavubu, a quem o intendente Martins referenciava, tinha liderado um movimento étnico bacongo, que deu um importante impulso à causa nacionalista no Congo Belga, privilegiando o desenvolvimento da cultura bacongo e defendendo a causa da restauração da coroa do Congo¹⁴⁸. Nesse sentido, entende-se que, em 1961, os administradores coloniais

¹⁴⁵ O termo “Congo Português” refere-se à região do Noroeste de Angola habitada pela etnia bacongo.

¹⁴⁶ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 58-59.

¹⁴⁷ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 60.

¹⁴⁸ Yolanda Covington-Ward, "Joseph Kasa-Vubu, ABAKO, and Performances of Kongo Nationalism in the Independence of Congo", *Journal of Black Studies* 43, n.º 1 (2012): 72-94.

portugueses utilizassem o argumento de que a UPA representava a variante angolana de um movimento estrangeiro que visava criar um Estado bacongo.

Na perspetiva do intendente Ramos, as tentativas de ressuscitar o antigo reino do Congo eram apenas discursos propagandísticos. Segundo o intendente de Carmona, a figura do rei do Congo tinha sido criada pelas autoridades portuguesas, o que na sua perspetiva minimizava o valor cultural da coroa:

“De harmonia com aquela regra de tolerância que já atrás nos referimos, mantinha-se em S. Salvador um chefe gentílico com a denominação de ‘Rei do Congo’. Não era mais do que um ‘soba’ como tantos outros, mas razões de ordem política haviam determinado a conveniência de prestigia-lo e colocar sob a sua hegemonia vários grupos étnicos da região setentrional de Angola, acabando com as dimensões que os traziam envolvidas em frequentes conflitos e sujeitos à lei instável do mais forte”¹⁴⁹.

Mesmo assim, o intendente reconhece que a figura dum rei de etnia bacongo serviria para animar a causa nacionalista na África Central. Ramos sugeria que o desenvolvimento de um nacionalismo em torno desta figura tinha permitido à União Soviética dar um impulso aos movimentos que reclamavam a autonomia da região, com o objetivo de difundir a sua influência na África Central. Aliás, o intendente Ramos alegava que os movimentos separatistas que surgiam “do Cabo ao Cairo” beneficiavam apenas os inimigos de Portugal, e que as tentativas de fortalecer a coroa do Congo tinham tido em vista criar uma autoridade que desse entrada a esses inimigos¹⁵⁰.

Considerando o modo como a Bélgica e a França perderam as suas colónias no Congo, o intendente Ramos pede para as autoridades metropolitanas portuguesas encararem a eclosão da revolta armada de modo mais proactivo. Ramos afirmava que os administradores dos territórios francês e belga tinham falhado na defesa das suas possessões ao subestimar o poder e as capacidades dos movimentos insurgentes. Além do mais, o intendente Ramos ressalta que as autoridades administrativas locais podiam ter desempenhado um papel mais importante, no sentido de impedir a intensificação do conflito, mas foram limitadas devido à indecisão dos seus superiores, que demoraram tempo demais a dar as ordens necessárias para deter o conflito¹⁵¹. Desse modo, o intendente Ramos convidava, embora indiretamente, as autoridades metropolitanas a não demorar na tomada de decisões relativamente à defesa do património colonial português no Norte de Angola.

¹⁴⁹ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 108.

¹⁵⁰ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 109-110.

¹⁵¹ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 59.

O relatório do intendente de Carmona demonstra claramente que os administradores portugueses do Norte de Angola prestaram especial atenção ao desenvolvimento do nacionalismo e ao processo de descolonização do Congo Belga e do Congo Francês. Observaram as mudanças nesses territórios, pensando nas possíveis consequências que os acontecimentos além-fronteiras poderiam ter em Angola. Considerando a ênfase que o intendente Ramos põe na possível correlação entre a descolonização do território vizinho e a sublevação angolana, é conveniente considerar brevemente a complicada série de acontecimentos que rodearam o processo de descolonização do antigo Congo Belga.

A 30 de Junho de 1960, as autoridades belgas outorgaram a independência à República do Congo, mas a escassos dias eclodiram uma série de conflitos violentos entre as populações negras e brancas. No dia 5 de Julho houve conflitos entre a *Force Publique* congoleza e os oficiais belgas ainda no território. Temendo um massacre da população branca no Congo, no dia 9 de Julho as tropas belgas ocuparam as províncias congolezas de Catanga e Kasai, com o objetivo de criar uma zona para proteger a população branca. Logo depois da ocupação belga de Catanga, o Primeiro-Ministro dessa província declarou a separação de Catanga da República do Congo¹⁵².

Por seu turno, o Primeiro-Ministro da República do Congo, Patrice Lumumba, defendeu a soberania da nova República Federal do Congo, argumentando perante a ONU que a presença das tropas belgas no Sul do seu país demonstrava o desejo das autoridades belgas de recolonizar o território congolês. Sem contar com um governo maturo, nem com forças armadas suficientemente preparadas para um conflito armado contra os antigos colonizadores, Patrice Lumumba fez um pedido de apoio à ONU. Não conseguindo o apoio que desejava por parte da ONU, o Primeiro-Ministro congolês procurou o apoio da União Soviética, de quem conseguiu uma resposta mais imediata e satisfatória¹⁵³. As decisões de pedir e aceitar o apoio da União Soviética foram rejeitadas pelo presidente da República do Congo, Joseph Kasavubu, complicando ainda mais a frágil situação da nova República. Embora o discurso da comunidade internacional na altura declarasse como objetivo principal manter o conflito congolês fora da Guerra Fria, no final, os Estados Unidos da América e a União Soviética acabaram por se envolverem no conflito, apoiando sectores opostos¹⁵⁴.

¹⁵² Lawrence S. Kaplan, "The United States, Belgium, and the Congo Crisis of 1960" *The Review of Politics* 29, n.º 2 (1967): 239-56.

¹⁵³ *Ibid.*

¹⁵⁴ Arnold Rivkin, "The Congo Crisis in World Affairs", *Civilisations*, 10, n.º 4 (1960): 473-479.

De acordo com os testemunhos de indígenas angolanos imigrantes no Congo Belga, recolhidos no relatório do intendente Ramos, o movimento insurgente do Congo Belga começou com os motins em Léopoldville, em 4 de Janeiro de 1959, e constituiu logo no início uma espécie de guerra entre raças. Os mesmos testemunhos comunicavam detalhes do início do processo de independência do Congo Belga através de narrativas que tinham semelhanças assustadoras com a eclosão da sublevação nacionalista em Angola¹⁵⁵. De acordo com os imigrantes angolanos, a independência do Congo tinha começado com atos de pilhagem e vandalismo do património dos colonos em Léopoldville. Estes atos foram realizados como sinal da determinação da população negra em expulsar os colonos brancos daquele território. Segundo o intendente, os insurgentes nas cidades de Ponta Negra e Léopoldville enviavam mensagens para Angola com a finalidade de incitar a revolta¹⁵⁶. Por seu turno, as autoridades portuguesas reagiram a estas mudanças no território vizinho limitando a passagem de correspondência entre Angola e o Congo Belga. Isto era feito com a finalidade de impedir a propagação de ideologias políticas influenciadas pelas mudanças no estrangeiro¹⁵⁷. Assim, o intendente Ramos pretendia explicar o modo como os movimentos nacionalistas nos distintos Congos podiam ser correlacionados, não só apenas através dos objetivos pela libertação da sua etnia e da sua região na África Central, mas também nas táticas que utilizaram na tentativa de consecução da independência.

Uma vez que a UPA tinha a sua sede em Léopoldville, o intendente Ramos interpretava que esta representava a variante angolana dos movimentos nacionalistas do Congo Belga. A interpretação da UPA, como uma variante angolana do nacionalismo congolês, era particularmente apropriada depois da organização do movimento congolês Alliance des Bakongo (ABAKO), que liderou com amplo sucesso um movimento étnico-bacongo no Congo Belga. Como refere John Marcum, a partir de 1959 o líder da ABAKO, Joseph Kasavubu, tinha um desejo expresso de restaurar a Coroa do Congo e criar um Estado Bacongo independente. Esta ideia também foi acolhida por Fulbert Youlou, que acreditava poder chegar a dirigir o Estado Bacongo.

Importa mencionar que a correlação feita pelo intendente Ramos, entre as propostas da ABAKO e da UPA, deve ser questionada à luz da pesquisa de John Marcum. Para Marcum, a proposta de Kasavubu dividiu os nacionalistas angolanos, uma vez que a UPA tinha

¹⁵⁵ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 60-61.

¹⁵⁶ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 62.

¹⁵⁷ Marcum, *The Angolan Revolution*, 70-71.

recentemente abandonado a ideia de um nacionalismo étnico¹⁵⁸. Independentemente disso, o intendente Ramos interpretava a ABAKO como a origem da UPA, uma vez que esta foi organizada no Congo Belga e os líderes da UPA, tais como Eduardo Pinock e Holden Roberto, ambos residentes no Congo Belga, tinham aparecido na cena política angolana como líderes dos movimentos pela autonomia do Manicongo. Basta lembrar que, em Dezembro de 1955, Eduardo Pinock atravessou a fronteira Norte de Angola, acompanhado dum caravana de doze viaturas, para reclamar a autonomia do Manicongo e para exigir a eleição de um rei protestante¹⁵⁹. Neste contexto político, o intendente Ramos considerava que apoio que a UPA recebia do Congo Léopoldville servia de prova suficiente para sugerir que o objetivo mais lato do nacionalismo congolês era a usurpação do chamado Congo Português. Na perspetiva do intendente Ramos, a solidariedade entre os três territórios congolezes apontava para o facto da sublevação da UPA estar ligada à proposta dum Estado bacongo.

Com esta exposição sobre as influências internacionais no conflito em Angola, o intendente Ramos afirmava que tinha chegado o momento do governo português tomar as medidas necessárias para contrastar o movimento nacionalista no Congo Português. O intendente Ramos alertava ainda para o facto de muitos dos emigrantes angolanos terem participado nos distúrbios no antigo Congo Belga, pelo que o seu regresso constituía um elevado risco para a manutenção da ordem colonial em Angola. Baseado nas observações do intendente de Maquela do Zombo, o intendente Ramos alertava que a proximidade geográfica facilitava o desenvolvimento de atividades subversivas entre os emigrantes regressados do Congo Léopoldville. Este mesmo intendente lembrava aos seus superiores de que as autoridades da intendência de Maquela do Zombo tinham feito questão de pedir a criação de novos campos de trabalho no Sul de Angola, para onde pudessem ser enviados os emigrantes regressados. Isto pedia-se na tentativa de “recuperar” os regressados “para uma vida honesta e para o trabalho”. O objetivo deste tipo de medida era o de isolar os antigos imigrantes das ideias subversivas e da zona que visavam libertar. O intendente Ramos apoiava a sugestão do intendente Martins declarando, com citações diretas, que até os líderes tradicionais da região concordavam com a proposta. Portanto, o intendente Ramos lamentava que na altura os seus superiores não tivessem dado ordens de criar esses campos¹⁶⁰. Deste modo, o intendente Ramos alertava com urgência que, se as autoridades portuguesas pretendiam manter a soberania sobre Angola, seria

¹⁵⁸ Marcum, *The Angolan Revolution*, 73.

¹⁵⁹ Marcum, *The Angolan Revolution*, 58.

¹⁶⁰ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 64-65.

necessário que tomassem atitudes proactivas, diferentes das atitudes das autoridades francesa e belga.

Refletindo acerca do problema que representava a influência do nacionalismo congolês entre a população bacongo no Norte de Angola, os administradores portugueses questionavam, em termos gerais, as origens do nacionalismo na África Central. De acordo com o que observava, e com as interpretações que fazia, o intendente Ramos considerava que, muito provavelmente, o desenvolvimento do nacionalismo bacongo tinha sido impulsionado pelas agendas internacionais relativamente ao conflito da Guerra Fria. Se tal fosse realmente o caso, o nacionalismo da UPA teria de ser considerado igualmente contaminado por essas mesmas agendas. É assim que o intendente Ramos enquadra a sua decisão de dedicar grande parte de seu relatório a detalhar a possibilidade duma correlação entre a sublevação da UPA e os interesses da União Soviética na África Central. Aos olhos dos administradores portugueses no norte de Angola, a entrada das potências antagónicas da Guerra Fria no conflito congolês levantavam imensas suspeitas sobre as forças que pudessem estar por detrás dos movimentos nacionalistas. O relatório do intendente Ramos ressalta a possibilidade de que os movimentos nacionalistas tivessem sido organizados e semeados pelos beligerantes da Guerra Fria de forma a estenderem a sua influência em África.

Por outro lado, os sentimentos de simpatia entre Holden Roberto e Patrice Lumumba permitiram ao intendente Ramos especular sobre o tipo de relação que existia entre a UPA e o poder político congolês. O intendente Carmona acreditava que o partido de Patrice Lumumba, o Mouvement National Congolais (MNC), em conjunto com a ABAKO, tinha conduzido a independência da República do Congo e pretendia fazer a mesma coisa em Angola através da UPA. Isto devia-se ao facto de Joseph Kasavubu (ABAKO) ter assumido o cargo de Presidente, enquanto Lumumba (MNC) assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Portanto, em 1961 os administradores portugueses que assistiam atentamente ao processo de descolonização do Congo podiam suspeitar que a ABAKO e o MNC tinham atuado em conjunto para se apoderarem do Congo Léopoldville e, posteriormente, criarem um Estado bacongo.

Interpretando o desenvolvimento da UPA, o intendente Ramos sugere que Holden Roberto tinha sido escolhido pela própria ABAKO para continuar os esforços daquele movimento, sob o título da União dos Povos de Angola¹⁶¹. Como já foi referido, Holden Roberto aproveitou a sua participação na Conferência dos Povos Africanos de 1958 para informar a imprensa internacional sobre a situação de Angola e acerca dos objetivos do

¹⁶¹ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 79.

nacionalismo da UPA. Numa conferência de imprensa em Acra, Roberto expressou imensa simpatia pela causa nacionalista congoleza. Esses sentimentos de simpatia levaram-no a declarar que “o povo Congolês e o povo Angolano sempre viveram e lutaram em estreita comunhão contra a opressão colonial”¹⁶². Na perspectiva do intendente Ramos, essa declaração servia de prova suficiente para demonstrar que as ações da UPA eram, no fundo, as ações de movimentos nacionalistas congolezes em Angola. Além disso, Patrice Lumumba tinha declarado inúmeras vezes a sua intenção de apoiar movimentos nacionalistas além das fronteiras do Congo Léopoldville. O relatório cita Lumumba a declarar que, após a independência do Congo Belga, pretendia mobilizar as forças congolezas nos territórios ainda sob domínio estrangeiro, com a finalidade de fomentar um “ajuste de contas” que acabaria com a saída dos colonos brancos¹⁶³.

Para além das palavras de Lumumba, os administradores do distrito do Uíge tinham conhecimento de uma possível invasão, através de rumores que circulavam entre as populações indígenas da fronteira, ainda antes do 15 de Março de 1961. Segundo os rumores, a invasão seria efetuada pelos angolanos que tinham participado nas ações subversivas no Congo Belga. Dizia-se que tal invasão iria acontecer no dia 8 de Junho de 1960 e o entusiasmo por causa da notícia duma possível invasão era tal que, “até uma grande parte dos brancos a conhecia, [os indígenas angolanos] não se incomodavam, sequer, a guardar o segredo”. Desse modo, o relatório comunica que, ainda antes do intendente Ramos assumir o seu cargo em Carmona, as ameaças existentes na zona eram amplamente conhecidas. Portanto, o nacionalismo na zona tinha sido ignorado pelas autoridades portuguesas durante cerca de um ano antes da eclosão da revolta armada.

Depois de justificar a sua perspectiva sobre a probabilidade de o conflito em Angola ter ligações com os movimentos nacionalistas no Congo Léopoldville (e no Congo Brazzaville), o relatório aprofunda os argumentos sobre o carácter estrangeiro da rebelião da UPA. O relatório faz uma comparação entre as ações nacionalistas em Angola e as ações efetuadas pela ABAKO no Congo Belga. O intendente Ramos acreditava que a ABAKO tinha inspirado as ideias nacionalistas que desembocaram no conflito armado em Angola. Segundo o relatório, antes da independência do Congo Belga, tinham sido encontrados em Angola cartões de identidade da ABAKO e lembrava o facto de alguns funcionários da intendência de Maquela do Zombo terem informado que tinham sido ameaçados por membros dessa organização. Entre os ameaçados

¹⁶² Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 91.

¹⁶³ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 69,71.

encontrava-se o intendente Martins, para quem as ameaças eram de morte¹⁶⁴. Na cidade de Carmona, o intendente Ramos encontrou evidências sobre o modo como os comunicados por parte da ABAKO levaram a que muitos dos trabalhadores agrícolas pedissem para descansar durante a primeira quinzena de Junho de 1960, por causa dos rumores de que no dia 8 de Junho aconteceria a tal invasão do território angolano por parte dos insurgentes do Congo Belga.

Como prova da ligação entre a UPA e a ABAKO, o intendente Ramos fez questão de inserir no seu relatório transcrições das declarações feitas pela UPA nos programas de rádio no Congo. Alguns desses programas eram transmitidos nas zonas fronteiriças, de forma que pudessem ser ouvidos também em Angola; outros eram transmitidos em Léopoldville, para um público de angolanos imigrantes. As informações prestadas nos programas de rádio declaravam novamente os sentimentos de simpatia da UPA pela causa nacionalista no Congo Belga e afirmavam que a UPA tinha intenções de apoiar a luta do povo vizinho, alertando ao mesmo tempo que as lutas de Angola e do Congo Belga constituíam duas lutas pela mesma causa: “contra a opressão colonial”¹⁶⁵. Num programa da Rádio Nacional Congoleza em Julho de 1960, membros da UPA diziam ter tido conhecimento da crescente suspeita por parte das autoridades portuguesas sobre a influência dos movimentos nacionalistas congolezes em Angola. Os apresentadores do programa declaravam que, por causa dessas suspeitas, o Estado colonial português tinha implementado uma série de medidas repressivas contra o povo angolano. Os membros da UPA sugeriam que o incremento desse tipo de medidas teve como finalidade a eliminação de quaisquer esperanças de que a descolonização do Congo Belga tivesse repercussões políticas em Angola¹⁶⁶. De acordo com os declarantes, as “repressões nas regiões da fronteira”¹⁶⁷ foram aplicadas após o anúncio por parte das autoridades belgas da descolonização do Congo. Tais repressões, segundo os declarantes, foram perpetradas tanto por autoridades militares, como pelas autoridades civis. Além do mais, os apresentadores sublinhavam o caráter violento das medidas preventivas que ocasionaram a morte de, pelo menos, quinze angolanos. Na perspectiva da UPA, o Estado colonial tinha incitado – com a violência das medidas preventivas – a luta armada da UPA. Ainda que as transcrições ressoem as justificações do movimento nacionalista acerca da luta armada, o intendente Ramos pretendia utilizar as declarações para argumentar que, na raiz do conflito armado, estava a determinação

¹⁶⁴ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol. 1, 73.

¹⁶⁵ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol. 1, 99.

¹⁶⁶ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol. 1, 99-101.

¹⁶⁷ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol. 1, 100.

da UPA em apoiar a causa nacionalista no Congo, bem como a sua determinação em seguir os passos do território vizinho.

Alegando ter provas da influência da ABAKO sobre o chamado Congo Português, o intendente Ramos atribuía a esse movimento o desenvolvimento do nacionalismo na região habitada pela etnia Bacongo. O intendente Ramos afirmava: “Os primeiros movimentos clandestinos começaram a manifestar-se sob a influência da ‘Alliance des Bakongos’, mais conhecida por ABAKO”¹⁶⁸. Com estas declarações, o intendente de Carmona relacionava o nacionalismo da UPA com o movimento nacionalista do Congo Belga. O relatório conclui que a relação entre a ABAKO e a população indígena do Noroeste de Angola explicava a razão pela qual os líderes nacionalistas da UPA tinham organizado o seu movimento a partir do Congo Belga.

3.3 O alegado interesse da União Soviética na descolonização do Congo Português

O intendente Ramos declara que, desde o momento em que soube dos ataques às prisões em Luanda, em fevereiro de 1961, teve a suspeita de que as ações nacionalistas em Angola tinham raízes no Congo. Portanto, na altura da sua chegada à cidade de Carmona, em finais desse mesmo mês, dedicou-se à tarefa de resguardar o património colonial português da zona sob a sua administração. A cidade de Carmona tinha sido fundada no século XX, a partir dum modesto centro mercantil, que cresceu e ganhou importância com o desenvolvimento da cultura do café no pós-Segunda Guerra Mundial. O facto da cidade se ter desenvolvido rapidamente nas décadas anteriores à eclosão da revolta armada, fazia com que esta cidade fosse uma espécie de símbolo dos benefícios do colonialismo no Norte de Angola. O próprio intendente Ramos conheceu Carmona antes e depois de se transformar em cidade e afirmou:

“O meu primeiro acto, logo no dia 25, foi percorrer a cidade de a lés a lés para a reconhecer, visto que quando a conheci não era mais do que uma modesta aldeia com menos de meia dúzia de casas de construção definitiva. Encontrei então uma cidade moderna, com lindas ruas traçadas a capricho, ladeadas todas elas, devidamente asfaltadas, por importantes prédios, alguns com dois e três pisos, sendo raros os que não dispõem de estabelecimentos comerciais repletos de mercadorias de toda a espécie. Uma grande riqueza que os seus habitantes conseguiram formar com o seu trabalho árduo e persistente...”¹⁶⁹

¹⁶⁸ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 78.

¹⁶⁹ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 18.

Estas frases capturam a memória da cidade que o intendente Ramos conheceu na altura do início do seu cargo. Nessa mesma altura, já existiam rumores de uma possível sublevação na zona e, tendo assistido pessoalmente aos assaltos em Luanda, o intendente Ramos toma medidas para proteger a cidade. Essas medidas incluíram o corte de árvores e limpeza do mato em redor da cidade, de modo que os insurgentes não conseguirem aproximar-se da cidade sem serem vistos. Outras medidas pretendiam proteger alguns edifícios, de forma que estes pudessem servir como fortins improvisados.¹⁷⁰

Tal como os rumores sugeriram, a revolta armada iniciou-se menos de um mês depois da chegada do intendente. Perante a eclosão do conflito, o intendente e a população civil que ele representava tiveram que organizar a defesa da cidade e do património que tinham desenvolvido em poucas décadas. Desse modo, o relatório tenta alertar as autoridades acerca do perigo que as ações subversivas representavam para os lugares onde o colonialismo português parecia ter tido tão amplo sucesso. Considerando a natureza do relatório, e o contexto em que foi escrito, pode-se entender o modo como o intendente apela à sensibilidade das autoridades metropolitanas. O relatório fornece, acima de tudo, a narrativa duma história que pretende ser comovente. Nela, um povo de civis e os respetivos administradores, sem contarem com o apoio de organização militar formal, tiveram que defender a cidade de Carmona aquando do início da insurreição da UPA. Esse tipo de sentimento é capturado nestas palavras: “nem sequer armas tínhamos para uma defesa eficaz no caso de ataque, como se esperava e veio concretizar-se”. Assim, é possível observar que o intendente Ramos pretende ressaltar a incapacidade das populações brancas de se defenderem, perante uma revolta que visava erradicar o colonialismo.

O relatório do intendente de Carmona contrasta a vulnerabilidade dos colonos com a violência da revolta armada. Ao mesmo tempo, o intendente Ramos tenta idealizar a vida no Norte de Angola antes da revolta, com a finalidade de questionar as motivações dos insurgentes. O intendente levantava questões sobre quem verdadeiramente beneficiava com a revolta, e argumentava que a resposta não era de todo favorável aos africanos, uma vez que as políticas coloniais satisfaziam algumas das necessidades das populações através da sua missão civilizadora. Defendendo esse argumento, o intendente Ramos refere o exemplo das campanhas de “pentamidina”, contra a chamada *doença do sono*, para defender o carácter benévolo do sistema colonial¹⁷¹. Contrapondo estas campanhas de saúde pública com os distúrbios

¹⁷⁰ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 16.

¹⁷¹ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 28.

ocasionados pela revolta, o intendente acusava os insurgentes de terem trocado aqueles que lhes deram apoio e assistência médica pelos que os levaram para guerra e para a morte.

Efetivamente, o relatório defende o colonialismo afirmando que, sob o sistema colonial, decorria em paz uma “obra civilizadora”. O intendente Ramos defende também que os benefícios do colonialismo só aumentaram após a Segunda Guerra Mundial e assinala que os incrementos nas infraestruturas, demonstravam que o sistema colonial visava a completa integração da população rural do Norte de Angola na “família Lusitana”¹⁷². Além do mais, o intendente Ramos afirma que os costumes locais eram integrados pelo colonialismo português quando era necessário, como foi no caso dos líderes tradicionais, os “sobas”, cujos cargos e autoridade foram mantidos pelo governo colonial. Na perspetiva do intendente de Carmona, a integração dos costumes locais devia ser considerada como um sinal de simpatia do sistema colonial pelos povos colonizados.

Certamente com esta exposição dos benefícios do colonialismo e da sua benevolência para com os povos indígenas, o intendente pretendia formular o argumento de que a situação colonial no Norte de Angola era estável e benéfica para a população, de modo que não era necessária uma revolta para melhorar as condições de vida. Na perspetiva do intendente Ramos, só através de uma intervenção estrangeira era possível entender o desejo e a determinação dos insurgentes em combater o domínio português. Aliás, o intendente de Carmona acrescenta que se deveria ter prestado atenção à influência estrangeira sobre esta zona com maior antecedência. Além do mais, o relatório argumenta que a sociedade angolana era totalmente equitativa e multirracial: “Sendo do conhecimento geral a maneira familiar como convivíamos com os pretos, tratando-os com carinho e humanidade, de igual para igual numa sociedade multirracial em que viviam sem restrições que não as impostas por lei, brancos, pretos e mestiços não é para admirar que nos passa pela mente, embora frouxamente, a ideia da impossibilidade de uma sublevação”¹⁷³. Partindo deste argumento, o intendente relata aos seus superiores a história duma revolta que tinha por trás dela o apoio ideológico, científico e tecnológico de forças estrangeiras.

Interpretando o nacionalismo e a descolonização do Congo Belga como manobras das potências da Guerra Fria para entrarem na África Central, e tendo interpretado o nacionalismo da UPA como uma extensão do nacionalismo bacongo, propostas por Kasavubu e Youlou, o intendente Ramos afirmava que a UPA tinha sido criada para servir interesses estrangeiros que beneficiavam o Congo Léopoldville, bem como a União Soviética. Este argumento era feito

¹⁷² Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 54.

¹⁷³ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 25.

com urgência, sugerindo que, a partir do início da sublevação, as populações coloniais no Norte de Angola estavam, para todos os efeitos, a sofrer os danos da Guerra Fria. Por essa razão, o intendente colocou grande ênfase na questão do uso da ciência e de tecnologia soviéticas no conflito que se travava no Norte de Angola. O intendente foi tão longe ao ponto de acusar a União Soviética de controlar a luta travada pela UPA, através do apoio que fornecia em termos de medicina e tecnologia militar. Assim, o intendente Ramos conseguia justificar a incapacidade da população branca em defender-se, enquanto sublinhava a necessidade urgente de apoio por parte da metrópole.

A interpretação da revolta nacionalista, como produto do apoio estrangeiro, permitia ao intendente Ramos separar as causas do conflito armado do projeto colonial português em Angola. Ao mesmo tempo, as interpretações do intendente Ramos sobre o nacionalismo angolano contêm uma perspectiva mais ampla sobre a situação política do continente africano no início da década de 1960. Talvez seja por isso que, nas acusações contra a União Soviética, o intendente Ramos tenha realizado declarações extraordinárias. Essas, incluíam declarações sobre a capacidade da União Soviética de automatizar as populações indígenas angolanas através da administração de drogas: “Só, portanto, com a administração de drogas que a escola soviética ensinou a fabricar seria possível obrigá-los a terem coragem para investir contra seu benfeitor”¹⁷⁴. Na consideração do intendente Ramos, acerca da possibilidade do uso de drogas soviéticas, nota-se também um certo receio pelos avanços científicos ainda desconhecidos pelas tropas portuguesas.

Entre os episódios mais apelativos do relatório, há uma narração sobre o modo como as drogas “da escola soviética” fizeram com que um insurgente perdesse o medo da tropa portuguesa e até conseguisse escapar à morte após ter sido atingido pelas balas. O intendente Ramos narra que, certo dia, um insurgente se aproximou das tropas do posto militar do Quitexe, de canhangulo na mão. Os militares portugueses responderam, matando-o a tiro. Depois do elemento subversivo cair, as tropas retiraram-lhe a arma e deixaram-no no terreno, não encontrando nele sinais de vida. Para surpresa das tropas, no dia seguinte, esse indivíduo foi encontrado com vida. Tal foi a surpresa dos militares que, em vez de novamente o tentarem matar, levaram-no ao posto médico para ser autopsiado. Nas palavras do intendente Ramos, a autópsia revelou “que o estômago desse desgraçado era um armazém de drogas que o tornaram absolutamente inconsciente e resistente”¹⁷⁵. Com estes relatos, e com os argumentos explicitados no relatório, o intendente Ramos alertava que através das grandes potências, as

¹⁷⁴ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 25.

¹⁷⁵ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 27-28.

forças subversivas podiam aceder a ciência e a tecnologia bélica muito superiores às que estavam disponíveis para as autoridades coloniais portuguesas.

Relativamente à cidade de Carmona, o intendente Ramos declarava que fez quanto pôde para defender a cidade. Contudo, dirigindo-se diretamente ao Ministro do Ultramar, o intendente Ramos pede com urgência para que seja reforçada a proteção da cidade e da zona, assinalando que, caso contrário, a Carmona iria cair nas mãos da UPA, da Rússia ou da América¹⁷⁶. Além disso, acusava os comunistas de terem escolhido África como palco da sua batalha contra os Estados Unidos. Enquadrando o conflito armado nesses termos, o intendente Ramos pretendia levar as autoridades metropolitanas a considerar a posição de Angola na Guerra Fria, bem como a necessidade de transformar o modo de administrar o território depois da eclosão do conflito.

Consciente do valor do seu testemunho, o intendente Ramos dedicou a quase totalidade da primeira centena de páginas do seu relatório a estabelecer a sua perspetiva e interpretação dos acontecimentos de 1961 no Norte de Angola, apresentando fontes que apoiavam a sua perspetiva. Desse modo, o intendente Ramos pretendia reforçar as suas interpretações, demonstrando também que outros organismos aludiam a interpretações semelhantes àquela que era fornecida no relatório. Considerando o possível papel do comunismo nos movimentos nacionalistas vindos do exterior, o intendente Ramos recolheu um artigo da Agência Noticiosa de Informação (ANI), publicado no jornal *A Província de Angola*, em Novembro de 1960. Com esse artigo, o intendente Ramos pretendia demonstrar que, a ligação da UPA às potências comunistas não tinha sido ponderada apenas por ele. O artigo da ANI afirmava, quase um ano antes da eclosão da sublevação, que a UPA apelou ao apoio militar de Pequim e Moscovo, o que conseguiu com amplo sucesso. O artigo também declara que o MPLA trabalhava em favor dos interesses de Moscovo, e que, devido à rivalidade entre a Rússia e a China, Mário Pinto de Andrade, líder do MPLA, tinha viajado para Pequim para tentar impedir o apoio da China à UPA. Aliás, o artigo sugere que o MPLA, na altura, esperava que a descolonização de Angola fosse deferida diretamente pelo governo português; mas não o governo de Salazar, mas sim um de carácter “civil comunista”¹⁷⁷.

Paralelamente, o artigo da ANI levantava questões sobre as possibilidades de apoio dos Estados Unidos da América à UPA. De acordo com o artigo, os esforços por parte dos Estados Unidos, por influir no futuro político de Angola, tinham começado a partir das missões

¹⁷⁶ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol.1, 37.

¹⁷⁷ *A Província de Angola*, 6 de Novembro de 1961, in Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 106.

protestantes. Efetivamente, na perspetiva da administração portuguesa, a presença de missões protestantes no Noroeste de Angola tinha levantado suspeitas sobre as ideologias existentes naquela zona. Isto devia-se ao facto de os missionários protestantes serem estrangeiros e, por conseguinte, este facto dotava todas as suas atividades de um carácter estrangeiro e suspeito. Além disso, John Marcum refere que realmente existiam certos laços de afinidade e simpatia entre os indígenas angolanos e os missionários protestantes, uma vez que a relação, por vezes antagónica, entre os missionários e as autoridades portuguesas, faziam com que os indígenas angolanos pensassem neles como possíveis intermediários no processo de descolonização¹⁷⁸. O relatório do intendente Ramos, sugere que a administração portuguesa interpretava a simpatia entre indígenas e missionários como fruto duma doutrinação protestante que propositadamente propagava ideias nacionalistas. Esta interpretação pode ter a ver com o facto de a sublevação ter começado numa zona onde grande parte da população era protestante – 35%, de acordo com as estimativas de John Marcum e 42,7% de acordo com os cálculos referidos por Fernando Tavares Pimenta¹⁷⁹. Na perspetiva do jornalista da ANI, as igrejas protestantes tinham estabelecido uma ligação entre a UPA e os Estados Unidos da América. A hipótese de uma ligação dos Estados Unidos da América à sublevação era abordada com maior cautela pelo intendente Ramos, preferindo sempre fazer acusações abertas apenas contra a União Soviética. Isto pode ter a ver com o facto de Portugal ser aliado dos Estados Unidos como membro da OTAN.

Deste modo, o intendente Ramos fortalecia os seus argumentos, demonstrando que em todo o caso havia outras fontes que interpretavam o nacionalismo angolano no quadro das complexas dinâmicas de poder entre as potências beligerantes da Guerra Fria, os movimentos nacionalistas e os novos países africanos.

3.4 Acusações contra as comunidades religiosas no Norte de Angola

O principal objetivo do primeiro volume do relatório do intendente Custódio Ramos é o de alertar sobre o modo como as influências estrangeiras tinham ocasionado o surgimento e desenvolvimento do nacionalismo angolano, desembocando na revolta nacionalista de 1961. O relatório defende o carácter negativo das influências estrangeiras, uma vez que estas são sempre relacionadas com o comunismo, ou pelo menos, como porta de entrada deste em Angola. Nesse sentido, o intendente Ramos dedicou grande parte do seu relatório à interpretação dos

¹⁷⁸ Marcum, *The Angolan Revolution*, 55.

¹⁷⁹ Veja-se: Marcum, *The Angolan Revolution*, 55. Pimenta, *Branços de Angola*, 40.

acontecimentos no Norte de Angola como consequência da presença da União Soviética na África Central. Tal como já referido, o intendente Ramos guardava alguma cautela na hora de fazer acusações contra as potências do bloco ocidental. Mas, mesmo assim, considerou necessário argumentar que, como consequência da presença legal dessas potências em território angolano, a Guerra Fria tinha encontrado terreno fértil na zona onde eclodiu a revolta armada de 1961.

Aos olhos do intendente Ramos, as comunidades protestantes e as chamadas “seitas feiticeiras”, tinham permitido a entrada de ideologias estrangeiras em Angola. O termo “estrangeiro”, no entender do intendente Ramos, representava, não apenas uma designação sobre a origem nacional, mas também – e talvez mais importante – apontava para uma origem alheia aos princípios do regime português. Neste sentido, as igrejas e os missionários protestantes eram vistos com suspeita, particularmente porque o labor que desempenhavam tinha como objetivo influenciar a conduta e as mentes das pessoas a quem serviam.

Como refere Benedict Schubert, as únicas zonas adequadas para uma colaboração entre as igrejas protestantes e o Estado colonial português eram as zonas onde o este não conseguia investir recursos suficientes. Efetivamente, as missões protestantes eram particularmente úteis nas zonas que careciam de infraestruturas básicas ou de instalações públicas, ou seja, nas zonas rurais. Como já referimos, o terreno escolhido pela UPA para o lançamento da revolta armada caracterizava-se por estes dois elementos, o carácter rural e a presença significativa de adeptos das congregações protestantes. O protestantismo naquela zona tinha sido difundido principalmente por missionários Batistas e Metodistas que, na maioria dos casos, eram de origem anglo-saxónica. Os missionários estrangeiros eram autorizados a exercer o seu labor, desde que se encarregassem da tarefa de educar e cristianizar as populações indígenas daquela zona, participando assim na “ação civilizadora” do colonialismo português.

No entanto, as autoridades portuguesas não conseguiam estar completamente à vontade com a presença de elementos estrangeiros no Norte de Angola. Isso era constatado de modo particular em questões relativas às diferenças culturais trazidas pelos missionários anglo-saxónicos. Como refere Schubert, ao ver os missionários protestantes “não se podia separar a melhoria na qualidade de vida que o evangelho proporcionava àqueles, que o aceitavam, do progresso técnico, da integração na modernidade”¹⁸⁰. Isto era verdade, embora cada denominação protestante enfatizasse o assunto num grau diferente. A promoção social era evidente no tipo de atenção médica e de educação oferecida nas missões protestantes. Aliás, a

¹⁸⁰ Schubert, *A Guerra e as Igrejas*, 53

educação era de particular importância nessas comunidades, uma vez que a leitura e interpretação pessoal da Bíblia era fulcral à experiência cristã-protestante. Além do mais, existiam também benefícios mais imediatos para quem vivia nas comunidades protestantes. De acordo com Schubert, os oficiais portugueses viam nos missionários estrangeiros representantes dos seus países, facto que inibia as autoridades coloniais de aplicar métodos violentos contra a população indígena à guarda dos missionários¹⁸¹.

Independentemente dos benefícios que as populações indígenas pudessem encontrar nas missões protestantes, o certo é que quem vivia numa comunidade missionada por uma igreja protestante tinha uma experiência cultural distinta de quem vivia numa comunidade missionada pela Igreja Católica. Essas diferenças eram inúmeras e não limitadas às questões teológicas, pois existia uma “cultura protestante” que unia as distintas denominações e comunidades religiosas. Esta cultura manifestava-se nos hinos que eram cantados, nas línguas que se utilizavam no culto e na explicação da Bíblia, assim como na conduta pessoal, por exemplo, a maioria dos protestantes distinguiam-se por se absterem do álcool e do tabaco. Como refere Benedict Schubert, a diferença cultural era percebida tanto pelo Estado, como pelos missionários católicos, tais como José J. Gonçalves que afirmava que “a maneira portuguesa de estar no mundo” era estranha para as comunidades protestantes angolanas¹⁸².

Visto que as diferenças culturais entre católicos e protestantes eram tão marcadas, não é de surpreender que o relatório do intendente Ramos correlacione essas diferenças com a origem estrangeira dos missionários protestantes. Por conseguinte, as diferenças culturais e o carácter estrangeiro levaram o intendente Ramos a correlacionar o protestantismo com a entrada de ideologias alheias ao regime português, quer isto dizer subversivas e de carácter comunista. O intendente Ramos mostrava incómodo pelo facto de os angolanos protestantes adotarem modos de vida não representativos da cultura portuguesa: “também é certo que se notava neles como que uma formação diferente, eram indivíduos moldados num outro figurino que não o português”¹⁸³.

Partindo dessa incomodidade, o intendente Ramos detalhava as evidências que encontrava, de forma a relacionar as atividades subversivas com as igrejas protestantes. Em primeiro lugar, notava que os líderes nacionalistas, tanto em Angola, como no Congo Belga, eram de fé cristã-protestante: “Se protestantes foram os dirigentes da ABAKO, se protestantes foram Simão Kibango e Simão Toco, também protestante é Robert Holden, o qual até adotou o

¹⁸¹ Schubert, *A Guerra e as Igrejas*, 53-55.

¹⁸² José J. Gonçalves, *Protestantismo em África*, apud Schubert, *A Guerra e as Igrejas*, 52-54.

¹⁸³ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 118-119.

apelido do missionário que o educou”¹⁸⁴. Isto é particularmente relevante porque, no decorrer do conflito, os mais importantes líderes de outros grandes movimentos nacionalistas, como por exemplo a UNITA, também tinham ligações ao protestantismo. Como já foi referido, as missões protestantes tinham o objetivo de proporcionar educação e progresso às comunidades indígenas angolanas, mas o intendente acrescentava a isso a acusação dos protestantes terem por objetivo semear ideias de autodeterminação e de revolta contra Portugal.

Segundo o intendente Ramos, os movimentos nacionalistas de caráter comunista vindos do antigo Congo Belga, tinham procurado ativamente as comunidades protestantes. Ramos defende que as comunidades rurais protestantes foram quase encaminhadas para o nacionalismo, uma vez que a sua “formação primitiva” e o facto de serem dirigidas por estrangeiros fazia deles um grupo vulnerável às ideologias separatistas e subversivas. Além do mais, Ramos acreditava que os missionários protestantes tinham facilitado a tarefa dos movimentos que procuravam recrutar adeptos entre a população rural de Angola. Isto porque, na perspetiva do intendente, os missionários não tinham a finalidade de fazerem “portugueses dos africanos que a eles estavam confiados”, preferindo “espalhar as tão decantadas ideias da autodeterminação e dos direitos do homem”. Deste modo, o intendente atestava que os povos do Norte de Angola tinham sido colocados numa situação em que tinham poucas hipóteses de poderem resistir às propostas nacionalistas. De acordo com o relatório, os movimentos nacionalistas do antigo Congo Belga conheciam bem a vulnerabilidade das comunidades protestantes e, portanto, infiltraram essas comunidades, enviando angolanos migrantes no Congo Léopoldville para semearem a causa da ABAKO em Angola¹⁸⁵.

Por outro lado, o intendente Ramos também acusa os missionários de terem colaborado abertamente com os esforços dos movimentos nacionalistas. Como caso exemplar, o relatório propõe o caso do missionário inglês Archibald Patterson, cuja missão em Quicaia distava de Carmona apenas quinze quilómetros. O intendente Ramos recolhe testemunhos de protestantes implicados na revolta de 1961 que colocam Patterson entre os principais apoiantes da revolta. Segundo o testemunho de Gomes Garcia Luano, várias décadas antes da eclosão da revolta nacionalista em Angola, Patterson tinha apoiado a ideia de uma revolta armada. Luano declara que: “Já em 1938 existiam muitas armas na missão e que as macas já estavam a ser preparadas nesse tempo”¹⁸⁶. O declarante acrescenta que, para além de planear a revolta durante várias décadas, Patterson mantinha contatos estreitos com membros dos movimentos nacionalistas no

¹⁸⁴ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. I, 118.

¹⁸⁵ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. I, 119.

¹⁸⁶ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. I, 120.

Congo Léopoldville. Além disso, o relatório cita correspondência enviada a Patterson, onde um dos missionados da sua comunidade escrevia abertamente sobre a esperança na independência de Angola. Enfim, Ramos considerava que Patterson estava envolvido na revolta dado que parecia ser a única pessoa de raça branca que conseguia manter “contacto com os nativos aqui e ali como se nada de perigo, para sua pessoa, se estivesse a processar no Congo Português”. Além do mais, conseguia deslocar-se pela zona de combate sem medo de ser atacado por elementos subversivos. Nas palavras do intendente “se mais nada houvesse que viesse provar a sua ingerência directa nos acontecimentos, bastava esta circunstância para acreditar como suspeito e perigoso elemento nesta província”¹⁸⁷

Como noutras ocasiões, o intendente Ramos interpretava as atividades do líder da missão de Quicaia como estando ao serviço dos interesses comunistas. De acordo com o relatório, tinham surgido no Norte de Angola várias “células comunistas”, cuja organização atribuía às comunidades protestantes. O intendente Ramos afirmava que, as reuniões protestantes incluíam uma intervenção por parte dum pregador, que logo era seguida por uma discussão entre os participantes. O intendente garantia que essas discussões serviam para propagar ideias comunistas e, assim, organizar as referidas “células”. Aliás, o intendente Ramos afirmava que os líderes protestantes, em certas ocasiões, reuniam os fiéis com o propósito de falar em revolta, em vez de pregarem sobre temas espirituais, insultando aqueles que se mostrassem menos inclinados a participarem numa eventual rebelião¹⁸⁸.

Dadas as acusações que recaíam sobre a figura de Patterson, este foi expulso de Angola e obrigado a regressar a Inglaterra. A decisão foi muito do agrado do intendente Ramos, que desejava que o mesmo sucedesse com os outros líderes subversivos das missões protestantes. De modo particular, o relatório fazia um apelo à repressão dos líderes protestantes angolanos. Enquanto os estrangeiros podiam ser expulsos, Ramos considerava que a permanência dos líderes angolanos podia ser ainda mais perigosa. O intendente de Carmona temia que os missionários protestantes tinham organizado o movimento subversivo de tal modo que a revolta podia continuar através da liderança dos catequistas angolanos nas missões. Por essa razão, o intendente indicava os nomes de catequistas protestantes angolanos que acreditava poderiam vir a ser os próximos líderes subversivos e, como tal, sugeria que deviam ser coibidos.

Continuando a relacionar as atividades dos catequistas protestantes às ações nacionalistas, o intendente recolheu depoimentos que declaravam que, a partir da eclosão da revolta armada, os catequistas protestantes assumiram posições expressamente a favor da UPA.

¹⁸⁷ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. I, 121.

¹⁸⁸ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. I, 123.

Segundo o testemunho de João Francisco, um residente em Bamba Matamba, certos catequistas – tal como João de Almeida Neves – começaram a administrar o chamado “batismo da UPA” que, alegadamente, determinava quem iria sobreviver à revolta. Além do mais, João Francisco declarava que os catequistas que pregavam em nome da UPA, anunciavam a chegada messiânica de Holden Roberto, o que resultaria na instauração de uma nova ordem. De acordo com o declarante, os fiéis eram estimulados a se desfazerem do seu dinheiro português, visto que, aquando da chegada de Holden Roberto, esse dinheiro não teria valor na nova ordem. Outros depoimentos, tal como o de Borges Quigiquina, sugeriam que catequistas como João Neves eram considerados como profetas nas suas comunidades religiosas¹⁸⁹.

A mensagem profética recolhida nos depoimentos combinava matérias religiosas com o entusiasmo pela independência de Angola. Segundo os relatos prestados nesses depoimentos, os catequistas pregavam uma mensagem sobre a chegada dum novo messias, que permitiria que a raça negra mandasse, tal como os brancos tinham mandado anteriormente, pela autoridade que receberam por parte de Jesus Cristo¹⁹⁰. Esta mensagem foi documentada por Monteiro Muquica, da comunidade de Canzundo, que se destacava entre as comunidades protestantes pela participação direta dos seus catequistas na revolta armada. Embora as mensagens recolhidas nos depoimentos tivessem pouco a ver com as doutrinas das igrejas protestantes, o intendente Ramos não podia ignorar o facto de a revolta ter sido explicada em termos religiosos. Na perspectiva do intendente, seria um erro ignorar o impulso que a revolta tinha conseguido por parte das comunidades protestantes do Norte de Angola e sugeria que fossem tomadas medidas no sentido de combater a influência subversiva que os missionários protestantes tinham tido na zona onde eclodiu a revolta de 1961. Explicando a sua perspectiva sobre o modo como se deveria tratar as comunidades protestantes, o intendente fazia um chamamento urgente ao combate das células comunistas que se tinham instalado nas comunidades protestantes.

Por outro, lado convém assinalar que as mensagens proféticas que se partilhavam entre os insurgentes do Norte de Angola não refletiam um carácter meramente protestante. Aliás, por vezes contestavam a autoridade de Jesus Cristo, sugerindo que o povo angolano teria o seu próprio messias-libertador. As mensagens proféticas recolhidas no relatório do intendente de Carmona comprovam a diversidade de correntes religiosas que existiam no Norte de Angola. Estas incluíam, sim, uma forte presença protestante, mas também estava presente a igreja Católica, bem como movimentos religiosos locais, tais como o Tocoísmo e o Quimbanguismo. Estes últimos grupos foram categorizados pelas autoridades coloniais como “seitas feiticeiras”,

¹⁸⁹ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 128.

¹⁹⁰ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 129.

uma vez que propunham novas mitologias e novos rituais que pareciam completamente estranhas às tradições religiosas apoiadas pelo regime colonial. Na verdade, as chamadas “seitas feiticeiras” misturavam o costume protestante da livre interpretação bíblica com as tradições religiosas locais e, a partir dessa mistura, ofereciam interpretações religiosas da situação política e social angolana.

O Tocoísmo e o Quimbanguismo tinham uma raiz comum, que apoiava a teoria do intendente Ramos acerca das influências estrangeiras em Angola. Simon Kimbangu foi um líder religioso natural do baixo Congo, no Congo Belga, que ganhou fama tanto como curandeiro, como pregador na tradição da “profecia congoleza”¹⁹¹. Por seu turno, Simão Toco foi um líder religioso de origem angolana. Desenvolveu um movimento religioso semelhante ao Quimbanguismo, que se espalhou entre a população bacongo em ambos os lados da fronteira.

Simão Toco era natural de Sadi, uma pequena aldeia perto de Maquela do Zombo, em Angola. Educou-se na missão Batista de Quibocolo e emigrou para o Congo Belga¹⁹². No Congo, Toco conheceu outras denominações religiosas, tais como a Quimbanguista e o movimento *Watchtower*. Importante no desenvolvimento da sua teologia própria foram as ideias do movimento *Watchtower*. A teologia desse movimento rejeitava as autoridades governamentais terrenas, o que foi interpretado por Toco como um chamamento à resistência política¹⁹³. Rapidamente se tornou líder entre as comunidades religiosas em que participava. Os tocoístas gozavam de amplo sucesso, propagando a fé num messias negro que libertaria os povos africanos do domínio colonial. Isto foi notado pelas autoridades belgas, que tentaram separar Simão Toco das comunidades indígenas, oferecendo-lhe trabalhos e sítios para viver entre a sociedade branca de Léopoldville. Toco rejeitou as ofertas e foi preso pelas autoridades belgas. De Léopoldville foi transferido para as mãos das autoridades portuguesas. No entanto, os seus adeptos continuavam a organizar-se num movimento religioso, que misturava elementos das religiões tradicionais com a teologia do movimento *Watchtower*. Por seu turno, Toco começou a pregar em Angola uma mensagem sobre a segunda vinda de Jesus Cristo, assegurando que essa vinda resultaria na libertação dos povos negros, enquanto os seus adeptos rezavam em nome do Pai, de Simão Toco e do Espírito Santo¹⁹⁴. O Intendente Ramos lamentaria o modo como as autoridades portuguesas falharam na tentativa de conter esse movimento religioso. De acordo com o intendente Ramos, as autoridades portuguesas tentaram

¹⁹¹ Schubert, *A Guerra e as Igrejas*, 59.

¹⁹² Marcum, *The Angolan Revolution*, 76-77.

¹⁹³ Marcum, *The Angolan Revolution*, 78.

¹⁹⁴ Marcum, *The Angolan Revolution*, 79-81.

desfazer o Tocoísmo, dispersando os adeptos do movimento. Mas em vez de enfraquecer o movimento, acabaram por espalhar o Tocoísmo “desde Cabinda ao Cunene”¹⁹⁵.

O intendente Ramos guardava uma enorme suspeita relativamente ao Tocoísmo. As semelhanças que existiam entre o Tocoísmo e o Quimbanguismo, bem como o facto de o Tocoísmo ter origens no Congo Belga, faziam com que o intendente interpretasse o movimento religioso do mesmo modo como interpretava o movimento político da UPA. Ambos os movimentos tinham tido início no Congo Belga e ambos pregavam uma mensagem de “libertação”. Para o intendente de Carmona, as semelhanças entre o Tocoísmo e a UPA faziam sentido, desde que fossem entendidas como parte duma cuidadosa manobra por parte dos movimentos subversivos no Congo Léopoldville para se instalarem em Angola. Ramos acreditava que tal manobra teria como objetivo principal cumprir os desejos de Joseph Kasavubu de criar um Estado bacongo. É por esta razão que o intendente Ramos interpretava o Tocoísmo com um certo desprezo. Como já foi referido, o intendente Ramos interpretava tudo quanto não fosse instaurado pelo aparelho colonial português como uma incursão estrangeira. Nesta lógica, para o intendente não restavam dúvidas que essa mensagem do Tocoísmo foi lançada pelas forças estrangeiras que visavam apoderarem-se de Angola, oferecendo a libertação dos povos negros.

É claro que o carácter independente tanto das igrejas protestantes, como do Tocoísmo representava um problema aos olhos da administração colonial. A ligação entre as missões protestantes e as comunidades estrangeiras que as sustentavam faziam com que essas comunidades, tivessem ideais e propósitos que não estavam de acordo com aqueles defendidos pelo Estado colonial. Independentemente da natureza de tais propósitos, o Estado colonial considerava que o facto de as missões servirem objetivos não previstos pelo aparelho colonial português representava um risco, no sentido de as missões poderem criar núcleos sociais alheios ao projeto colonial. Dum modo semelhante, o carácter independente do Tocoísmo, bem como a sua ligação com os costumes indígenas, tais como a profecia congoleza, dotavam o movimento religioso do mesmo carácter independente que nas igrejas protestantes era considerado um risco. No entanto, o Tocoísmo representava um risco mais imediato, uma vez que pregava uma mensagem de libertação. A partir da eclosão da sublevação de 15 de Março de 1961, as atitudes de suspeita por parte do Estado colonial tomaram um novo sentido, sendo as igrejas protestantes e o Tocoísmo interpretados como mecanismos abertos às forças subversivas estrangeiras.

¹⁹⁵ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 145.

3.5 Breves notas sobre as autoridades indígenas

O intendente Ramos elaborou o seu relatório na tentativa de detalhar o modo como as autoridades e instituições que serviam tradições ou propósitos alheios aos do Estado colonial eram suspeitos de terem introduzido em Angola os ideais e esforços dos movimentos subversivos estrangeiros. Nessa mesma lógica, o intendente Ramos acusou as chamadas “autoridades gentílicas” de terem participado na preparação da causa subversiva. Esta acusação é sustentada por uma breve análise do seu comportamento, na qual o intendente Ramos pretende implicar as autoridades indígenas na preparação da revolta.

Na perspetiva do intendente Ramos, o Estado colonial tinha demonstrado respeito e boa fé perante as autoridades tradicionais indígenas. No entanto, declara que essa autoridade tinha sido respeitada com o compromisso de as chefias indígenas manterem uma “indefectível fidelidade à pátria [portuguesa], na leal colaboração com os agentes e representantes do Governo da Nação”¹⁹⁶. Efetivamente, as questões relativamente à fidelidade à pátria portuguesa e ao governo estavam na base das suspeitas do intendente Ramos. Segundo o relatório, a autoridade tradicional dos líderes, denominados de “Sobas”, representava um risco, no sentido de não serem inteiramente representantes do governo da nação. Pelo contrário, representavam autoridades e tradições antigas e, embora o governo quisesse integrá-las na administração, nunca teria a certeza da sua lealdade total. Assim, o intendente Ramos recolheu informações tiradas de três processos, em distintas localidades do distrito, onde se alega comprovar a participação dos sobas nas atividades subversivas.

De acordo com os processos, o modo como os sobas apoiavam e preparavam as ações subversivas era semelhante ao dos movimentos religiosos. No concelho do Uíge, por exemplo, o soba Alberto Silva foi acusado de ter anunciado, com entusiasmo, mensagens sobre a vinda libertadora de Kasavubu. Segundo o processo, a chegada de Kasavubu a território angolano seria acompanhada de uma sublevação semelhante àquela lançada pela UPA, na qual um dos objetivos seria a exterminação dos brancos e de todos os negros que não colaborassem com a causa subversiva¹⁹⁷. Nos concelhos de Macocola e do Bembe, os sobas foram acusados de manter estreitas ligações com os movimentos subversivos do Congo Léopoldville e com a UPA. Os processos asseguravam que isto foi feito através de correspondência e de angariações de fundos. Deste modo, o relatório assegura que os sobas iam planeando a sublevação juntamente com os líderes nacionalistas em Léopoldville¹⁹⁸.

¹⁹⁶ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 179.

¹⁹⁷ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 181.

¹⁹⁸ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 181-182.

Em reação às informações prestadas nos processos, o intendente Ramos lamenta, mais uma vez que não se tivessem tomado maiores precauções para impedir a organização da sublevação. Refletindo sobre os acontecimentos de 1961, Ramos afirma que o destino das vítimas teria sido diferente se as autoridades se tivessem esforçado por impedir a participação das autoridades indígenas nos planos da revolta. O intendente declarava que: “bastava a prisão dos cabecilhas” para mudar o destino populações coloniais no Norte de Angola¹⁹⁹. Deste modo, o intendente Ramos argumentava acerca do perigo de relegar a autoridade do governo, através de sistemas ou instituições não completamente alinhadas com os objetivos definidos pelo Estado colonial. De acordo com o intendente Ramos, os sobas utilizavam a sua autoridade para se envolverem em atividades de cariz nacionalista e logo propagarem ideias de revolta entre o povo indígena. Na perspectiva do intendente Ramos, o verdadeiro crime dos sobas era o de terem sido desleais aos seus deveres de fidelidade à nação e ao governo de Portugal. Nas palavras do próprio intendente: “o que vimos foi a traição sem reboço de alguns, a duplicidade de muitos, o fracasso de quase todos como colaboradores das autoridades administrativas”²⁰⁰.

3.5 Conclusão

O relatório do intendente Custódio Ramos defende a posição do Estado Português, no sentido de atestar que a insurreição era o resultado da intervenção estrangeira em território português. Aliás, Ramos considerava com suspeita todas as instituições, ou autoridades, que tivessem atingido qualquer nível de influência que não fossem a emanção do Estado Português. Em conformidade com os ideais do Estado Novo, o intendente Ramos acreditava que a autoridade e a capacidade de influir na sociedade devia vir sempre do Estado e servir os interesses deste. Nesse sentido, pode-se entender o modo como o intendente interpretava o papel desempenhado pelas igrejas protestantes e pelas autoridades indígenas, ou seja, como subversivo. Esperava-se que essas duas instituições colaborassem estritamente com os esforços do Estado colonial. Contudo, as suas ligações com tradições religiosas e culturais que transcendiam o regime português fez com que rapidamente fossem suspeitas de terem colaborado nas atividades subversivas. De modo semelhante, o intendente identificava o movimento Tocoista e o movimento nacionalista da UPA como fontes perigosas de influência estrangeira.

¹⁹⁹ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 183.

²⁰⁰ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol.1, 179.

Contudo, o relatório do intendente Ramos considera que a principal força por trás das ações subversivas era a União Soviética. Numa altura em que os dois blocos vencedores da Segunda Guerra Mundial lutavam por reorganizar a ordem política mundial, os movimentos subversivos foram interpretados como uma manifestação da influência do bloco soviético que pretendia tirar o poder às potências europeias em África. Neste sentido para o intendente Custodio Ramos o património colonial português estava em risco de ser usurpado por movimentos comunistas apoiados e dirigidos pela União Soviética. De acordo com essa interpretação, os colonos brancos, os mestiços e assimilados que morreram chacinados nos primeiros dias da sublevação representaram as primeiras vítimas mortais da Guerra Fria em território português. Ao mesmo tempo, o relatório apresenta os nacionalistas angolanos como uma espécie de vítimas do engano das forças comunistas que abusaram deles, usando-os para travar uma luta que não os beneficiava. Assim, pode dizer-se que o intendente Ramos pretendia que a luta contra a guerrilha no Norte de Angola fosse interpretada não como um antagonismo contra os nacionalistas angolanos, mas como um combate às forças comunistas que visavam apoderar-se de Angola.

É claro que os argumentos do intendente Ramos seriam úteis para o primeiro mandatário português, António de Oliveira Salazar. Ainda antes da eclosão da luta armada em Angola, Salazar defendia a manutenção do Império Português, argumentando que a permanência de Portugal nas províncias ultramarinas servia de garantia de que o comunismo não chegaria a esses territórios. Como já foi referido, Luís Nuno Rodrigues refere que, em 1960, esses argumentos foram expressos ao Presidente dos Estados Unidos da América, Dwight D. Eisenhower, durante a sua visita a Lisboa. Naquela altura, Salazar declarava ao Presidente dos Estados Unidos estar extremamente preocupado com a situação em África, visto que o comunismo internacional aumentava a sua influência naquele continente. Eisenhower respondeu à questão, dizendo que o antídoto ideal para o avanço do comunismo era o apoio ao nacionalismo africano, desde que esse nacionalismo fosse virado para o Ocidente²⁰¹. O contraste nas perspetivas de Portugal e dos Estados Unidos da América, recolhido pela pesquisa de Luís Nuno Rodrigues, atesta a importância que teria tido o testemunho do intendente Ramos na defesa do discurso colonial português. Considerando o discurso político de Portugal perante as agendas internacionais, pode entender-se a importância do relatório levantar questões relativamente às forças que impulsionaram o desenvolvimento de movimentos nacionalistas em Angola. Assim, o relatório do intendente Ramos não apenas testifica, a partir do terreno de

²⁰¹ Rodrigues, *Salazar-Kennedy*, 30-31.

combate, sobre a brutalidade das ações nacionalistas contra as populações colonizadora, indígena e mestiça em Angola, mas questionava também a ideia de que o nacionalismo africano podia manter-se imune às influências políticas e ideológicas do comunismo, uma vez que essas influências entravam, frequentemente, mascaradas como apoio internacional. Por outras palavras, o relatório do Intendente Ramos defende que o comunismo tinha semeado um nacionalismo que tinha toda a capacidade de estender-se através de África.

CAPÍTULO 4: AS INVESTIGAÇÕES DOS SERVIÇOS DE CENTRALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE ANGOLA

Após a eclosão do conflito armado no Norte de Angola tanto a UPA, como o Estado colonial encararam a necessidade de defender os seus discursos políticos. A UPA teria de o fazer de modo que pudesse manter a liderança na luta armada pela independência de Angola, numa altura em que o MPLA surgia como um movimento nacionalista igualmente capaz de liderar essa luta. Por seu turno, o Estado Português, que há tantos anos resistia ao discurso anticolonialista na cena política internacional, agora teria de o fazer no contexto de uma insurreição nacionalista. Como já foi referido, embora a sublevação tivesse apanhado de surpresa os administradores locais, a resposta por parte do Estado Português foi agressiva, desafiando as capacidades bélicas da UPA. Utilizando aviões, as tropas portuguesas não só conseguiam lançar campanhas contra-subversivas, mas também podiam auxiliar as populações coloniais²⁰². Aliás, a guerra tinha interrompido as vidas de todos os estratos da sociedade, sendo os indígenas refugiados no mato os mais afetados pela falta de géneros e abastecimentos, uma vez que não recebiam auxílio exterior, nem por parte da UPA, nem por parte da administração colonial²⁰³.

Reconhecendo a falta de armamentos e de munições, que permitisse um controlo eficaz do Noroeste de Angola e a capacidade de auxiliar a população indígena que permanecia na zona, a UPA incentivava as populações a refugiarem-se na República do Congo (Léopoldville)²⁰⁴. Assim, as dificuldades encaradas pela UPA, relativamente à sua capacidade de sustentar a luta armada e de auxiliar as populações indígenas, colocavam as ações da UPA em risco de perder a sua relevância, uma vez que a sublevação podia perder o impulso inicial, bem como o apoio das populações indígenas que permaneciam na zona de combate. Além disso, a participação do MPLA no conflito, fez com que a UPA tivesse de travar uma luta dupla: contra o Estado colonial e contra um movimento nacionalista que representava ideias incongruentes com os da sublevação de 15 Março de 1961. Nesse contexto, a UPA procurou reestruturar o movimento, na tentativa de sustentar a luta e de permanecer na liderança dela.

Uma das mudanças mais importantes e imediatas foi o pedido de apoio por parte da UPA aos seus aliados na Tunísia. Assim, na Tunísia a UPA treinou uma força armada à imagem

²⁰² Custódio Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História dos Acontecimentos Ocorridos no Distrito do Congo (Uíge) de 15 de Março a 31 de Dezembro de 1961*, vol. 2, Dezembro de 1961, 65-68.

²⁰³ Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História*, vol. 2, 1961, 478.

²⁰⁴ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, “Evolução Financeira da UPA de 1957 a 1961”, Folha 335.

da Front de Libération Nationale (FLN) argelina²⁰⁵. As forças armadas da UPA receberam o nome de Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA). A organização do ELNA, permitiu à UPA manter uma presença organizada nas zonas apanhadas pela insurreição, transformando-a numa guerra de guerrilha.

Para além da Tunísia e do Congo, a UPA continuou a receber apoio por parte de algumas organizações americanas. Em 1962, por exemplo, o presidente do ACA, George Hauser, visitou a zona de combate, e num relatório enviado aos membros do ACA, nos Estados Unidos, reafirmou a sua intenção de apoiar a luta da UPA, declarando que “o domínio português na África lançou as sementes da sua própria destruição”. Na mesma carta, George Hauser questionou também o facto de o ACA receber severas críticas por apoiar um movimento violento, enquanto não se questionava a violência perpetrada por Portugal contra a população indígena angolana²⁰⁶.

No entanto, a administração portuguesa encarava a necessidade de investigar as origens do conflito e de interpretar os acontecimentos à luz da agenda política do regime colonial. Foi neste contexto que se procedeu à criação dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA). Os relatórios dos SCCIA constituem uma fonte de informações sobre a questão comunista, e sobre a forma como o Estado Colonial construiu esse discurso político, relativamente a Angola.

4.1 Informação partilhada pelos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola com a PIDE e o Ministério do Ultramar

Após o início da luta armada pela independência de Angola, o Estado colonial analisou o conflito na tentativa de entender a origem da luta armada e dos movimentos nacionalistas que a ela aderiam. Isto importava ainda mais às autoridades portuguesas uma vez que o conflito se tinha expandido com a participação de movimentos nacionalistas alternativos, nomeadamente o MPLA.

É claro que a administração portuguesa encarava os movimentos nacionalistas com suspeita, correlacionando as suas ações subversivas com a influência dos “inimigos de Portugal”²⁰⁷. Embora esta linguagem fosse parte essencial dum discurso propagandístico que pretendia deslegitimar quaisquer manifestações do fenómeno nacionalista em Angola, é

²⁰⁵ Marcum, *The Angolan Revolution*, 158.

²⁰⁶ George M. Hauser, *Portuguese American Committee on Foreign Affairs*, (New York: American Committee on Africa, February 15, 1962), African Activist Archive.

²⁰⁷ Ramos, *Subsídios Para a Estruturação da História*, vol. I, 110.

importante mencionar que, na perspectiva da administração portuguesa, os principais inimigos de Portugal eram o comunismo e o anti-imperialismo. Para o Estado Novo, qualquer manifestação do desejo de independência deveria ser considerada como a materialização da influência inimiga. Neste sentido, vale a pena recordar a sugestão de John Cann que o Estado Novo seguia a teoria militar, abordada no manual *Keeping the Pace*, que considerava que o comunismo estava na base de todas as manifestações de dissidência política²⁰⁸. Como já foi referido, o intendente de Carmona, Custódio Ramos, e o intendente de Maquela do Zombo, Fernando Martins, ofereceram, logo depois da eclosão do conflito armado e no local dos acontecimentos, testemunhos que confirmavam a suspeita que os ideais comunistas e anti-imperialistas de potências estrangeiras impulsionaram os nacionalistas angolanos a travar a luta contra o Estado Português. Por isso, a administração portuguesa em Angola investigava até que ponto as correntes comunistas e anti-imperialistas podiam estar relacionadas com o conflito que se travava no Norte de Angola.

Enquanto o intendente Ramos fornecia um testemunho que afirmava que a UPA tinha o apoio da União Soviética, outros órgãos da administração portuguesa julgavam que a agenda anti-imperialista dos Estados Unidos da América tinha influído diretamente nas ações da UPA. Em Maio de 1961, por exemplo, circulavam no Gabinete dos Negócios Políticos (GNP) do Ministério do Ultramar documentos que sugeriam que o Governo dos Estados Unidos poderia “intensificar o apoio aos terroristas da ‘União dos Povos de Angola’ a fim de compensar o auxílio que o ‘Movimento de Libertação de Angola’ recebe dos governos Comunistas”²⁰⁹. Efetivamente, dentro duma estrutura política que se recusava a abandonar a agenda colonial e num mundo marcado pela Guerra Fria e pela descolonização, foi necessário considerar se os movimentos nacionalistas em Angola representavam os interesses das duas superpotências.

Para essa finalidade, o Ministério do Ultramar criou em 1961, no âmbito do GNP, os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA). Este órgão encarregava-se de controlar informação relevante à política e defesa de Angola. Através dos SCCIA, a administração colonial investigava as origens dos movimentos nacionalistas, a organização e desenvolvimento destes, e as suas fontes de apoio económico e material. Os documentos guardados pelos SCCIA eram diversos. Muitos eram fontes recolhidas no Congo Léopoldville, no Congo Brazzaville e no Catanga, bem como materiais confiscados aos membros de movimentos nacionalistas dentro de Angola; outros documentos apresentavam

²⁰⁸ Cann, *Contra-insurreição em África*, 67-68.

²⁰⁹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12 vol.1, Ministério do Ultramar, Carta do diretor do Ministério dos Negócios Políticos ao Diretor da PIDE, Folha 904.

conclusões sobre diversas fontes em conjunto ou sobre investigações realizadas pelos SCCIA. Através de relatórios sobre os materiais recolhidos e das investigações realizadas pelos SCCIA, a administração portuguesa disponibilizava uma interpretação oficial sobre a luta pela independência de Angola. Neste capítulo faremos uma análise dos documentos que os SCCIA partilharam com a PIDE e com o Ministério do Ultramar, de forma a avaliar o modo como a administração colonial empenhou-se em determinar se seria possível, ou não, estabelecer uma correlação entre as ações nacionalistas da UPA e as agendas políticas da Guerra Fria.

Em vários casos, particularmente no início do conflito, as especulações expressas nos documentos dos SCCIA eram semelhantes àquelas oferecidas no relatório do intendente Custódio Ramos, especialmente no sentido de considerar a UPA como um movimento estrangeiro que pretendia apoderar-se de Angola através de atos de terrorismo. Esta posição podia ser defendida pelos administradores com certa facilidade, dado que o movimento estava sediado em Léopoldville e a UPA não se coibia em expressar agradecimento e solidariedade com o governo congolês²¹⁰. No entanto, resultaria difícil demonstrar, como atestava o intendente Ramos, que a UPA era, de facto, um movimento estrangeiro.

Entre Agosto de 1961 e Novembro de 1963, os SCCIA reuniram informação recolhida pela Suretê Nationale de Léopoldville que foi logo interpretada e disponibilizada no *Dossier da UPA*²¹¹. O documento apresenta, de maneira exemplar, o modo como os argumentos feitos pelo intendente de Carmona, Custódio Ramos, foram sustentados nos primeiros anos do conflito armado. Utilizando documentos das autoridades de Léopoldville, os SCCIA consideravam as evidências encontradas em fontes estrangeiras que pudessem sustentar a tese de que a UPA era um movimento estrangeiro com ligações às potências comunistas.

O *Dossier da UPA* começa por documentar a participação da UPA na Conferência dos Povos Africanos em 1958 e o conseqüente envolvimento de Holden Roberto no movimento de unidade africana e no combate contra o imperialismo em África. O relatório também faz questão de ressaltar a hipótese das ações da UPA terem sido dirigidas por ordens vindas do estrangeiro e declara que, em casos específicos, como nos assassinatos nas aldeias de Lulali, Cacata e Tando-Zinze, tinham sido ordenados pelo próprio presidente congolês, Joseph Kasavubu²¹². O dossier não apenas acusa o presidente Kasavubu de ordenar ataques em território angolano, mas

²¹⁰ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, Roberto, Holden, Discursos na Rádio Nacional Congoleza Agosto de 1960, Folhas 959, 974.

²¹¹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, *Dossier da UPA 08/1960-11/1963*, Folhas 457-459.

²¹² IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, *Dossier da UPA 08/1960-11/1963*, Folha 455.

também afirma que, em Novembro de 1961, o primeiro ministro congolês, Cyrille Adoula, era simpatizante da UPA e tinha feito uma promessa de apoio em forma de armas para os guerrilheiros angolanos. O dossier menciona brevemente que, em Março de 1962, a UPA recrutava voluntários argelinos para a causa angolana. Estas notas foram incluídas no Dossier da UPA na tentativa de demonstrar que, sem a motivação e o apoio dado pelas potências estrangeiras, a UPA não teria conseguido lançar a sublevação de 15 de Março. Uma vez estabelecido o “caráter estrangeiro da UPA”, o dossier muda de linguagem para denominar o movimento como uma organização terrorista²¹³.

Efetivamente, as acusações que classificavam a UPA como uma organização terrorista foram importantes na defesa do posicionamento da administração portuguesa desde 1961. Estas eram expressas, por exemplo, no relatório do intendente Ramos, cujo relatório de quase mil páginas conclui repetidamente que as ações da UPA eram atos de terrorismo que pretendiam promover os interesses estrangeiros em território português. Entende-se que as ações da UPA fossem classificadas como terroristas no caso em que eles tivessem sido perpetrados por um grupo minoritário – especialmente se fosse um grupo estrangeiro – que pretendia manipular a situação política angolana através do terror. Era justamente no quadro dessa interpretação que radicava o valor do testemunho do intendente Ramos, uma vez que ajudou a estabelecer a reposta do Estado colonial ao conflito armado. O intendente Ramos garantia que a UPA atuava em benefício dos interesses dos líderes nacionalistas congolese. A PIDE, por seu turno, vigiava as atividades da UPA, mantendo estreitos contatos com as autoridades catanguesas no antigo Congo Belga, com a finalidade de documentar o modo como a UPA se organizava e estava dependente de subsídios das potências estrangeiras²¹⁴. Assim, pode-se observar que, nos anos que se seguiram à eclosão da revolta, os sucessivos relatórios sobre o conflito no Norte de Angola sugeriam que as ações da UPA deviam ser classificadas como atos de terrorismo internacional. Esta interpretação não apenas deslegitimava a sublevação, mas também justificava as ações contra-subversivas de Portugal perante uma comunidade internacional que apoiava cada vez mais a autodeterminação e descolonização dos povos africanos.

Outros documentos dos SCCIA revelam episódios que demonstram a dificuldade em determinar a origem e as causas do impulso da UPA. Dificuldade essa que não só era sentida pela administração colonial portuguesa, mas também por outros governos e, até mesmo, dentro da própria UPA. Um exemplo excepcional disso é o ficheiro denominado *Cartas de Brazzaville*,

²¹³ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, SCCIA, *Dossier da UPA*, Folhas 456-459.

²¹⁴ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Carta do Ministro dos negócios Estrangeiros ao Diretor da PIDE em Angola, folha 259.

onde os SCCIA reuniram documentos do Congo Brazzaville que oferecem uma resenha sobre a história da UPA, os seus objetivos e a sua ligação com o governo do Congo Brazzaville. De especial relevância, são as comunicações internas entre agentes do governo do Congo Brazzaville, onde se debate o caráter ideológico da UPA e dos seus objetivos. Nesses documentos, o governo congolês expressa cautela na altura de decidir se apoiaria, ou não, o movimento. Ao mesmo tempo, essas comunicações sugerem que, nos meses anteriores à sublevação de 15 de Março de 1961, um grupo dentro do Comité Diretor da UPA tinha entrado em conflito por causa da liderança, da ideologia e dos contatos de Holden Roberto. Os debates internos da UPA e dos seus aliados no Congo Brazzaville eram de grande relevância na caracterização que os SCCIA pretendiam fazer da UPA, ou seja, dum movimento problemático com influências suspeitas.

De acordo com a documentação, em 1960, alguns membros do Comité Diretor da UPA, nomeadamente o vice-presidente e o secretário geral, estavam insatisfeitos pelo facto de Holden Roberto passar muito tempo em viagens ao estrangeiro, durante as quais não dava satisfações sobre os seus contatos e as suas atividades. Além disso, estavam preocupados pelo incremento das suas “tendências progressistas e lumumbistas”. Suspeitava-se que tais tendências eram inspiradas pelos contatos que mantinha no estrangeiro e que se recusava a revelar²¹⁵. Na altura, questionava-se a ideologia de Holden Roberto, por causa da sua simpatia por Patrice Lumumba.

Efetivamente, o Primeiro-Ministro do Congo Léopoldville tinha-se tornado numa figura controversa pela sua disposição em receber o apoio da União Soviética na resolução da crise que se seguiu à independência do Congo. Aliás, Lumumba declarou que “a União Soviética foi a única Grande Potência cuja posição se adequava à vontade e desejo” do povo congolês²¹⁶. Por causa de declarações como esta, questionava-se se Lumumba pretendia apoiar o crescimento da influência política da União Soviética em África. Assim, a simpatia (e cooperação) de Roberto por Lumumba fazia com que se questionasse se a UPA tinha ligações ou simpatia com potências comunistas. Resultou difícil – até mesmo dentro do Comité Diretor da UPA – esclarecer essa questão, uma vez que nessa altura Roberto teve de se ausentar por meses para participar na XV Assembleia Geral da ONU.

No entretanto, os membros inconformados do Comité Diretor da UPA tentavam redefinir os objetivos do movimento a partir de Léopoldville. Em Novembro de 1960, o

²¹⁵ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, 21 de Novembro de 1960 – 2 de Março, Folha 850.

²¹⁶ Patrice Lumumba, in *Patrice Lumumba, The Truth about a Monstrous Crime of the Colonialists*, (Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1961), 53-55.

tesoureiro da UPA, Francisco Borrvalho Lulendo, e o Secretário-Geral da UPA, Jean Pierre Bala, procuravam encaminhar os propósitos e os esforços da UPA de um modo diferente àquele proposto por Holden Roberto. Recusando a ideia da luta armada, Lulendo e Bala defendiam a possibilidade de a UPA entrar em diálogo com as autoridades portuguesas para negociar a descolonização através de um processo de transição progressiva para a independência de Angola. Um processo que permitisse a formação de quadros políticos e técnicos que fossem capacitados para liderar o governo de Angola após a independência²¹⁷. Estas propostas surgiam das conclusões duma reunião do Comité Diretor da UPA em Outubro de 1960. Esta reunião não contou com a participação de Holden Roberto por causa da sua viagem²¹⁸. Nessa reunião os participantes concluíram que, considerando o processo de transição para a independência de ambos os Congos, seria melhor procurar obter a independência de Angola através da cooperação com o Estado Português²¹⁹. O Congo Léopoldville tinha manifestado os riscos duma rápida e desorganizada transição para a independência. Isto fazia com que alguns membros da UPA considerassem com maior interesse uma transição progressiva. Além do mais, a proposta de capacitar a UPA para assumir a liderança política de Angola, enquanto se trabalhava por uma transição progressiva para a independência, diminuiria a possibilidade de Angola cair numa crise política como aquela ocorrida no Congo Léopoldville.

Uma vez que as propostas de Bala e Lulendo sugeriam que a UPA deveria procurar a independência de Angola de um modo semelhante ao Congo Brazzaville, os dois membros do Comité Diretor estabeleceram contatos com o governo daquele país. Em Novembro de 1960, o Secretário-Geral e o tesoureiro da UPA apresentaram ao governo congolês a proposta de trabalharem em conjunto na capacitação dos membros da UPA dentro dos quadros desse mesmo governo²²⁰. De acordo com o relatório redigido após a conversa com Bala e Lulendo, as propostas dos líderes da UPA foram bem-recebidas. Os aliados no Congo Brazzaville concordaram com o posicionamento de Bala e Lulendo, exprimindo o desejo de apoiar os membros da UPA caso quisessem seguir o “caminho de Brazzaville” na consecução da independência de Angola²²¹. Com o termo “caminho de Brazzaville”, as autoridades congolêsas se referiam a uma descolonização através dum processo progressivo em colaboração com o Estado metropolitano. Assim marcava-se a diferença entre a descolonização do Congo Brazzaville e a descolonização do Congo Léopoldville. No entanto, no mesmo relatório, os

²¹⁷ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 850-51.

²¹⁸ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 844.

²¹⁹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 845.

²²⁰ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 849.

²²¹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 851.

aliados no Congo reconheciam que resultaria difícil para a UPA mudar a sua agenda estratégica enquanto Holden Roberto permanecesse na liderança da UPA, declarando inclusivamente que seria melhor se o pudessem “eliminar definitivamente sob pretexto de ter demasiadas pretensões”²²².

Efetivamente, as propostas de Bala, de Lulendo e de outros membros da UPA criaram uma rotura dentro do Comité Diretor da UPA. Em Novembro de 1960, o Secretário-Geral e o tesoureiro da UPA comunicaram aos aliados no Congo Brazzaville a sua preocupação sobre os contatos que Roberto mantinha no estrangeiro. Jean-Pierre Bala afirmava que Holden Roberto atuava de modo independente e sem comunicar com os membros do Comité Diretor, o que levantava suspeita por não se saber “por conta de quem ele trabalha e por que preço”²²³. Para as autoridades congolenses, isto era significativo uma vez que já tinham suspeitas relativamente às “ligações de Holden Roberto com... elementos pro-lumumbistas”²²⁴.

As Cartas de Brazzaville narram que, após a viagem de Roberto a Nova Iorque, em 1960, Jean Pierre Bala aproveitou a primeira reunião do Comité Diretor da UPA para exigir um relatório no qual Roberto detalhasse o trabalho que tinha realizado e os contatos que tinha tido durante seu tempo fora de Léopoldville. Na mesma reunião, Bala declarou que, caso Roberto não elaborasse o relatório requisitado, não poderia colaborar com ele por não lhe ter confiança. De acordo com as Cartas de Brazzaville, Roberto recusou-se a fazer qualquer relatório, preferindo responder às questões levantadas durante a reunião. Mesmo assim, Bala ficou insatisfeito com as respostas prestadas por Roberto, achando-as demasiado genéricas. Percebendo que Roberto não iria mudar da atitude de líder independente da UPA, Bala declarou que preferia continuar na luta pela independência de Angola sem ligações à UPA. Outros membros do Comité Diretor apoiaram a atitude de Bala, havendo uma clara divisão entre os líderes da UPA²²⁵.

Em comunicação com os membros “inconformados” da UPA, os aliados no Congo Brazzaville chegaram à conclusão de que a UPA era um movimento não comunista, mas as simpatias de Holden Roberto pelo governo de Patrice Lumumba eram incongruentes com os objetivos básicos da UPA. Nesse sentido, apoiavam a perspectiva dos membros “inconformados” do Comité Diretor e sugeriam que Roberto deveria ceder a liderança do movimento a outros membros da UPA²²⁶. Os aliados no Congo Brazzaville não acreditavam

²²² IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 850.

²²³ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 853.

²²⁴ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 853.

²²⁵ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 854.

²²⁶ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 851.

que a independência imediata através da luta armada fosse a melhor alternativa para a descolonização de Angola. Mas sendo essa a agenda política defendida por Holden Roberto, pensavam que se a UPA continuasse sob a sua liderança, o movimento continuaria a rejeitar a possibilidade de conseguir a independência por vias pacíficas²²⁷. Os receios dos aliados no Congo Brazzaville perante o plano de Holden Roberto baseava-se no medo que Angola pudesse cair numa crise política como o Congo Léopoldville. Além do mais, os simpatizantes no Congo Brazzaville consideravam que as tendências “Lumumbistas” de Roberto eram contrárias aos objetivos gerais dum movimento não comunista como a UPA²²⁸.

Para surpresa de Holden Roberto e de outros membros do comité diretor da UPA, no dia 1 de Março de 1961 apareceu no jornal *Courier d’Afrique*, publicado em Léopoldville, uma declaração por parte de nove membros desafectos do Comité Diretor da UPA. Nessa declaração, anunciavam a sua renúncia à UPA. Assim, os signatários afastavam-se da UPA para formar o Partido Nacionalista Angolano, através do qual pretendiam lutar não apenas contra “o colonialismo português, mas também contra a penetração em Angola do comunismo e do neocolonialismo eventual”. Na mesma declaração, os signatários justificavam a sua decisão citando a “atitude ditatorial” e as “múltiplas viagens solitárias” de Holden Roberto como as principais razões para abandonarem a UPA²²⁹. A declaração foi recebida pelo governo congolês como um sinal de progresso no desenvolvimento do nacionalismo angolano e, logo depois da publicação da declaração, consideraram os distintos modos como poderiam apoiar a organização e o desenvolvimento do novo Partido Nacionalista Angolano²³⁰. No entanto, no dia 2 de Março, Holden Roberto e os membros do Comité Diretor que apoiavam a sua liderança publicaram uma resposta à declaração anterior. Isto também foi feito através duma publicação no jornal *Courier d’Afrique*. Nessa resposta, afirmavam que os signatários da declaração estavam enganados em identificarem-se como membros do Comité Diretor da UPA, uma vez que tal Comité era apenas provisório e não constituía o Comité oficial da UPA. Também justificavam as viagens de Roberto, argumentando que só ele possuía os documentos necessários para tais viagens. Mas a questão dos contatos de Roberto no estrangeiro permaneceram sem esclarecimento²³¹.

²²⁷ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 851.

²²⁸ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, Folha 855.

²²⁹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, 1 de Março de 1961, Folha 857.

²³⁰ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, 1 de Março de 1961, Folha 857-858.

²³¹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, *Cartas de Brazzaville*, 2 de Março de 1961, Folha 859.

Para os SCCIA, terá sido de extrema importância considerar as Cartas de Brazzaville, uma vez que documentam um processo externo de avaliação da UPA que conclui que, no início de 1961, havia razões para suspeitar da ideologia por trás da liderança da UPA. Estas cartas detalham os conflitos internos da UPA nos meses anteriores à revolta armada e a subsequente cisão do partido, sugerindo que a sublevação foi lançada pelo setor da UPA com tendências “lumumbistas”. Estas conclusões fortaleceram o argumento da administração colonial portuguesa, que insistia que a sublevação de 1961 tinha raízes nas agendas políticas do Congo Léopoldville. Por outro lado, é necessário notar que uma das principais razões para a cisão na UPA foi a recusa de Holden Roberto em apoiar uma agenda de descolonização progressiva e que contasse com a participação das autoridades portuguesas. Nesse sentido, pode-se considerar que as disputas em torno da ideologia da UPA tiveram que ver com a adesão radical de Holden Roberto à ideologia de Frantz Fanon, nomeadamente no que diz respeito à importância e ao valor do uso da violência no processo de descolonização.

Como foi referido em capítulos anteriores, houve uma evolução na agenda política promovida pela UPA nas suas publicações propagandísticas entre 1958 e 1961; evolução essa que foi marcada principalmente pela adoção duma agenda baseada na necessidade duma revolta armada. Aliás, a partir de 1961, as publicações da UPA argumentaram contra a eventualidade duma descolonização através da diplomacia, uma vez que o governo de Portugal se tinha recusado em entrar em diálogo com a UPA na década de 1950²³². Tal como verificámos, esta mudança na agenda política da UPA foi influenciada pela teoria de descolonização de Frantz Fanon. Esta considerava que a revolta armada era um elemento absolutamente necessário não apenas na instauração de governos descolonizados, mas também para sarar a psique coletiva dos povos colonizados. Esta teoria, portanto, pode ter estado na base da recusa de Roberto às propostas duma transição progressiva para a independência. No entanto, as Cartas de Brazzaville sugerem que nem todos os membros e simpatizantes da UPA estavam convictos da eficácia que teria a opção pela luta armada, considerando que podia ser inconveniente no sentido de ocasionar instabilidade política e social e de facilitar a ascensão do comunismo, que consideravam igualmente inconveniente pelas suas tendências antirreligiosas²³³.

No entretanto, a participação do MPLA na guerra de independência de Angola fez com que a perspectiva da administração portuguesa relativamente à UPA mudasse a partir de 1962.

²³² IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol. 1, Folha 772, Fernando Pio de Amaral Gourgel, “Carta Aberta ao Mundo,” *A Voz da Nação Angolana* 29 de Novembro 1961, 7.

²³³ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12. vol.1, *Cartas de Brazzaville*, 2 de Março de 1961, Folha 851.

A partir de então, o caráter marxista do MPLA e a rivalidade deste movimento com a UPA diminuíram a suspeita de que a UPA tivesse ligações ou o apoio de potências comunistas ou que tivesse como principal objetivo a propagação do comunismo em África. Portanto, na altura, a atenção dos administradores coloniais começou a focar-se nas ligações da UPA a organizações públicas e privadas nos Estados Unidos da América. Em Outubro do mesmo ano, o Diretor Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) encontrou evidências que, na sua perspetiva, demonstravam essas ligações aos americanos. As evidências consistiam em documentos do representante do Congo Léopoldville junto da ONU²³⁴. Esses documentos demonstravam que a UPA tinha estabelecido o Gabinete de Informação de Angola em Nova Iorque. Através desse gabinete, a UPA publicava boletins informativos com o objetivo de informar os simpatizantes e possíveis aliados nos Estados Unidos sobre os avanços na luta pela independência de Angola. O boletim apanhado pelo Diretor Geral do MNE reunia testemunhos de pessoas distintas, incluindo um médico ex-militar português, um jornalista da revista *Jeune Afrique* e as próprias publicações da UPA, que explicavam a natureza do colonialismo português em termos de violência e de exploração²³⁵. Deste modo, a administração portuguesa observava o modo como a UPA adotava um discurso anti-imperialista nas suas relações públicas nos Estados Unidos.

Em Julho de 1963 os SCCIA continuavam a investigar as influências comunistas e anti-imperialistas na África Central. Na altura, os SCCIA observaram o modo como a clara distinção ideológica entre o MPLA e a UPA começava a afetar as relações desses movimentos nacionalistas com os governos aliados. Num relatório sobre os movimentos nacionalistas, os SCCIA declaravam que o MPLA era “de inspiração nitidamente marxista”, enquanto na UPA “nem a infiltração comunista, nem a influência marxista” predominavam²³⁶. O relatório cita essa característica ideológica da UPA como o motivo da perda de apoio por parte de alguns aliados, nomeadamente, do governo da Tunísia e dos aliados civis na Argélia. Segundo o relatório, estes diminuía o seu apoio à UPA a favor do MPLA. Isto aponta, também, para a rivalidade entre os dois movimentos que aliás tinha consequências no campo de batalha. Em Maio de 1963, o MPLA tentou deslegitimar os esforços da UPA, acusando a política de Holden Roberto de ser “uma política fratricida”. Isto dizia-se após uma emboscada da UPA/FNLA na qual morreram catorze membros do MPLA. De acordo com o MPLA, a emboscada

²³⁴ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 639, Carta do Director Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Director da Pide, 16 de Outubro de 1962.

²³⁵ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folhas 640-644.

²³⁶ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folhas 592-593, SCCIA, *Aliados Franceses dos Nacionalistas Angolanos*.

demonstrava que Holden Roberto estava disposto a chacinar nacionalistas angolanos de raça negra²³⁷. Esta acusação apoiava a crítica das autoridades portuguesas à UPA, que contabilizaram inúmeros trabalhadores ovimbundo entre as vítimas da sublevação de Março de 1961. Mas neste contexto era de maior relevância evidenciar a luta aberta entre os dois movimentos nacionalistas, uma vez que cada um representava interesses opostos; interesses que eram assustadoramente semelhantes àqueles das duas potências beligerantes da Guerra Fria.

Na segunda metade de 1963, os SCCIA viraram a sua atenção para o modo como o apoio estrangeiro podia ter efeitos imediatos em Angola. Nesta altura já não se considerava que a UPA tivesse influências comunistas. Portanto, analisavam o antagonismo ideológico entre o MPLA e a UPA à luz das rivalidades comunistas e anticomunistas, que na altura se desenvolviam à escala internacional. Nesse sentido, as autoridades portuguesas começaram a prestar atenção ao modo como o apoio por parte dos Estados Unidos podia afetar a guerrilha da UPA/FNLA. O subdiretor da PIDE em Luanda atestava que o apoio do ACA - a organização sem fins lucrativos baseada em Nova Iorque – tinha incentivado acordos entre os líderes da UPA e os líderes da Southwest Africa People's Organization (SWAPO), resultando em acordos para os dois movimentos lançarem de forma conjugada “acções terroristas e actos de sabotagem, no sudoeste africano e sul de Angola”²³⁸. Embora os SCCIA não tivessem provas categóricas da ligação entre as potências beligerantes da Guerra Fria e os movimentos nacionalistas em Angola, continuavam a fixar a sua atenção na eventual adoção das agendas políticas dessas potências pelos movimentos nacionalistas em Angola.

Entretanto, continuavam as investigações a respeito da infiltração comunista na África Central. Em Julho de 1963, os SCCIA focaram a sua atenção particularmente no Congo Léopoldville e no Estado secessionista de Catanga. Num relatório sobre a infiltração comunista na África Central, os SCCIA afirmavam que a República do Congo se encontrava enredada na luta de poder entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. No mesmo relatório, os SCCIA garantiam que o Congo Léopoldville sofria “uma subtil, mas eficiente influência da URSS e países sob influência soviética” e afirmavam que, ao mesmo tempo, essa influência conseguia “uma situação de equilíbrio em relação à [influência] exercida pelos interesses americanos”²³⁹. Os SCCIA julgavam que a influência da União Soviética no Congo Léopoldville determinaria o modo como os interesses comunistas teriam um impacto na luta

²³⁷ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12.vol.1, Folha 591, Aníbal Neto, in “Os Terroristas Angolanos Matam-se uns aos Outros”, artigo de jornal não identificado, Léopoldville 19/05/1963.

²³⁸ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 587, SCCIA, “Informação Nº 112/63”.

²³⁹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 560, SCCIA, “Infiltração Comunista na África Central com Base em Leo”.

pela independência de Angola. A este respeito o relatório faz uma análise da situação no Catanga. O relatório não define ao certo a questão da ideologia política do Presidente catanguês, Moïse Tshombe, mas os SCCIA alertavam que isso seria definido pelo posicionamento da companhia mineira Union Minière.

Efetivamente, a Union Minière tinha sido uma força política e económica de incalculável importância durante a secessão da província congoleza de Catanga. O desenvolvimento da nova situação política daquela zona do Congo era de particular interesse para os administradores coloniais em Angola, uma vez que essa província fazia fronteira com Angola. A ligação entre os interesses económicos europeus e a secessão de Catanga foi sempre estreita. Collin Gonze argumenta que sem se terem alinhado os interesses de Moïse Tshombe com os da Union Minière, a secessão da província congoleza não teria tido sucesso²⁴⁰. Portanto, a administração portuguesa considerava de extrema importância que se prestasse atenção à ideologia da companhia mineira. Assim, poderiam determinar a ideologia política que dominaria o governo catanguês, e poderiam avaliar o risco de as ideologias estrangeiras afetarem os conflitos nacionalistas em Angola. De acordo com o relatório “Infiltração Comunista na África Central com Base em Leo”, elaborado pelos SCCIA em meados de 1963, a ideologia política do governo catanguês ainda não podia ser definida, mas receava-se a infiltração de ideias comunistas nesse Estado secessionista.

Por outro lado, os SCCIA tinham mudado a sua perspetiva sobre a UPA e consideravam que o movimento não apenas recebia apoio por parte de organizações americanas, mas também afirmavam que a UPA demonstrava um “claro enfeudamento aos interesses americanos”, ficando assim disposta a lutar pelos interesses anticomunistas no Congo²⁴¹. Além disso, pensava-se que a UPA beneficiaria da vitória anticomunista no Catanga, uma vez que pretendia abrir uma linha de combate no leste de Angola através da fronteira com Catanga. Os SCCIA deduziam que a UPA teria interesses em manter um governo não comunista no Catanga, quer pela sua fidelidade ao anticomunismo dos simpatizantes americanos, quer pelos seus interesses estratégicos no território do Catanga. No entanto, o relatório conclui que a UPA não dava garantia de continuar a liderar a sublevação porque, “após o enfeudamento aos Estados Unidos”, tinha perdido o apoio de vários governos africanos²⁴².

²⁴⁰ Collin Gonze, “Katanga Secession”, *Africa Today* 9, no. 1 (Bloomington: Indiana University Press, 1962): 4-6, 12, 16.

²⁴¹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 562, SCCIA, “Infiltração”.

²⁴² IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 561, SCCIA, “Infiltração”.

O MNE também insistia que as atividades subversivas em Angola tinham raízes na vontade dos governos estrangeiros de apoiar os movimentos nacionalistas em Angola. Analisando um relatório financeiro do Comité Diretor da UPA de 1964, o MNE declarava: “foram os financiamentos estrangeiros que permitiram aos terroristas angolanos levar por diante as suas atividades terroristas”²⁴³. O relatório financeiro da UPA atestava que durante os primeiros anos da luta nacionalista o dinheiro da UPA foi angariado entre membros da UPA, particularmente entre os membros fundadores do movimento e os residentes no Congo Léopoldville (ainda que a UPA intensificasse os apelos aos simpatizantes do Norte de Angola a partir de 1960)²⁴⁴. O relatório acrescenta que, depois da eclosão do conflito armado, a UPA também se servia dos bens saqueados nas fazendas atacadas²⁴⁵. A prática de lançar ataques sobre as fazendas não foi utilizada apenas nos primeiros dias da subversão, mas serviu as necessidades materiais dos combatentes da UPA, pelo que continuou a formar parte das táticas subversivas ao longo do conflito. Em 1964, por exemplo, o posto militar de Carmona recebia notícias frequentes desse tipo de ataques²⁴⁶. Ainda que o relatório financeiro da UPA detalhasse os saldos do movimento ao longo de quatro anos, os SCCIA suspeitavam dessa informação, especialmente porque o relatório não disponibilizava valores referentes às receitas do movimento durante esses anos.

Analisando o relatório financeiro do Comité Diretor da UPA, os SCCIA concluíam que as finanças detalhadas não justificavam as capacidades bélicas e estratégicas da UPA e rejeitavam a ideia que, após o início do conflito armado, a UPA pudesse subsistir apenas com o apoio dos seus membros e com o saque de fazendas agrícolas e de estabelecimentos comerciais. Pelo contrário, os SCCIA concluíam que os membros da UPA em Angola teriam tido necessidade dos abastecimentos conseguidos nos saques, pelo que esses saques não poderiam ser suficientes para satisfazer as necessidades desses membros como as do movimento em Léopoldville²⁴⁷.

Os SCCIA defendiam também, que não se devia considerar esse relatório como uma fonte conclusiva das finanças da UPA. Além do mais, o relatório sugere que apenas Holden

²⁴³ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 331, Carta do Ministério dos Negócios Estrangeiros à PIDE, 30 de Abril 1965.

²⁴⁴ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 332, SCCIA, “Evolução Financeira da UPA de 1957 a 1961”.

²⁴⁵ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12 vol.1, Folha 335, SCCIA, “Evolução Financeira da UPA de 1957 a 1961”.

²⁴⁶ Coleção Particular de João Marinho dos Santos, “Sinopse Factológica do Terrorismo no Distrito do Uíge”, Folha 5. Dados fornecidos por João Marinho dos Santos, Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Coimbra, e recolhidos quando cumpriu o serviço militar no Uíge.

²⁴⁷ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 335, SCCIA, “Evolução Financeira da UPA”.

Roberto se encarregava de receber e de distribuir as receitas vindas do estrangeiro – quer dizer, dos simpatizantes não membros da UPA²⁴⁸. Isso levantava suspeita entre os SCCIA, que consideravam que os donativos proporcionados pelos simpatizantes estrangeiros representavam a maior parte dos meios financeiros da UPA. Na perspetiva dos SCCIA, “a manutenção da subversão só foi possível com o auxílio em dinheiro, em armas e em munições de potências estrangeiras e de outros órgãos”²⁴⁹. Sem citar a fonte de informação, os SCCIA defendiam que tais potências e órgãos incluíam as organizações das Igrejas Metodistas, o ACA, o Conselho Afro-Asiático, bem como os governos da Tunísia, a Argélia, a Etiópia, o Gana e a Guiné Conakry²⁵⁰. Entre esses alegados prestadores de auxílio, os SCCIA fazem questão de ressaltar a participação das igrejas protestantes, recordando que os missionários protestantes apoiaram o movimento desde o início quando, na década de 1950, os líderes da UPA organizavam ações étnico-nacionalistas²⁵¹.

Efetivamente, as críticas referentes ao apoio estrangeiro foram a principal tática utilizada pelas autoridades portuguesas na tentativa de deslegitimar o discurso nacionalista da UPA. Embora fosse difícil sustentar as acusações iniciais, de ligações da UPA ao comunismo, as autoridades portuguesas adaptavam os seus argumentos contra a legitimidade da UPA, mantendo a afirmação de que a UPA continuava na contenda contra a soberania portuguesa apenas porque beneficiava do impulso estrangeiro. No relatório intitulado “Situação Político-Subversiva ao Leste de Angola”, os SCCIA confirmavam as suas suspeitas de que a UPA tinha tido o apoio das autoridades catanguesas para efetuar missões a partir desse território. Segundo o relatório, em 1963, a Sureté Nationale da cidade fronteiriça de Dilolo apoiava a UPA/FNLA, autorizando-lhe oficialmente a efetuar as suas operações livremente naquela região limítrofe com Angola²⁵².

Ao mesmo tempo, os SCCIA atualizavam a informação referente às disputas na liderança da UPA. Tal como os SCCIA documentaram a cisão do Partido Nacionalista de Angola em 1961, posteriormente referiam o caso de alguns dissidentes da UPA/FNLA, em 1964, que começavam a organizar um movimento baseado na origem regional dos seus

²⁴⁸ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 332, SCCIA, “Evolução Financeira da UPA”.

²⁴⁹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 335, SCCIA, “Evolução Financeira da UPA”.

²⁵⁰ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 335 verso, SCCIA, “Evolução Financeira da UPA”.

²⁵¹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 335 verso e 336, SCCIA, “Evolução Financeira da UPA”.

²⁵² IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12 vol.1, Folha 262, SCCIA, “Situação político-subversiva angolana ao leste de Angola”.

membros. De acordo com os SCCIA, a partir de 1964, o principal grupo de dissidentes era liderado por Jonas Savimbi, e pretendiam formar um movimento guiado por “sentimentos de ordem tribal e regional”²⁵³. Efetivamente, Jonas Savimbi afastou-se da UPA/FNLA em 1964 e fundou a UNITA em 1966.

Numa carta ao Diretor da PIDE, o MNE acrescentava acusações contra a UPA de comprar a fidelidade dos angolanos descontentes, sugerindo que utilizava subsídios recebidos por parte do governo do Congo Léopoldville e das missões Metodistas para tal finalidade²⁵⁴. A informação referente à organização do novo movimento apoiava os argumentos das autoridades coloniais relativamente à UPA, uma vez que sugeriam que as razões da dissidência do novo movimento se baseavam nas origens dos dirigentes da UPA, a quem consideravam “estrangeiros e inimigos”. De acordo com o relatório, o grupo liderado por Savimbi era da opinião que “angolanos legítimos” deviam assumir a responsabilidade dos movimentos nacionalistas²⁵⁵. Interpretando esta informação, os SCCIA concluíam que os referidos “angolanos legítimos” eram todos aqueles que tivessem nascido em Angola, excluídos os brancos e os mestiços e acrescenta que o grupo se focava nos assuntos de relevância para as populações do Sul de Angola, onde pretendia travar uma luta em colaboração com a SWAPO²⁵⁶.

É evidente que entre 1961 e 1965 os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola tentaram fazer passar a ideia de que a UPA existia apenas porque servia os interesses estrangeiros, cujos beneficiários impulsionavam direta ou indiretamente as ações da UPA em Angola. Assim, os administradores coloniais procuraram formular o argumento de que UPA não deveria ser considerada um movimento nacionalista, uma vez que existia apenas pela ajuda externa, sem a qual, não poderia subsistir. No entanto, pode-se observar o modo como a perspetiva do Estado colonial mudou drasticamente ao longo dos primeiros quatro anos da insurreição. As acusações do intendente Ramos – que afirmava que a sublevação da UPA era impulsionada pelos interesses da União Soviética – foram investigadas, mas a identidade política do MPLA, fundamentada no marxismo, desafiou essas acusações, virando a atenção das autoridades coloniais para os contatos da UPA com os Estados Unidos.

²⁵³ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12 vol.1, Folha 263, SCCIA, “Situação político-subversiva angolana”.

²⁵⁴ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 259, Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Carta do ao Diretor da PIDE”, 15 de Novembro 1965.

²⁵⁵ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12 vol.1, Folha 263, SCCIA, “Situação político-subversiva angolana ao leste de Angola”.

²⁵⁶ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12 vol.1, Folha 264, SCCIA, “Situação político-subversiva angolana ao leste de Angola”.

4.2 Os Relatórios internos dos SCCIA

A documentação dos SCCIA fornece valiosas informações sobre a forma como o Estado colonial interpretava a luta pela independência de Angola. No entanto importa considerar também o modo como essas informações eram adquiridas e guardadas dentro dos próprios SCCIA. Através dos “Relatórios da Situação”, os SCCIA reuniam a informação em destaque quinzenalmente.

Os “Relatórios da Situação” geralmente seguiam um formato sistematizado, de modo que as informações pudessem ser encontradas com facilidade. Geralmente, eram divididos em quatro secções: 1) aspetos políticos e sociais 2) aspetos administrativos 3) aspetos militares e 4) anexos. Cada secção era dividida em pelo menos duas partes para documentar aspetos internos e externos de cada um dos temas referidos. Uma característica relevante dos “Relatórios da Situação” é que apresentam a informação com menor grau de interpretação. Outros relatórios dos SCCIA, por exemplo, os já referidos relatórios partilhados com a PIDE, eram apresentados com uma interpretação claramente expressa e, de modo geral, promoviam o discurso do Estado. Isto sugere que a função dos “Relatórios da Situação” era mais orientada para reunir informação que seria logo compilada nos relatórios apresentados aos outros ramos da administração colonial. Em todo o caso, apresentam a informação que servia de base as conclusões dos SCCIA.

Paralelamente, os SCCIA recolhiam informação proveniente de diferentes embaixadas e consulados de Portugal. Através desses gabinetes, os funcionários do Estado Português fora de Angola partilhavam informação sobre o modo como a luta armada pela independência de Angola era apresentada no estrangeiro. De particular interesse, eram as informações provenientes dos Estados Unidos da América e o Congo Léopoldville. Deste modo, os SCCIA podiam ser informados, por exemplo, se Holden Roberto aparecia na imprensa dos Estados Unidos a falar da luta em Angola²⁵⁷. Assim, pode-se observar o modo como os SCCIA recolhiam informação sobre a opinião pública no exterior relativamente ao conflito nacionalista em Angola. Essa informação era comumente procurada através de jornais. Processando a informação, os relatórios prestavam atenção aos jornalistas que apresentavam uma interpretação favorável, bem como os seus países de origem. Ao mesmo tempo, prestavam atenção aos jornalistas que desfavoreciam a posição de Portugal. Ainda que os relatórios expressem satisfação nas posições favoráveis a Portugal e insatisfação nas posições não

²⁵⁷ IAN/TT, Arquivo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, PT/TT/SCCIA/003/0002, “Relatório da Situação N°7, 17 de Fevereiro – 27 de Abril 1962”, 7.

favoráveis, os relatórios não utilizam a informação para tirar conclusões sobre os jornalistas ou os seus países de procedência²⁵⁸.

Importa mencionar que, enquanto a maioria da informação recolhida pelos SCCIA nestes relatórios era apresentada quase exatamente como era recebida, o mesmo não acontecia quando se tratava de apresentar os resultados de investigações lançadas pelos próprios SCCIA. Isto pode-se observar no relatório N° 7, relativo ao período entre Fevereiro e Março de 1962. Nele, por exemplo, a abordagem sobre o apoio prestado pelo ACA à UPA segue o discurso do Estado Português, relativamente às organizações estrangeiras. Nesse relatório o ACA é apresentado como o “inimigo” de Portugal e declara que: “o caso de Angola... é obra das suas missões protestantes”²⁵⁹. Visto que o ACA era uma organização sem fins lucrativos que realizava ativismo sobre assuntos africanos, não é claro porque os SCCIA tratavam a organização como sendo religiosa. Mas o relatório refere também que o governo dos Estados Unidos da América estava “receoso que o apoio dado pelo ACA, pela sua amplitude e conhecimento geral, se possa confundir com apoio do Governo Americano”²⁶⁰. Assim, ainda que o relatório levante questões sobre o eventual apoio dos Estados Unidos à UPA, responsabiliza principalmente o ACA pela promoção de ideias subversivas e não as liga diretamente à política americana. Como já foi referido no ano seguinte a posição dos SCCIA, em relação ao governo dos Estados Unidos da América mudou e tornou-se mais agressiva.

Os relatórios internos dos SCCIA também são importantes porque permitem observar o modo como os Serviços realizavam as suas funções. Por exemplo, em Março 1964, o diretor dos SCCIA, Eduardo Alberto Silva Sousa, escreveu para o embaixador de Portugal em Léopoldville, pedindo ajuda para esclarecer se Holden Roberto tinha parentesco com Cyrill Adoula²⁶¹. Isto porque pretendia saber se a colaboração entre Holden Roberto e o governo congolês se podia explicar através das ligações familiares. O embaixador respondeu num memorando referindo a possibilidade das mulheres de Holden Roberto e de Cyrill Adoula serem irmãs, mas não se conseguiu apurar outro grau de parentesco. O diretor dos SCCIA respondeu insistindo que o facto de Holden Roberto ser defendido por Adoula, “mesmo entre os seus

²⁵⁸ IAN/TT, Arquivo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, PT/TT/SCCIA/003/0002, “Relatório da Situação N° 8, 3-9 de Março de 1962, 1; IAN/TT, Arquivo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, PT/TT/SCCIA/003/0002, “Relatório da Situação N° 7, 17 de Fevereiro – 2 de Março 1962”, 1.

²⁵⁹ IAN/TT, Arquivo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, PT/TT/SCCIA/003/0002, “Relatório da Situação N° 7, 17 de Fevereiro – 27 de Abril 1962”, 7.

²⁶⁰ IAN/TT, Arquivo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, PT/TT/SCCIA/003/0002, “Relatório da Situação N° 7, 17 de Fevereiro – 27 de Abril 1962”, 8.

²⁶¹ IAN/TT, Arquivo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, PT/TT/SCCIA/012/0062, 22, Processo de informação da União das Populações de Angola (UPA).

parceiros no Governo Central”, só podia ser explicada por “razões de ordem pessoal muito fortes”²⁶². Assim, pode-se observar o modo como os SCCIA podiam empregar os recursos da embaixada para esclarecer as suas dúvidas e questões sobre os movimentos nacionalistas. Neste sentido, os documentos consultados sugerem que existia um esforço coordenado para obter informação que fosse necessária ao desenvolvimento da posição assumida pela administração colonial.

4.3 A Perspetiva da UPA em 1965: o Dossier Angolano

No entretanto, enquanto a administração colonial interpretava à sua maneira as ações da UPA/FNLA, o movimento declarava seus propósitos e defendia a sua posição. Em 1965, a UPA/FNLA elaborou o *Dossier Angolano*²⁶³, através do qual abordou vários assuntos referentes às suas ações, às campanhas e aos objetivos da luta que travava.

O documento começa por abordar a questão da violência e das negociações diplomáticas. De acordo com o Dossier, a UPA/FNLA recebia críticas por recusar-se a negociar com as autoridades portuguesas preferindo “sacrificar milhares de vidas humanas”²⁶⁴. Em resposta a tais críticas, a UPA/FNLA declarava: “essa violência de que nos censuram é imposta pelo próprio caráter do colonialismo português”, e acrescentava logo, “a nossa política é em função da posição dos governantes portugueses”²⁶⁵. Assim, a UPA/FNLA reiterava em 1965 uma política que mantinha os critérios da tese de Frantz Fanon sobre a violência, defendendo que o colonialismo em si era uma forma de violência que devia ser contrariada com a violência da luta armada. Além disso, a respeito das tentativas de adquirir a independência de Angola por via diplomática, a UPA FNLA declarava: “esbarraram-se num muro, então a nossa boa fé explodiu”. Assim, já não era possível procurar a independência através do diálogo com as autoridades portuguesas²⁶⁶.

Esclarecendo o modo como a UPA interpretava a violência do sistema colonial, o dossier levanta a questão do trabalho forçado, referindo que foi uma das principais motivações da sublevação: “sucendo ao tráfico dos negros, a escravatura reina ainda em Angola neste

²⁶² IAN/TT, Arquivo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, PT/TT/SCCIA/012/0062, 21, Processo de informação da União das Populações de Angola (UPA).

²⁶³ Veja-se: Anexo 2

²⁶⁴ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 412, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁶⁵ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 412, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁶⁶ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 412, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

Século XX sob a forma que se pode denominar ‘Trabalho Forçado’²⁶⁷. O dossier compara o traslado de trabalhadores forçados para zonas longínquas, onde o Estado precisava de mão de obra gratuita, com o tráfico de escravos, afirmando que, em ambos os casos, quem exigia o trabalho do africano tinha a vida do trabalhador nas suas mãos. Efetivamente, o trabalho forçado ocupava um lugar importante nas agendas sociais e económicas do Estado colonial desde o século XIX e foi justificada com o argumento que o trabalho beneficiava os indígenas africanos, no sentido de os civilizar e integrar na nação portuguesa. A prática só foi abolida após o início da sublevação nacionalista em 1961.

O documento afirma, também, que a autoridade colonial mantinha os angolanos num estado de constante desvantagem relativamente ao estrato colonizador, limitando o acesso dos indígenas angolanos à educação. Efetivamente, a hipótese de aceder à instrução não era garantida. Além disso, tal como refere Fernando Tavares Pimenta, a distinção entre indivíduos com o estatuto de cidadania (os brancos, mestiços e assimilados) e o resto da população (os indígenas não assimilados), implicava também uma distinção nas oportunidades de ensino disponíveis aos candidatos. De acordo com o mesmo autor, o ensino concedido por via das missões católicas assumia o objetivo de “civilizar”, ao passo que os estudantes com estatuto de cidadão eram educados num sistema que obedecia ao esquema praticado na metrópole²⁶⁸. A UPA interpretava a falta de acesso à educação como uma manobra deliberada do Estado colonial, que tinha o objetivo de “conservar as massas coloniais numa ignorância que impede a sua consciencialização nacional imediata”²⁶⁹.

Efetivamente, a questão da educação tinha sido abordada desde os primórdios da organização da UPA. John Marcum refere que Holden Roberto e Manuel Barros Necaca – ambos fundadores da UPNA – começaram as suas atividades políticas na década de 1940, abordando essa questão²⁷⁰. Aliás o dossier traça uma correlação direta entre a procura de acesso à educação, o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas e a eclosão da insurreição armada. O dossier narra uma história na qual a UPA foi fundada porque considerava a falta de acesso à educação como uma “situação angustiada, insuportável e revoltante”. Esta narrativa acusa também o Estado colonial de fortes retaliações contra os movimentos nacionalistas, tais como a deportação e desaparecimento dos líderes dos movimentos. Assim, a UPA, mais uma

²⁶⁷ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 412, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁶⁸ Pimenta, *Branços de Angola*, 40.

²⁶⁹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 415, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁷⁰ Marcum, *The Angolan Revolution*, 61.

vez, defende a sua decisão de optar por métodos violentos e declara: “a administração colonial portuguesa acentuava seus actos odiosos e convidava-nos para uma guerra colonial. Não nos restava mais do que uma única e última alternativa: aceitá-la”²⁷¹. Deste modo, a UPA assume a responsabilidade pela insurreição armada e passa a detalhar alguns aspetos dos métodos e objetivos da sublevação.

De acordo com a UPA, a insurreição de 15 de Março de 1961 não foi uma ação espontânea, mas uma resposta bem concertada do movimento “ao voto unânime das massas angolanas que indignadas com o arbítrio, as torturas, as injustiças e os assassinatos e deportações... reclamavam armas para se levantar... contra os seus algozes”²⁷². Ao mesmo tempo, defendia que a luta da UPA era a luta do povo angolano e não apenas do povo bacongo. O dossier justifica a concentração do movimento no noroeste de Angola pelo facto de ter o apoio do Congo Léopoldville, enquanto o resto do país estava rodeado por territórios sob domínio colonial que não podiam acolher a causa da UPA e que, por isso, não eram favoráveis para estabelecer núcleos de organização da UPA a partir das quais se pudessem lançar ações significativas²⁷³. Por outro lado, a interpretação da UPA como um movimento tribal teria sido um boato criado pela administração portuguesa para deslegitimar a luta do movimento. O dossier garante que o principal “desmentido às alegações dos colonialistas portugueses” foi a participação de combatentes naturais do Sul de Angola²⁷⁴. Assim, o Dossier Angolano abre uma abordagem direta ao discurso do Estado colonial.

O dossier refere que a imprensa portuguesa interpretava a sublevação da UPA como uma série de atos criminosos efetuados “por grandes bandos terroristas” estrangeiros. Ao mesmo tempo, o documento também relata o modo como as autoridades portuguesas defendiam a soberania portuguesa em Angola, afirmando que “Angola é Portugal”. Na perspetiva da UPA, o discurso defendido pelas autoridades portuguesas não ocasionava inquietação, uma vez que discursos similares tinham sido utilizados nos territórios franceses da Indochina a Marrocos, tendo cada um desses territórios obtido, no entanto, a independência. Assim, a UPA encontrava a motivação para organizar uma luta com características duma guerra organizada. No entanto, o Estado colonial, reconhecendo que as ações subversivas eram efetuadas por angolanos

²⁷¹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 415-416, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁷² IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 416, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁷³ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 417, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁷⁴ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 418, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

residentes em Angola, apressaram-se a declarar que esses angolanos tinham sido enganados pela propaganda comunista e logo enfeitiçados ou drogados para entrar no combate²⁷⁵.

Na perspetiva da UPA, os argumentos sobre as influências comunistas e o uso de drogas apenas fazia parte dum discurso propagandístico criado com a finalidade de justificar a decisão do Estado colonial de fazer “chover no céu angolano” bombas da NATO, que apanhavam tanto os combatentes nacionalistas, como os indígenas civis²⁷⁶. Contudo, o dossier declarava o propósito da UPA de manter-se firme, apesar da superioridade material das tropas portuguesas, considerando que os portugueses não tinham interesse em fazer a guerra contra os nacionalistas angolanos, mas o faziam apenas para satisfazer os desejos do chefe do governo, António de Oliveira Salazar. Aliás, o documento refere que, no dia 1 de Maio de 1962, uma série de protestos através de Portugal tinham evidenciado que o povo português estava insatisfeito com a política salazarista e que se posicionava contra a guerra em Angola²⁷⁷.

Considerando o tema da insatisfação dos portugueses com a política salazarista, a UPA declarava que, de modo semelhante aos objetivos do povo metropolitano, a sua luta era também uma luta contra as políticas salazaristas. Assim, o movimento declarava que não tinha apenas fins militares nem raciais, mas que pretendia destruir as infraestruturas do sistema económico instaurado por Salazar, até este cair e conceder os direitos humanos reclamados pela UPA²⁷⁸. De acordo com a UPA, o sistema que instalaria após a derrota do colonialismo seria um sistema democrático, que respeitasse os direitos humanos e que tivesse uma forte ênfase na reforma agrária. Segundo o dossier, a UPA estava disposta a estabelecer colaborações com Portugal e apontava o facto do regime salazarista ter-se recusado a considerar as reivindicações do povo angolano como a principal razão na sua determinação a acabar com o regime português.

É assim que o Dossier Angolano explica a luta travada pela UPA em termos de inconformidade em relação às políticas de Salazar. O dossier refere também o modo como a comunidade internacional, através da ONU, tinha expresso o seu apoio ao ponto de vista da UPA, classificando o domínio português em Angola como ilegítimo e colonial²⁷⁹. Por outro lado, a UPA interpretava a abolição do Estatuto do Indigenato como uma resposta, do Estado

²⁷⁵ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 419, UPA, “Dossier Angolano: Revolução Angolana”.

²⁷⁶ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 419-420, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁷⁷ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 424, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁷⁸ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 425, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁷⁹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 437, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

Português, à opinião internacional. Mas aproveitava a questão do acesso à cidadania para demonstrar algumas razões pelas quais considerava problemático o domínio colonial.

Na perspectiva da UPA, a marca irrefutável da cidadania era o direito à participação na política local e a ter representação no governo. Nesse sentido, a UPA considerava que após a abolição do estatuto do indigenato, os angolanos, guineenses e moçambicanos deveriam ter o direito a uma participação ativa nos assuntos políticos locais. Mas o dossier ressalta o modo como a natureza colonial do regime português mantinha os indígenas nas mesmas condições independentemente do estatuto que o regime lhes desse²⁸⁰. A UPA acusava o Estado colonial de continuar a implementar medidas no sentido de impedir a participação dos africanos nos negócios políticos, nomeadamente nas eleições. Esse impedimento era sustentado principalmente através da exigência de que obrigava os eleitores a passar provas de leitura e de escrita, bem como o pagamento de imposto de 100 escudos exigido para votar²⁸¹. Tais exigências do governo português eram interpretadas como impedimentos, uma vez que a UPA tinha já detalhado o modo como a administração colonial era responsável pela falta de acesso dos indígenas angolanos à educação.

A UPA explicava também que os partidos nacionalistas e as frentes comuns foram criadas através da África Portuguesa para satisfazer o desejo dos povos autóctones a terem participação e representação política. O dossier afirma que, não tendo alternativas através das vias oferecidas pelo governo, o povo teve de criar as suas próprias organizações que acabaram por satisfazer a falta de acesso à vida política²⁸². A UPA acrescentou que a retaliação das autoridades portuguesas contra essas organizações fez com que os povos autóctones de Angola, da Guiné e de Moçambique optassem pela luta armada²⁸³.

O Dossier termina questionando as capacidades de Portugal de continuar a guerra contra os movimentos nacionalistas em Angola. E sublinha que, em outubro de 1961, a delegação portuguesa junto das Nações Unidas tinha anunciado o fim da guerra, mas que esta não tinha acabado de facto. Além do mais, a UPA questionou se as potências ocidentais estariam do lado de Portugal, uma vez que o movimento considerava que Portugal não tinha a capacidade de travar uma guerra tão prolongada apenas com as armas próprias do exército português. Deste

²⁸⁰ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 438, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁸¹ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 439, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁸² IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 441, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

²⁸³ IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA vol.1, Folha 441-442, UPA, “Dossier Angolano. A Revolução Angolana”.

modo, o Dossier Angolano sugere que Portugal apenas conseguia lutar contra o nacionalismo angolano graças ao apoio internacional, aplicando assim a mesma lógica ao governo português que este tinha aplicado à UPA.

4.4 Conclusão

Através dos documentos dos SCCIA pode-se observar o modo como o discurso do Estado colonial português mudou ao longo dos primeiros quatro anos da guerra pela independência de Angola. De especial importância entre estas mudanças foi a forma como os SCCIA tiveram de avaliar as suas interpretações iniciais e desenvolver interpretações novas que explicassem o desenvolvimento do conflito de acordo com os interesses do Estado Português.

Por seu turno, a UPA/FNLA encarava uma situação semelhante. Antes da eclosão da luta armada, Holden Roberto considerava que a luta armada era o único elemento que faltava para garantir o apoio da comunidade internacional à causa da UPA. No entanto, a situação que se verificou foi diferente. O governo dos Estados Unidos da América, não foi capaz de apoiar abertamente a causa da UPA, enquanto os governos africanos insistiam que a UPA formasse uma frente unida com os outros partidos nacionalistas de Angola.

Apesar da tentativa de mudar a identidade da UPA, através da colaboração com o PDA e a consequente criação da FNLA, a UPA não conseguiu o apoio que esperava. Isto foi dificultado pelas acusações por parte de Jonas Savimbi, que deixou o movimento acusando a UPA de ser um movimento tribalista. Como já foi referido, Savimbi voltaria à luta pela independência de Angola, mas como líder da UNITA. No meio destes desafios ao seu discurso nacionalista, a UPA teve de detalhar de modo mais concreto os objetivos da sublevação. Assim, em 1965, o discurso da UPA teria de garantir a legitimidade do movimento como um movimento nacionalista angolano, disposto a colaborar com outras organizações nacionalistas. Além disso, teria de demonstrar que, embora tivesse sido organizado no Congo Léopoldville, não representava os interesses de forças estrangeiras, mas sim uma resposta às necessidades do povo angolano oprimido pelo sistema colonial.

Os documentos dos SCCIA demonstram que não tinham sentido as acusações iniciais sobre a influência comunista na UPA. Por isso, essa acusação teve de ser abandonada e substituída pela acusação do movimento trabalhar a favor dos interesses dos Estados Unidos da América. Nesse sentido, a administração portuguesa continuou a identificar as mesmas vias de infiltração estrangeira nomeadamente através das missões protestantes e das associações civis americanas. Na verdade, os SCCIA apenas conseguiram demonstrar aquilo que a UPA

declarava livremente nas suas publicações e programas de rádio, ou seja, que beneficiava do apoio de alguns dos governos dos territórios independentes da África e de organizações civis nos Estados Unidos. Mesmo assim, a administração portuguesa recusou-se a interpretar o movimento e a insurreição da UPA como resposta à situação política e social dos indígenas angolanos, defendendo acima de tudo o direito a governar Angola.

Da mesma forma, quatro anos depois do início da luta pela independência de Angola, a UPA explicou os seus objetivos numa maneira que defendia o discurso estabelecido em 1961. Porém, certas mudanças relativamente ao desenvolvimento do conflito fizeram com que alguns aspetos do discurso tivessem de mudar. Por um lado, os documentos analisados demonstram a forte determinação de Holden Roberto em conseguir a independência de Angola através da luta armada. Por outro lado, alguns documentos demonstram que certos membros da UPA não conseguiam reconhecer a importância da violência do mesmo modo que Roberto. No entanto, o discurso político promovido por Roberto definiu o posicionamento da UPA no conflito. Além disso, encontrou ressonância nas palavras de simpatizantes estrangeiros, tais como George Hauser do ACA. Hauser reafirmava a perspectiva da UPA/FNLA, sugerindo que grande parte da responsabilidade pelo conflito armado caía sobre a administração portuguesa²⁸⁴. Efetivamente, este tinha sido um dos principais argumentos apresentados pela UPA, que afirmava que o Estado colonial colocava o povo angolano numa situação em que não tinha alternativa à luta armada. Apesar disso, o grande desafio da UPA, na segunda metade da década de 1960, era o de obter apoio suficiente para continuar a luta que travava contra o Estado colonial e contra o MPLA. Assim, quatro anos depois do início da luta armada, a falta de apoio internacional continuava a ser o fator determinante do lugar que a UPA/FNLA ocupava na luta pela independência de Angola.

²⁸⁴ George M. Hauser, "Portuguese American Committee on Foreign Affairs", (New York: American Committee on Africa, February 15, 1962), African Activist Archive.

CONCLUSÃO FINAL

Esta dissertação teve como objetivo contribuir para a construção de um conhecimento mais estruturado sobre a história do nacionalismo angolano e da Guerra Colonial em Angola, através da análise dos discursos políticos da União dos Povos de Angola e do Estado Português. Neste sentido, os discursos analisados foram entendidos como representativos de duas posições antagónicas. Por um lado, a União dos Povos de Angola contestava a soberania portuguesa numa altura em que o Artigo n.º 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmava que: “a vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos”. Por isso, a UPA apelava ao apoio quer da população angolana, quer da comunidade internacional na tentativa de estabelecer um novo poder político, no quadro de um Estado Angolano independente. Por outro lado, o discurso político do Estado Português foi articulado para defender a soberania portuguesa sobre um império que tinha há mais de cinco séculos

Relativamente à UPA, esta tese conclui que o seu discurso político promovia – e legitimava – um projeto nacionalista com influências da teoria da descolonização de Frantz Fanon. Assim, o discurso político da UPA defendia a instauração de um sistema político modelado nas necessidades da classe trabalhadora negra das zonas rurais. Isso coincidia com a teoria de Frantz Fanon que, para além disso, sugeria que para estabelecer um sistema político verdadeiramente descolonizado era necessário eliminar qualquer forma de influência do colonialismo. Para este fim, seria necessário eliminar todos os indivíduos que fossem considerados colaboradores com o sistema colonial, para além do estrato colonizador em si. Portanto, à luz desta conceção, a UPA não se coibiu de eliminar civis de raça branca, mas também mestiços e negros considerados colaboradores do sistema colonial, nomeadamente os assimilados e os trabalhadores ovimbundo das fazendas de café. Isto mesmo ficou patente nas chacinas levadas a cabo pela UPA em 15 de Março de 1961.

Ao mesmo tempo, visto que a UPA tinha as suas origens num movimento étnico, que reclamava a autonomia do reino do Congo, a maioria dos seus membros provinha das comunidades bacongo do Noroeste de Angola, muitos deles emigrados no Congo Léopoldville. Assim, a decisão da UPA de chacinar angolanos de raça negra, cujo fator diferenciador era a etnia, levantou questões sobre a identidade nacionalista da UPA. O movimento foi acusado de tribalismo pelos seus oponentes, inclusivamente por organizações nacionalistas rivais, em especial o MPLA. Uma acusação que também foi realizada por Jonas Savimbi, que entrou em dissidência com a direção da UPA/FNLA, tendo posteriormente fundado a UNITA. O alegado tribalismo da UPA foi depois vertido de forma acrítica para o discurso historiográfico,

contaminando as análises de eminentes historiadores, entre os quais René Pélissier. Nesta dissertação recusamos essa visão simplista do protesto político da UPA, considerando que a proposta nacionalista desse movimento, bem como a sua atuação militar e recurso à violência extrema devem ser entendidos à luz da teoria política da descolonização de Frantz Fanon.

De facto, a análise da teoria de Frantz Fanon, apresentada nesta tese, demonstra que os princípios propostos por Fanon coincidem com os princípios fundamentais do nacionalismo da UPA. Muito embora nunca tivesse sido militante do movimento angolano, Frantz Fanon foi porventura o maior inspirador da ideologia e da estratégia nacionalista da UPA. A UPA não foi tribalista, mas simplesmente foi influenciada por uma teoria política que dava sentido e valorizava o ato de infligir violência contra todas as pessoas consideradas colaboradoras do sistema colonial, independentemente da sua origem racial. A violência contra o colonizador – e os seus colaboradores – era pois um método indispensável para se alcançar uma autêntica descolonização da nação colonizada. Daí a decisão da UPA de eliminar brancos, mestiços, negros assimilados e trabalhadores ovimbundo porque, direta ou indirectamente, seriam representantes ou pelo menos colaboradores do colonialismo português.

No entanto, importa referir que uma parte da cúpula política da UPA mostrou-se contrária ao uso da violência na luta nacionalista, defendendo ao invés o estabelecimento de conversações com o Estado Português. A recusa da luta armada – e o antagonismo com Holden Roberto – levou inclusivamente à cisão de Jean Pierre Bala, em 1 de Março de 1961, ou seja quinze dias antes da eclosão da insurreição no Noroeste de Angola. Muito embora a cisão não tenha conseguido evitar a deflagração da rebelião, a sua existência é relevante para perceber a presença de tensões internas no seio do movimento nacionalista, bem como de propostas políticas bastante diferentes entre si no que diz respeito à melhor forma de lutar pela independência.

Por outro lado, esta tese considerou o discurso político do Estado Português, que entendia o anticolonialismo como parte das estratégias de domínio da União Soviética e dos Estados Unidos da América, numa luta que travavam entre si pela maior influência política no mundo. Partindo da teoria política de Adriano Moreira, explicada na obra *Política Ultramarina*, considerou-se a lógica implementada na formulação de argumentos que favoreciam a política colonial do Estado Novo. Assim, Adriano Moreira sugeria que, embora a descolonização ganhasse apoio na cena política internacional, a definição da autodeterminação, bem como a finalidade política de tal princípio, ainda não eram entendidas de forma comum entre as várias potências que promoviam a descolonização. Como tal, a política que até então era seguida por Portugal era justificada como uma entre várias teorias políticas que, no século XX, teriam de

encarar a questão do surgimento de diversas manifestações de consciência nacional entre os povos colonizados. Além disso, Adriano Moreira argumentava que o anticolonialismo da segunda metade do século XX alinhava com os interesses dos Estados Unidos da América e da União Soviética. De resto, as inconsistências na definição do direito à autodeterminação – amplamente utilizado para promover medidas de descolonização – foi usado pelas potências da altura para beneficiar os seus interesses políticos e económicos em detrimento das velhas potências coloniais e sem ter em conta as verdadeiras necessidades das populações colonizadas.

Além de considerar a política que defendia o colonialismo, esta tese considerou a mitologia que envolvia o Império português, a qual teve um papel relevante no processo de interpretação da eclosão da luta armada pela independência de Angola. Essa mitologia – alimentada pela administração colonial – considerava: 1) que era o destino da nação portuguesa estabelecer o seu modo de vida em Angola, 2) que o povo angolano beneficiava do colonialismo e 3) que a insurreição de 1961 em Angola era uma manifestação de uma ação estrangeira lançada pelos inimigos de Portugal. Esta mitologia acrescentava peso ao discurso político do Estado Português. A este respeito, combinando elementos da mitologia com uma narrativa factológica, o intendente Custódio Ramos elaborou um minucioso relatório sobre os acontecimentos da insurreição da UPA em 1961. Nesse relatório, o intendente defendeu a soberania portuguesa em Angola, afirmando que as insurreições deviam ser entendidas como manifestação da influência estrangeira com raízes comunistas. Assim, o relatório argumenta que os conflitos que se verificaram em Angola não deviam ser entendidos como atos relacionados com o nacionalismo angolano, mas sim como manobras de forças estrangeiras que pretendiam pôr em causa a soberania portuguesa em Angola.

Posteriormente, a documentação dos SCCIA forneceu uma perspetiva mais ampla sobre o modo como a administração colonial enfrentou a eclosão da insurreição da UPA em 1961. Esses documentos demonstram que a administração colonial investigou as raízes da UPA, na tentativa de estabelecer uma ligação direta entre a luta que se travava pela independência de Angola e os interesses estrangeiros. Nos primeiros anos do conflito armado, os SCCIA assumiram uma posição semelhante à posição do intendente Ramos, considerando que a UPA era um movimento comunista impulsionado por forças no Congo Léopoldville. Mas esta posição foi evoluindo ao longo dos primeiros anos da guerrilha. A participação do MPLA na luta pela independência de Angola e o apoio que a UPA recebia por parte do American Committee on Africa (ACA) fizeram com que os SCCIA chegassem à conclusão que a UPA/FNLA não era um movimento comunista, mas que servia os interesses dos Estados Unidos da América.

Neste contexto, a UPA considerou que o colonialismo representava um ato de violência contra o povo angolano e pretendia estabelecer uma nova ordem política, livre do colonialismo. Sem poder ignorar que o povo angolano exigia o seu direito à autodeterminação, o Estado Português utilizou um discurso político que justificava a luta contra os movimentos nacionalistas. Este discurso permitiu a Portugal justificar a sua luta contra os movimentos nacionalistas, num contexto histórico em que a Carta das Nações Unidas determinava que autodeterminação era um direito essencial de todos os povos. Essa situação levaria a mais de uma década de luta armada entre Portugal e os movimentos nacionalistas angolanos.

BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS**Bibliografia**

Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos Matos, *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

Cann, John, *Contra-Insurreição em África: o modo português de fazer a Guerra*. São Pedro do Estoril: Edições Atena, 1997.

César, Amândio, *Angola 1961*. Lisboa: Verbo, 1961.

Curto, Diogo Ramada, *Políticas Coloniais em Tempos de Revoltas: Angola Circa 1961*. Porto: Editorial Afrontamento, 2016.

Coillin Gonze, “Katanga Secession”, *Africa Today*. Bloomington: Indiana University Press, 1962), 4-6, 12, 16.

Fanon, Frantz, *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Kaplan, Lawrence S. “The United States, Belgium, and the Congo Crisis of 1960”, *The Review of Politics* 29, no. 2 (1967): 239-56.

Lopes, José Manuel da Silveira, *O Cónego Manuel das Neves: Um Nacionalista Angolano*. Lisboa: Nova Vega, 2017.

Marcum, John, *The Angolan Revolution: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*. Cambridge: MIT Press, 1969.

Moreira, Adriano, *Política Ultramarina*. Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1957.

Neto, João Pereira, *Angola: meio século de integração*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1964.

Pacheco, Carlos, *Angola: Um Gigante com pés de Barro*. Lisboa: Nova Vega, 2010.

Pélissier, René, *La Colonie du Minotaure: nationalismes et Révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Montamets, 1978.

Pélissier, René; Wheeler, Douglas, *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

Pimenta, Fernando Tavares, *Branços de Angola: autonomismo e nacionalismo 1900-1961*. Coimbra: Minerva, 2005.

Pimenta, Fernando Tavares, *Angola, os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

Fernando Tavares Pimenta, “Os Nacionalismo no Império: Angola e Moçambique”, in *O Império Colonial em Questão (Séc. XIX e XX): poderes saberes e instituições*, ed. Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70, 2012.

Rodrigues, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a Crise de uma Aliança*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

Schubert, Benedict, *A Guerra e as Igrejas: Angola 1961-1991*. Basel: P. Schlettwein Publishing, 2000.

Strickland, William Lamar, “Frantz Fanon: His Life and Work”, *International Tribute to Frantz Fanon 8* (Amherst: University of Massachusetts Press, 1979), 67-74.

Yolanda Covington-Ward, "Joseph Kasa-Vubu, ABAKO, and Performances of Kongo Nationalism in the Independence of Congo." *Journal of Black Studies* 43, no. 1 (2012): 72-94.

Fontes

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)

Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 89/63 NT 565.

Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 2126-59 UPA NT 2943-2946 vol.1.

Arquivo PIDE/DGS, Processo 1139/59-5-12 Holden Roberto vol.1.

Arquivo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Fundo SCCIA, Processo de Informação da União das Populações de Angola (UPA) PT/TT/SCCIA/012/006.

Arquivo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Fundo SCCIA, Relatórios da Situação Números 7 A 15 PT/TT/SCCIA/003/0002.

Colecção Particular de Pedro Chagas Ramos

Custódio Ramos, *Subsídios para a Estruturação da História dos Acontecimentos Ocorridos no Distrito do Congo (Uíge) de 15 de Março a 31 de Dezembro de 1961* (2 volumes), Dezembro de 1961.

Coleção Particular de João Marinho dos Santos

“Sinopse Factológica do Terrorismo no Distrito do Uíge”. Dados fornecidos por João Marinho dos Santos, Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Coimbra, e recolhidos quando cumpriu o serviço militar no Uíge.

Fontes Impressas

United Nations, *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*, (1945):14.

United Nations, *Resolutions Adopted by the General Assembly During its Fifteenth Session vol. 1*, (20 September - 20 December 1960):30.

Imprensa periódica

“Angolan Leader Decries Killings”, *The New York Times*, March 20, 1961.

Arnold Rivkin, “The Congo Crisis in World Affairs”, *Civilisations*, 10, no.4 (1960): 473-479.

B. Teixeira, “Letters to the Times”, *The New York Times*, April 19, 1962.

Clifford Parsons, “The Torment of Angola”, *Africa South*, Vol .5 N° 4, (London: Africa South Publications, July-September 1961), 73.

Malcolm McVeigh, “Angola in Revolt”, *Africa Today*, (New York: American Committee on Africa, September-October 1961), African Activist Archive.

ANEXOS

Anexo 1: Jornal A Voz da Nação Angolana, 29 de Novembro de 1961 (Páginas seleccionadas). Retirado de IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA NT 2943-2946 vol.1. Folha 772.

392

LA VOIX DE LA NATION ANGOLAISE A VOZ DA NAÇÃO ANGOLANA

ORGANE DE COMBAT DE L'U.P.A. POUR LA LIBERATION DE L'ANGOLA

Directeur-Responsable Heldo Roberto Comité-Redaction JOHNNY EBOLARD (Français) Rosaire NIETO e Adolfo MELLO (portugais)	Edité en : Français Portugais Kimbundu Kikongo	Bureau et rédaction Coin Av. Plateau et Osherrieth, No. 53 Tel. 3420 R.P. 709 Léopoldville-Est	Prix : Frs 5,- au Congo Frs 25,- C.F.A. Esc. 5,- en Angola Frs. 10,- Pays Europe
--	--	--	--

Deuxième ANNEE No. 5
MERCREDI 29 NOV. 1961

Editorial Sept mois de guerre

Après sept mois de guerre, au cours desquels le colonialisme portugais, dans sa forme la plus barbare, a exercé sur le territoire National Angolais les crimes les plus infâmes, le gouvernement portugais a pris conscience de l'impossibilité d'écraser les forces populaires de l'Angola, sous la direction éminente et vigileante de l'Union des Populations de l'Angola.

Pour le prendre dans les colonies portugaises assommées des réformes de 28 septembre 1961, ainsi le message d'un colonialisme sans repêchage, a disparu.

Cependant, une vigilance indisciplinée, face à un Portugal dépeint par les détachements d'urgence de 28 septembre 1961, les actualités portugaises démontrent tout au long de ces réformes, il n'en demeure pas moins que des restrictions apportées à son tel recours, nécessitent une vigilance politique.

Si pour nous l'indépendance n'est possible que par la participation de la volonté d'un peuple, la seule à ne se dévoter pour l'indépendance véritable à définir, pour le Portugal, ses fonctions ne doivent être régies par l'Armée et l'Administration coloniale portugaises pour aboutir à des réformes institutionnelles de son flux, que la programmation industrielle se serait chargée d'implémenter sur un cadre portugais.

En outre, à l'existence d'une large zone productive que l'Angola, terre de souveraineté Angolaise, a vu naître à l'indépendance, les tout premiers colons-producteurs de régime salarialisé, véritablement que l'Angola, terre de souveraineté portugaise, a vu naître à l'intégration.

Le peuple Angolais dans la jeunesse et l'Armée inséparable, chaque jour dans l'action positive et directive, réalise parfaitement que la décolonisation et l'indépendance ne doivent pas être l'œuvre d'un tiers. Sa libération, c'est la volonté nationale, c'est parce qu'elle constitue une coopération étroite avec tout le peuple par delà les frontières nationales ou continentales.

Pour l'instant, le gouvernement portugais refuse la négociation politique sincère. Avec des moyens, il poursuit la « production » d'ob-

Reconstitution d'un Comité d'enquête

Ainsi donc pour votre relation au sein du Portugal de l'Union des Populations de l'Angola, la Commission de Tutelle des Nations Unies, chargée d'étudier et de contrôler le jeu de l'Assemblée Générale vient de recommander la création d'un Comité spécial qui sera chargé d'entretenir des rapports concernant les conditions d'existence dans les colonies portugaises.

Ce, cette commission (ou comité) chargé de veiller à l'application de l'Assemblée Générale, vient de se constituer et au Congo-Léopoldville, où elle avait entendu les réquisitoires et différents mouvements nationalistes Angolais.

Les deux, nous ne pouvons nous empêcher de nous demander si ce comité « nouvelle » commission (qui va être constituée d'urgence) sera capable de « gouverner » ce qui se poursuit d'entre en Angola, notamment le refus des actualités portugaises ?

(Suite en page 2)

Editorial Ha sete meses de guerra

Decorridos sete meses de guerra, ao longo dos quais o colonialismo português mostrou, em Territórios Nacionais Angolares, e de outros territórios coloniais, a pior crueldade dos mais infâmicos, o governo português tomou consciência da impossibilidade de vencer as forças populares de Angola, sob a orientação de União Populosa de Angola.

Pela primeira vez no colonialismo português assumiram reformistas (28 de Setembro de 1961), querendo assim, além, sempre, o mito de a modernização-repêchage, vel e así aqui adaptado.

Entretanto, uma vigilância indisciplinada, para com um Portugal varado pelos acontecimentos de Setembro de 1961, as actualidades portuguesas demonstram, ao longo de estas reformas, que a programação industrial se teria encarregado de implementar num quadro português.

Em suma, enquanto um pouco produzamos nestes territórios Nacionais, e o Povo demonstra que Angola, Terra de Soberania Angolana, tem vontade de independência, os colonos salarialisados e produtores do regime de Salazar-Gonçalves de Angola, Terra de Soberania Portuguesa, tem vontade de integração.

(Suite en page 2)



Une patrouille de l'Armée de Libération de l'Angola reconstruit les dernières instructions, avant de partir à l'attaque.

MERCREDI 29 NOV. 1961

NATION ANGLAISE

13

DINDANDA MFUNIJ MVUA DIO

Takama khatidhali ya U.P.A. wakawafika kwa wanao haramu... (text continues)

...na ni haramu... (text continues)

...kwa haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

Kalunga se kikuma ka kitatakaji tata Lando

Mu dindanda... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

Ioso ia biti ia kidi mu izua ia mueniu ue

Kia hiki... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

...na haramu... (text continues)

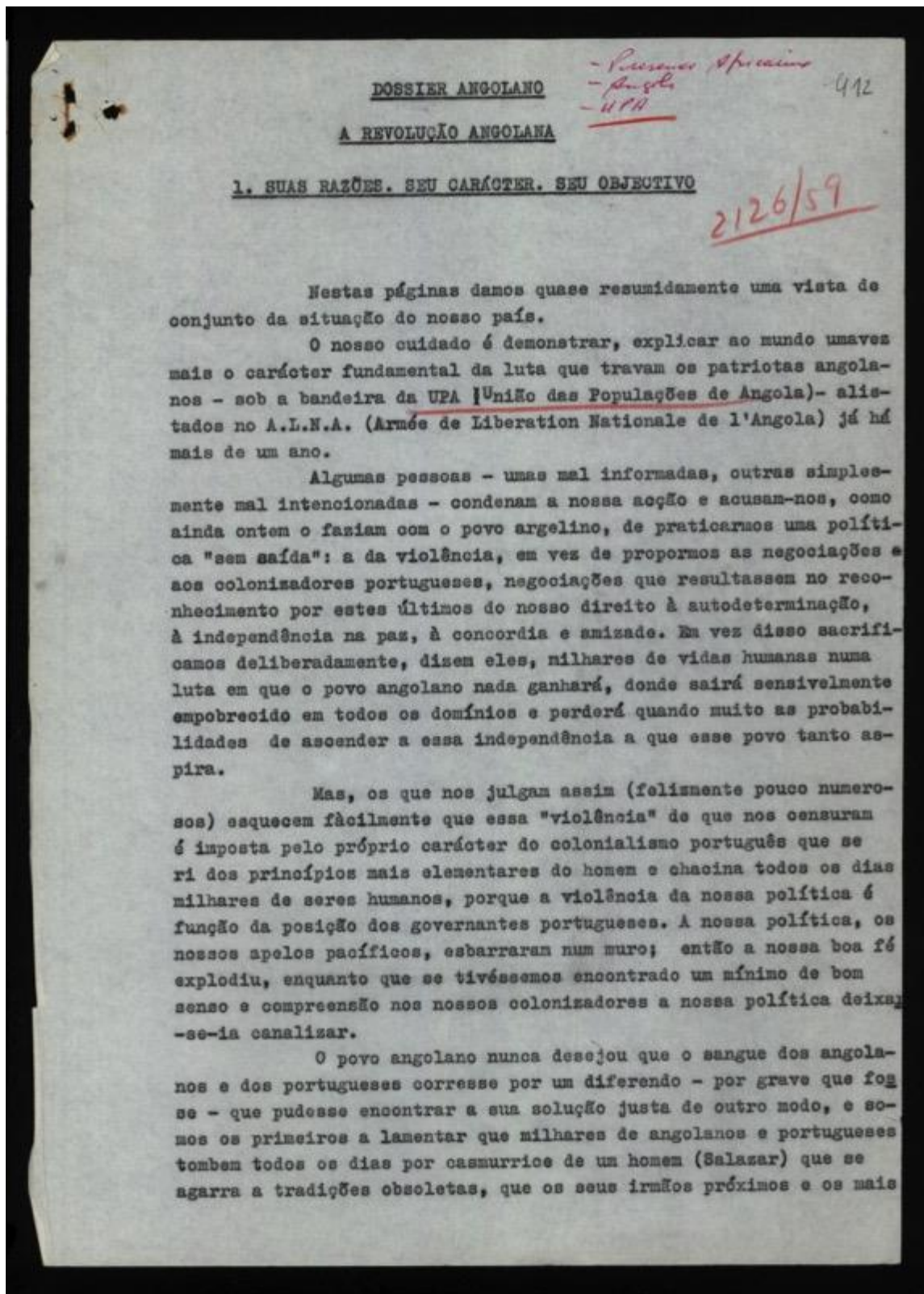
"A U.P.A. e a agitacao em torno da sua linha politica"

...na haramu... (text continues)



Em 31 de maio 1962, respondendo à chamada de seu lideres, o povo Angolano puxa as armas para acabar os colonizadores portugueses em suas terras.

Anexo 2: "Dossier Angolano" (Fragmento). Retirado de IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2126-59 UPA NT 2943-2946 vol.1. Folhas 412-418.



413
- 2 -

ficis aliados condenam.

A situação assim criada obriga os portugueses que podiam ser ou eram nossos amigos, a marchar. Mas não podemos escolher. Os portugueses deram o sinal. Matam homens, mulheres, crianças, velhos, enfermos, combatentes e inocentes. Temos obrigação de ripostar.

Não achamos bom certo colonialismo, quando dizemos que não há neste mundo um colonialismo que se compare com o que nos escraviza há perto de cinco séculos, pela sua cruza, pela sua bestialidade, pelo seu desprezo por todo o princípio de humanidade e sua obstinação em caminhar contra a corrente da evolução histórica e normal das coisas. Para este efeito dá-nos Salazar uma resposta nítida e clara quando, num dos seus habitantes insultos à humanidade, declara: "Portugal é uma nação que se mantém agarrada às suas tradições".

Isto quer dizer: o vento da mudança não pode abalar o edificio colonial português onde perdura o gosto do século XVI, isto é, de considerar os negros como propriedades privadas, instrumentos dóceis e menos caros, como escravos, e onde ainda se pratica publicamente o Comércio dos Escravos sob a forma mais cruel, porque é legalizado por decretos - leis constitucionais, apesar da sua abolição na cena internacional e porque é praticado sob o signo de um humanismo e de um cristianismo de que os portugueses pretendem ser os únicos missionários verdadeiros no mundo.

"Não negociamos as nossas colónias, nem as populações, porque são o nosso destino, diz Salazar. São capazes de nos explicar se a inclusão das "populações" nas negociações tem outro propósito que não seja falar da emancipação dos escravos"?

II - A ESCRAVATURA MODERNA OU O TRABALHO FORÇADO

Sucedendo ao tráfico dos negros, a escravatura reina ainda em Angola, neste século XX, sob uma forma disfarçada que se pode denominar "Trabalho Forçado".

Muitos observadores se referiram já a esta forma desvergonhada de exploração humana e exposeram à opinião mundial o que é o "trabalho forçado" nas colónias portuguesas, que não quer saber nem da situação social daqueles a quem poderemos chamar "escravos" (os contratados ou trabalhadores forçados) nem do seu estado de saúde.

O recrutamento é feito pela administração colonial, co-

- 3 - ⁴¹⁴

mo nos séculos passados se compravam os negros, e os utentes interessados compram as "suas máquinas humanas" a um preço insignificantes. Os escravos assim vendidos e comprados tornam-se propriedades privadas dos seus amos (as grandes empresas agrícolas e comerciais portuguesas de Angola e as sociedades mineiras das Rodésias e da África do Sul) de quem depende a sua vida ou a sua morte, como de resto depende o povo angolano dos governos portugueses.

Este trabalho forçado constitui uma das cenas mais desumanas e assombrosas: mulheres e raparigas, crianças de todas as idades (filhos dos "indígenas", dos escravos), mulheres transportando os filhinhos às costas, mulheres grávidas, velhos, mesmo doentes, são recrutados e enviados pela administração para regiões longínquas onde a necessidade da mão-de-obra gratuita se faz sentir.

Ali são forçados a constituir e a concertar estradas num período indeterminado, ao talante dos seus utentes. E isso muitas vezes com os seus próprios utensílios e mal daqueles que não se munem deles. Mas como, por que creio, se a sua situação económica não lhes permite? É a pergunta que gostaríamos de lhes pôr e todavia... Têm que se munir desses utensílios, de contrário as consequências são graves.

Além disso, as raparigas e as mulheres contratadas têm por vezes de submeter-se aos caprichos de certos indivíduos brancos da colónia ou da administração que nelas satisfazem as suas paixões carnis voluntariamente ou à força. Será preciso dizer aqui que a prostituição assim mantida engendra (acrescida ao próprio trabalho forçado) a diminuição da natalidade e portanto o despovoamento do território?

Acontece por vezes que um administrador ou um simples colono português, para se "distrair", amarra alguns negros a uma corda - depois de terem sido chicoteados até morrerem - atrás do seu veículo e os arrasta durante uma certa distância... Nas prisões quando estas já não têm espaço para receber novos pensionistas, liquidam simplesmente os precedentes... Nas empresas mineiras e comerciais, nas plantações também, passa-se o mesmo: alinham-se alguns negros, (de pé ou sentados), de mãos amarradas atrás das costas e sem outra forma de processo, são abatidos à cacetada, quando é necessário economizar os cartuchos. Por vezes agarram em certos negros a quem obrigaram a beber uma forte quantidade de gasolina, enquanto os regam por fora com o mesmo produto e lançam-lhes fogo. Acontece então que os seres (vivos) assim maltratados se transformam em ar-

chotes vivos antes de explodirem.

Enfim, muitos outros métodos de exterminação.

Os trabalhadores forçados, "vendidos" aos utentes, quase não beneficiam de cuidados médicos, desde que os seus amos sabem que podem ainda arranjar outros para os substituir se vierem a morrer em consequências destes tratos - na administração, mediante umas simples requisições.

III - O ENSINO



Como nos outros domínios, o ensino em Angola sofre uma regressão deplorável a ponto de não ser necessário demonstrar aqui o que é universalmente conhecido, designadamente a percentagem incrivelmente e horrivelmente alta (98%) de analfabetos devido à falta manifesta de estabelecimentos escolares.

Esta situação é deliberadamente criada e mantida pela potência colonial, na intenção manifesta de conservar as massas coloniais numa ignorância que impede a sua consciencialização nacional imediata.

Há muito poucas escolas primárias - grande parte delas pertence aos missionários católicos e protestantes e quase não existem escolas secundárias, à excepção de alguns raros liceus, colégios e seminários. Liceus e colégios são em grande parte reservados aos filhos dos colonos. Só os mestiços e alguns raros filhos de assimilados são ali aceites.

Ferante esta situação angustiosa, insuportável e revoltante, as massas angolanas, contrariamente àquilo que os colonialistas portugueses não cessam de chamar - expandindo slogans enganadores como a "pax lusitania" - nem sempre conseguiram conter a sua indignação e o seu desejo de acabar com o regime de escravatura, tendo-se registado muitas vezes, desde o princípio da colonização do território, aqui e além, sublevações que, como se pode calcular, são impiedosamente reprimidas com sangue pela administração colonial portuguesa.

Criaram-se grupos políticos nacionalistas, mas o primeiro cuidado das autoridades locais, sólidamente apoiados pela Polícia Política (PIDE) foi prender os responsáveis destas organizações para os lançar na prisão, sem julgamento, isto é, para os deportar para países e sítios muitas vezes desconhecidos e dois terços dos quais (ou mesmo a totalidade) não voltam mais. Ou ainda, suprimem-nos muito simplesmente.

A lista seria longa e bastante incompleta se fosse preci

se citar os nomes de todos os patriotas angolanos, vítimas das medidas, das quais o menos que se pode chamar é: arbitrárias. Todo este cortejo de crimes e de violação dos direitos e liberdades do homem prova à sociedade que o Governo português não está disposto nem a mudar de política nem a negociar o termo do regime colonial. Todavia nas suas colónias, a era colonial evolucionou. Estas humilhações estes procedimentos, estas prisões arbitrárias, enfim, todos estes assassinatos impunes, têm de ceder lugar a uma nova maneira de viver. Quere isto dizer que se deve levar de uma maneira ou doutra os dirigentes portugueses a conformar-se com a corrente histórica do momento; reclamamos condições de base de uma democracia afin de preparar Angola para a independência, dentro da harmonia das diversas comunidades que ali vivem.

Enquanto baseávamos a nossa política na não-violência, a administração colonial portuguesa acentuava os seus actos odiosos e convidava-nos para uma guerra colonial. Não nos restava mais do que uma única e última alternativa: aceitá-la, recorrendo aos métodos revolucionários que deram resultado noutros territórios coloniais que lutaram nas mesmas condições que nós.



IV - A INSURREIÇÃO

No princípio de 1961, depois de ter perdido toda a esperança de resolver pacificamente o problema com o Governo Salazar, a nossa organização mãe, a U.P.A. - inscreveu no seu programa de acção a passagem para a acção directa, isto é, o levantamento das massas populares contra o poder despótico que as rebaixava para o nível dos animais há muitos séculos.

A UPA respondia assim ao voto unânime das massas angolanas que, indignadas com o arbítrio, as torturas, as injustiças e os assassinatos e deportações de que eram e continuam a ser vítimas, reclamavam armas para se levantar (desta vez definitivamente, sejam quais forem as consequências) contra os seus algozes.

A insurreição de 15 de Março de 1961 não foi um acto espontâneo e irreflectido, mas uma acção bem concertada e para chegar a este resultado concreto, positivo, que hoje se conhece, o Comité Executivo da UPA reuniu-se em Conselho Restrito e Superior durante algumas semanas durante o qual se elaborou uma estratégia de combate sábia e estudada, tendo-se em consideração os meios de onde dispu



nham a princípio o partido e as populações angolanas, para fazer face aos ataques da aviação e das forças terrestres portuguesas que iriam seguir-se; antes de mais, a topografia daquilo que viria a ser depois a "zona operacional" foi estudada e o terreno minuciosamente auscultado.

Por outro lado, era preciso submeter certos compatriotas a treinos de circunstâncias duríssimas (chefes de fila, grupos de choque, sabotagem de pontes, patrulhas, etc.) E finalmente prever a criação do Exército de Libertação Nacional de Angola (ALNA), isto é, preparar os futuros quadros.

Quanto às massas rurais que não iam tomar parte nos combates, recomendou-se que abandonassem tudo, que tudo pudessem, se preciso fosse, pela causa nacional, e suportassem esta nova e difícil situação durante um período mais ou menos longo, porque as suas aldeias e as suas terras iam ser campos de batalha onde se desenrolariam os combates que deviam conduzir inelutavelmente o povo angolano inteiro para a independência e soberania.

Os combatentes eram exortados a bater-se sem mais delongas, porque a sua acção levada com perseverança e abnegação dominará a política colonial dos portugueses e a sua abstinção, acabando por apressar a independência nacional. As responsabilidades da UPA eram pois essas na organização da luta.

Disia-se também aos combatentes que nos seus combates ia nascer uma repressão selvagem: execuções sumárias maciças, bombardeamentos com bombas incendiárias, torturas, etc.

Graças a Deus isso não era nem é uma provação nova para este povo que conhece já esse género de vida há longos anos, tanto mais que sabia que era a única via de salvação.

Tudo se aprontou num espaço de tempo incrivelmente curto. O treino dos chefes de pelotão foi efectuado também em tempo record.

Logo que o Conselho Superior se assegurou da eficácia de todas as medidas tomadas, ordenou-se o desencadeamento da luta.

Restava, porém, um outro problema não menos grave: o das regiões do Sul, Oeste e Sudeste do território. Estas não deviam seguir o movimento revolucionário porque não podendo os países que as rodeiam (Rodésias e a Oeste o Oceano Atlântico, o Sudoeste Africano) asilar as respectivas populações a repressão seria horrivelmente catastrófica; até porque VERWOERD e WELLESKY tinham colocado, logo que se soube do começo das hostilidades, tropas ao longo das fronteiras dos seus territórios com Angola.

- 7 -

418

Pedia-se por isso aos compatriotas dessas regiões, que desejassem tomar parte na luta revolucionária, que se alistassem nas brigadas do Norte do país, o que, felizmente, foi seguido à letra e constitui pois um desmentido às alegações dos colonialistas portugueses e dos seus agentes, segundo as quais só algumas tribos de Angola tomam parte no combate de libertação.

Enfim, até à véspera do dia decretado para a Revolução angolana, mulheres, crianças, velhos e outros inválidos evacuavam o Norte do território em pequenos grupos, porque as fugas maciças podiam despertar a suspeita das autoridades coloniais dessas regiões e comprometer consequentemente o programa de acção da revolução.

A ESCOLHA DA DATA



Depois de um último exame do conjunto do programa, o Conselho fixou por unanimidade a data de 15 de Março de 1961, em primeiro lugar porque nesse momento preciso se discutia na ONU sobre as chacinas de Fevereiro de 1961 em Luanda, chacinas perpetradas pelos colonialistas portugueses por ocasião da tentativa de sublevação organizada por certas organizações que queriam fazê-la coincidir com a chegada eventual do paquete "Santa Maria". O HENRIQUE GALVÃO a esta cidade; depois, porque justamente a partir desta data, começam as chuvas diluvianas no território que foi escolhido como "zona operacional" do Exército de Libertação.

Com efeito, como as estradas em Angola não passam de pistas insignificantes, estas chuvas torrenciais são para os nossos combatentes um trunfo, um aliado de primeira ordem, porque têm vantagem para eles de transformar as pistas em verdadeiros atoleiros impraticáveis para os blindados e outros veículos das forças portuguesas.

ENFIM, O 15 DE MARÇO DE 1961

Animado de um desejo ardente e de uma determinação inabalável de pôr fim à guerra de escravatura a que está submetido há cinco séculos, e armado para isso de uma coragem indomável, o povo angolano, respondendo ao "sinal" do seu partido nacional - a UPA - desencadeava em 15 Março 1961 a Revolução Angolana, escrevendo o